

Sophia Franciele Martins Binelo

O BARÃO DO RIO BRANCO NA REVISTA ILUSTRADA
O MALHO (1902-1912)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Passo Fundo como requisito parcial e final para obtenção do grau de mestre em História sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Ana Luiza Setti Reckziegel.

Passo Fundo

2015

Para Caroline

RESUMO

No dia 03 de dezembro de 1902, assumia o Ministério das Relações Exteriores do Brasil José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Reconhecido por diplomatas e historiadores como um dos mais importantes personagens políticos brasileiros, Rio Branco ocupou-se durante a sua gestão principalmente com temas relacionados com a delimitação das fronteiras nacionais, a consolidação do processo de americanização e a busca do Brasil pela hegemonia regional na América do Sul. Pouco tempo antes da posse de Rio Branco, em 20 de setembro de 1902, surgia na cidade do Rio de Janeiro, então Capital Federal do Brasil, a Revista Ilustrada *O Malho*. Considerada como uma das mais importantes revistas brasileiras, *O Malho* sobreviveu por mais de meio século, ocupando-se, principalmente, em representar através da caricatura a vida política do país. Declaradamente patriota, *O Malho* encontrou em Rio Branco o personagem propício para representar as ideias de pátria no momento em que se buscava construir uma imagem de nação brasileira no imaginário coletivo. Sendo o território, naquele momento, base primordial para a construção de um sentido de unidade nacional, o trabalho de Rio Branco ao consolidar as fronteiras nacionais, ao tempo que agia através do americanismo no sentido de garantir a soberania e projetar o Brasil no cenário internacional, serviu de suporte aos propósitos civilizadores e modernizadores da revista. De todos os personagens que ocuparam os caricaturistas de *O Malho*, certamente Rio Branco foi um dos que mais recebeu destaque. Viabilizada pelo mesmo momento histórico, *O Malho* acompanhou Rio Branco durante toda a sua trajetória política no Ministério das Relações Exteriores, até sua morte em 10 de fevereiro de 1912. Diante desse contexto, o objetivo deste trabalho consiste em analisar de que forma o Barão do Rio Branco foi representado na caricatura enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil pela revista ilustrada *O Malho*.

Palavras-chave: política externa brasileira, Barão do Rio Branco, caricatura.

ABSTRACT

On December 3, 1902, José Maria da Silva Paranhos Júnior, the Baron of Rio Branco, took the Ministry of Foreign Affairs of Brazil. Recognized by diplomats and historians as one of the most important Brazilian political figures, Rio Branco spent most of his tenure time on issues related to demarcation of national borders, on the consolidation of the Americanization process and on the pursuit of Brazil's regional hegemony in South America. Shortly before Rio Branco's took office in September 20, 1902, appeared in the city of Rio de Janeiro, the Federal Capital of Brazil, The Illustrated magazine O Malho. Considered one of the most important Brazilian magazines, O Malho survived for over half a century, having as its main target the representation the country's political life through caricature. Reportedly patriot, O Malho found in Rio Branco the character conducive to represent the homeland ideas from when it sought to build a Brazilian nation image in the collective imagination. Being the territory at that moment, fundamental basis for the construction of a sense of national unity, the Rio Branco working to consolidate national boundaries, the time it acted through Americanism in ensuring the sovereignty and projecting Brazil internationally, served as support for civilizing purposes and modernizing from Malho. Of all the characters who made the caricaturists busy, Rio Branco was certainly one of the most featured. Having been made possible by the same historical moment, O Malho accompanied Rio Branco throughout his political career at the Ministry of Foreign Affairs until his death on 10 February 1912. In this context, the aim of this study is to examine how the Baron was depicted in caricature as the Minister of Foreign Affairs of Brazil for the illustrated magazine O Malho.

Keywords: Brazilian foreign policy, Baron of Rio Branco, caricature.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cabeçalho.....	15
Figura 2 – O futuro vencedor do Acre.....	25
Figura 3 – Sem título.....	27
Figura 4 – Sem título.....	28
Figura 5 – Idyllio.....	31
Figura 6 – A grande droga.....	33
Figura 7 – Os taes 500 contos.....	34
Figura 8 – Uma visita ao pintar.....	35
Figura 9 – O pesadelo do Barão.....	39
Figura 10 – O <i>modus vivendi</i> com o Peru.....	41
Figura 11 – O homem poz e o Peru dispoz.....	42
Figura 12 – O Peru em ponto de... faca!.....	44
Figura 13 – Um novo Colombo.....	45
Figura 14 – A Cesar o que é de Cesar.....	46
Figura 15 – Carambola por tabella.....	51
Figura 16 – Troca de... generosidades.....	53
Figura 17 – Proverbio psychologico.....	54
Figura 18 – O récord de arbitramento.....	56
Figura 19 – O caso da panthera.....	62
Figura 20 – Conferencia supimpa.....	64
Figura 21 – O primeiro movimento.....	65
Figura 22 – Ora, ahi está!.....	66
Figura 23 – Promessa culinária.....	70
Figura 24 – Preparando a casa.....	75
Figura 25 – A República e o brinquedo do Nho-Barão.....	76
Figura 26 – A última de mão... Ahi está o Congresso.....	77
Figura 27 – A chegada do General Elihu Root.....	79
Figura 28 – Cortezia de louros e pretos.....	80

Figura 29 – Dentro de uma cabeça.....	84
Figura 30 – A victoria do Brazil na Conferencia da Paz.....	86
Figura 31 – Cabeça que fala.....	87
Figura 32 – O Brazil em Haya.....	88
Figura 33 – No teatro da paz: apoteose final.....	90
Figura 34 – Veronicas profanas.....	96
Figura 35 – A causa da nota falsa do concerto.....	97
Figura 36 – O anjo e o diabo.....	99
Figura 37 – A renuncia do sr. Zeballos.....	102
Figura 38 – Fantasma ricidulo.....	103
Figura 39 – Quadros para a história.....	105
Figura 40 – So para moer’ ou seja – “Tirando el pelo”	106
Figura 41 – Depois da prova da falsificação.....	109
Figura 42 – Vacca brava na Argentina.....	110

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
1 TRAÇANDO AS FRONTEIRAS NACIONAIS.....	22
1.1 A Questão do Acre: o litígio do Brasil com a Bolívia (1902).....	22
1.2 Ainda a Questão do Acre: o litígio do Brasil com o Peru (1904).....	37
1.3 O caso da Lagoa Mirim (1909).....	48
2 O BARÃO E O PROCESSO DE AMERICANIZAÇÃO.....	58
2.1 O caso <i>Panther</i> (1905).....	58
2.2 A Conferência Pan-Americana (1906).....	71
2.3 A Conferência de Haya (1907).....	82
3 RIO BRANCO: O DIPLOMATA DA PAZ.....	92
3.1 A Ordem e o Caos na América do Sul (1908).....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	115
APÊNDICE.....	119

INTRODUÇÃO

O Barão do Rio Branco foi um importante personagem da política brasileira que ocupou o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil de 1902 a 1912. Foi responsável pela delimitação de boa parte das fronteiras nacionais, pela consolidação do processo de americanização da política externa brasileira e, principalmente, pelo projeto geopolítico que buscava colocar o Brasil na liderança regional da América do Sul. Consagrado por Rui Barbosa como Deus *Términus* das fronteiras nacionais, a imagem de Rio Branco ficou consolidada no Ministério das Relações Exteriores como o patrono da diplomacia brasileira.

É conhecida a estratégia de construção de personagens históricos para legitimar práticas políticas e fomentar o patriotismo nacional. No caso de Rio Branco, ao longo dos 100 anos de sua morte, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil promoveu vários eventos em datas especiais como aniversário de nascimento, posse e morte de Rio Branco como parte da manutenção do personagem histórico e da tradição Rio Branco, prática essa, que procura passar aos novos diplomatas os princípios pacíficos e o profundo conhecimento do Direito Internacional presentes em Rio Branco. Contudo, neste trabalho, partimos da hipótese de que a imagem de Rio Branco foi sendo construída estrategicamente durante a sua gestão no Itamarati, principalmente, através da imprensa que buscava naquele momento contribuir para a construção de uma identidade nacional que unisse a todos os brasileiros. Na ausência de uma característica étnica e cultural comum, o território foi o grande mote para definir o ser brasileiro. Sendo a delimitação do território nacional a maior contribuição de Rio Branco, esse ficou conhecido como um dos pais fundadores do nacionalismo brasileiro. Em busca de verificar essa hipótese, nosso objetivo neste trabalho é, portanto, analisar de que forma Rio Branco foi representado na caricatura no contexto dos principais eventos de sua política externa no período de 1902-1912 pela revista ilustrada *O Malho*.

A documentação oficial e os textos impressos de jornais e revistas foram as principais fontes utilizadas pelos pesquisadores da política externa de Rio Branco na historiografia. Ao escolhermos a caricatura como fonte para este trabalho, não consideramos, contudo, esgotadas as fontes até o momento utilizadas. Não acreditamos em esgotamento de fontes uma vez que se obtêm interpretações diferentes dependendo de quem a olha, quando a olha e por quê a olha. Não pretendemos, também, nos alongarmos na defesa da importância da imprensa no trabalho do historiador, pois, como bem nos lembra Argan, “ou todas as ações humanas são históricas e

objeto de história, ou nenhuma o é”¹. Cabe-nos, contudo, lembrar que, por ser produto da subjetividade, a imprensa precisa ser vista “como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares da realidade. Sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época”². Dessa forma, enquanto representação do real, a imprensa nos proporciona “identificar o modo como, em diferentes lugares e momentos, uma realidade social é construída, pensada, dada a ler”³. Diante disso, a caricatura em *O Malho* é, assim como outras fontes, uma escolha pessoal baseada no interesse pela busca de diferentes formas de representações que contribuíram para a construção dos personagens e momentos históricos que conhecemos. Nesse caso específico, inspirada pelas palavras de um dos pioneiros no estudo da caricatura no Brasil, Herman Lima:

[...] não é necessário, por evidente, encarecer a importância da caricatura, como divulgadora dos acontecimentos contemporâneos, a tal ponto que a História tanta vez se verá forçada a recorrer a uma expressão do grotesco intencional numa charge do passado, para a exata compreensão dos homens e das coisas do seu tempo, dando-se-lhe, assim, o mesmo apreço que a um palimpsesto ou a um códice [...].⁴

Ao dizer isso, Herman Lima atribui duas funções à caricatura. A primeira, enquanto elemento de comunicação, atua no tempo imediato e possui função jornalística de informar sobre eventos que estão acontecendo. A segunda, enquanto elemento histórico, atua fora de sua função original e faz sentido apenas quando colocada novamente em seu contexto pelo historiador.

Sobre a importância do historiador no uso da caricatura enquanto fonte ou objeto de estudo, Alvaro Cotrim lembra que, “No panorama das artes plásticas, foi a caricatura, durante longo período, como que a Gata Borralheira da casa do Desenho, que somente compareceu à festa, ricamente ataviada, quando levada pelo braço de seu príncipe encantado: o historiador”.⁵ Isso talvez explique a ausência da caricatura nos livros de artes. Outra ausência importante que vale ser mencionada é nos textos sobre imagem e história, onde, geralmente, são estudados enquanto fonte ou objeto a fotografia e a pintura. A justificativa para a pouca importância dada

¹ ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p. 27.

² CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 24.

³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 16.

⁴ LIMA, Herman. *História da Caricatura no Brasil*. V. I. Rio de Janeiro: Editora José Olímpio, 1963, p. 6.

⁵ COTRIM, Alvaro. *O Rio na Caricatura*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1965, p. 6.

para a caricatura nesses estudos pode estar no lugar ocupado pelos humoristas na sociedade.

Ao escrever sobre o contexto do humor na Belle Époque, Luís Thomé Saliba diz que “A sociedade parecia já designar um lugar para o humorista, o lugar do efêmero, do passageiro, daquele que diverte os outros, desde que não produzisse uma comicidade à custa dos “outros”, explicitamente maldosa, degradante ou obscena”⁶. Das palavras de Saliba, podemos destacar dois fatores: primeiro, por se tratar de “humor”, a caricatura não adquiriu a mesma importância que as outras manifestações artísticas ou, até mesmo, a mesma seriedade com que eram tratados os textos jornalísticos tradicionais; segundo, a distinção entre o “mau humor” e o “bom humor” nas representações cômicas. Embora o ambiente da Belle Époque incentivasse a indiferenciação entre os domínios bons e maus da caricatura, “o cômico era considerado negativo quando fazia rir à custa de algum ressentimento ou conflito social”.⁷

Segundo Fonseca,

A caricatura é a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada voluntariamente de forma distorcida sob seu aspecto ridículo ou grotesco. É um desenho que, pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou de um fato. Na maioria das vezes uma característica saliente é apanhada ou exagerada.⁸

Ao conceituar a caricatura, Fonseca revela também dois aspectos importantes de sua natureza: primeiro, é a representação de uma interpretação da realidade, ou seja, é o resultado do olhar do caricaturista sobre os eventos que o cercam; segundo, não é uma representação passiva, é crítica, uma vez que há liberdade na execução dos traços, na escolha dos exageros e das ausências. É preciso se posicionar para caricaturar.

Ainda de acordo com Fonseca, “É preciso acentuar, no entanto, que nem tudo o que é grotesco ou deformado é caricatura, da mesma forma que não é necessário que a ideia que tenha motivado o desenho seja ridicularizar uma pessoa ou uma coisa, para entendê-la como caricatura”.⁹ Como veremos neste trabalho, a caricatura foi utilizada tanto para criticar quanto para enaltecer o trabalho de Rio Branco em determinados contextos de sua política externa. Embora, as características grotescas ou deformadas tenham sido utilizadas mais a favor do que contra o ministro brasileiro, como pudemos acompanhar nos casos em que a soberania nacional

⁶ SALIBA, Elias Thomé. *Raízes do Riso: a representação humorística na História brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p.133.

⁷ Idem, p. 113.

⁸ FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: a imagem gráfica do humor*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 17.

⁹ Idem, p. 20-21.

estava em risco e, principalmente, no contexto da rivalidade entre Brasil e Argentina onde a estratégia de ridicularizar foi amplamente utilizada contra o oponente de Rio Branco.

Sobre a utilização do “mau riso”, aquele provocado à custa de alguém, Saliba adverte sobre a tolerância social adquirida em momentos de crises políticas, quando os humoristas ou empresas para as quais eles trabalhavam se engajavam e os traços desse cômico agressivo mais apareciam: “Desenvolve-se uma espécie difusa de tolerância social e, neste caso, o humor, ao canalizar ódios e ressentimentos, transforma-se numa forma privilegiada, embora efêmera, de representação da sociedade”.¹⁰

Fugindo dos verbetes dos dicionários, Elias Thomé Saliba conceitua em *Raízes do Riso* a representação humorística “como aquele esforço inaudito de desmascarar o real, de captar o indizível, de surpreender o engano ilusório dos gestos estáveis e de recolher, enfim, as rebartas das temporalidades que a história, no seu constructo racional, foi deixado para trás”.¹¹

De acordo com a interpretação de Saliba, a representação humorística tem efeito mobilizador, como algo que busca mostrar o que dificilmente pode ser dito pelos meios tradicionais de comunicação, tem caráter de denúncia social. Para esse autor, “o humor brota do contraste, da estranheza e da criação de novos significados”¹². “Tudo aquilo que nos é familiar é colocado num contexto desconhecido ou estranho, o senso comum é rompido, o inesperado é evocado – e o humor se transforma em uma estratégia de desfamiliarização”¹³. Ora, não por acaso, a caricatura encontrou no início do século XX seu ambiente propício:

Contraste, estranhamento, ruptura ou criação de significados não apenas marcaram toda a variadíssima e ambivalente cultura do período conhecido como Belle Époque, como também estiveram presentes nas explicações mais importantes sobre a natureza do humor e do cômico no século XX.¹⁴

Fundada pelo jornalista mineiro Luís Bartolomeu de Sousa e Silva na cidade do Rio de Janeiro - então capital Federal e pólo cultural do Brasil – a revista ilustrada *O Malho* começou a circular semanalmente no dia 20 de setembro de 1902, sobrevivendo (com um breve momento de interrupção no início da década de 30 decorrente de questões políticas) até 1954, quando sai seu último número. Portanto, surgira 72 dias antes de o Barão do Rio Branco pisar em solo brasileiro para assumir o Ministério das Relações Exteriores depois de ter passado longa

¹⁰ SALIBA, 2002, p. 113.

¹¹ Idem, p. 29.

¹² Idem, p. 17.

¹³ Idem, p. 25-26.

¹⁴ Idem, p. 17.

temporada trabalhando como diplomata a serviço do Brasil no exterior. Viabilizada pelo mesmo momento histórico, *O Malho* acompanhou toda a trajetória política que Rio Branco percorreu como Ministro das Relações Exteriores do Brasil até a sua morte em 10 de fevereiro de 1912, sendo um dos personagens políticos que mais ocupou os artistas de caricatura dessa revista.

Pouco se sabe acerca da trajetória de Luís Bartolomeu. Das informações disponíveis, destacamos a dissertação de mestrado *Zé Povo Cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*, defendida por Guilherme Mendes Tenório na Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2009. Segundo sua pesquisa, Luís Bartolomeu pertenceu ao Batalhão de Jovens Republicanos e teve passagem pela Escola Militar da Praia Vermelha. Sendo esse último, “o lugar de gestão de uma cultura política centrada na ideia do soldado-cidadão, responsável por liderar o processo de inclusão do povo de forma disciplinada, na medida em que o Exército era considerado a vanguarda do povo”.¹⁵ De acordo com Tenório,

As referências da trajetória de Luís Bartolomeu pontuam sua inserção no quadro das culturas políticas do final do século XIX para o início do século XX. Calcado numa leitura das ideias cientificistas e positivistas europeias, os intelectuais de então pensavam num caminho moderno para o Brasil, no qual instituições como a Monarquia e a escravatura eram vistas como um entrave para nossa entrada na modernidade.¹⁶

Em artigo dedicado a Luís Bartolomeu pelo aniversário de 50 anos de *O Malho* em 1952, o jornalista pernambucano Eustórgio Wanderley revela que,

Toda tarde estava ele ali, na redação d’O Malho, – que era também d’A Tribuna, – na rua do Ouvidor nº 64.

Sempre de chapéu na cabeça e com um cigarrinho fumegando na ponta de fina piteira, o sr. Luiz Bartholomeu era amigo dos senadores Pinheiro Machado, Antônio Azeredo, Lauro Sodré e tantos outros parédros da política de então. Muito inteligente, ele os congregava ali, na porta da redação, em amistosa palestra. Por esse motivo, A Tribuna dava sensacionais “furos” políticos sobre vários assuntos de interesse partidário em geral.¹⁷

No decorrer do artigo, Eustórgio destaca ainda o “espírito conservador”, o “coração bondoso” e o “tino administrativo” de Bartolomeu que, em 1905, destinada ao público infantil, lançou a revista Tico-Tico, considerada a primeira revista de história em quadrinhos no Brasil.

¹⁵ TENÓRIO, Guilherme Mendes Tenório. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*, 2009. 116 f. Dissertação de Mestrado em História. – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

¹⁶ Ibid.

¹⁷ *O Malho*. O “86” de Luiz Bartholomeu. Eustorgio Wanderley, Rio de Janeiro, setembro de 1952, pag. 35.

Além do vínculo do fundador de *O Malho* com *A Tribuna*, o autor também destaca a proximidade entre Bartolomeu com alguns políticos da época, o que resultava em vantagem jornalística para os meios que estava vinculado.

De acordo com Maria Cristina Merlo, Luís Bartolomeu de Souza Silva

teve destacada atuação na vida jornalística e pública de vários Estados brasileiros, principalmente no Rio de Janeiro, então Capital Federal, onde inclusive angariou [...] uma fundamentada experiência editorial ao fundar vários jornais e periódicos, ter sido redator e diretor de redação de alguns outros títulos da época, como “A República” e “O País”.¹⁸

Entre os caricaturistas de *O Malho* destacam-se neste trabalho nomes como Crispim do Amaral, Renato Castro, Falstaff, Leônidas, Alfredo Cândido, Storni, Rocha, Lobão, K. Lixto, J. Carlos e Raul Pederneiras. Sendo que esses três últimos, segundo Alvaro Cotrim, “nacionalizaram a caricatura brasileira, pelo caráter nitidamente regional de que se revestiria sua arte”. Ou ainda, segundo Herman Lima, formaram o *trio de ouro* da caricatura brasileira por mais de meio século.

Sobre o caráter regional da caricatura, Saliba acrescenta que, “vivenciando o cotidiano das grandes cidades, ou, no máximo, da região que lhes era próxima, os humoristas só podiam falar do local, do regional, enfim, do que estava mais próximo”¹⁹.

Entre os caricaturistas de *O Malho*, quem mais se destacou pelo caráter local foi J. Carlos. Segundo Cotrim,

Há um aspecto na obra de J. Carlos que não pode ser esquecido e merece, sobretudo, ser realçado com a maior ênfase – a carioquice, ou, como queiram, seu carioquismo. Ele foi incontestavelmente um eterno e insistente enamorado desta cidade que lhe serviu de berço, vindo a tornar-se através de seu inimitável lápis o crítico ameno, compreensível e malicioso de seus habitantes nos seus usos e costumes e, mais particularmente, o fixador galante e exaltado da gracilidade feminina de suas conterrâneas que nele viam, inclusive, um criador de figurinos a que elas prazerosamente se submetiam.²⁰

Dessa afirmação, podemos destacar dois pontos importantes: primeiro, a influência do contexto local nas representações humorísticas; segundo, as atividades paralelas à caricatura desenvolvidas por muitos caricaturistas na época. De acordo com Saliba, “algumas características foram comuns a todos eles [humoristas da Belle Époque]”:

¹⁸ MERLO, Maria Cristina. *O Tico-Tico: um marco nas histórias em quadrinhos no Brasil (1905-1962)*. Artigo apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004.

¹⁹ SALIBA, 2002, p. 129.

²⁰ COTRIM, Álvaro. *J. Carlos: época, vida, obra*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985, p. 72.

A maioria teve uma formação superior truncada pela atuação precoce no jornalismo, ligando-se muitas vezes a empregos públicos modestos; mais da metade deles praticou outras formas de expressão, à margem da literatura, como teatro de revista (texto, desenho de figurino ou, em alguns casos, como atores), caricatura e desenho, publicidade e música.²¹

Na primeira edição de *O Malho*, em 1902, encontramos o elemento principal que a revista buscou fixar no imaginário do leitor como sendo o objetivo da revista: a crítica. Para tanto, iniciou pela escolha do nome: *O Malho*. Essa expressão vem do verbo *malhar*, que também pode assumir o sentido de criticar. Reforçando essa ideia, a revista ofereceu uma explicação clara sobre o seu propósito na apresentação do primeiro semanário:

É de praxe que um jornal que se apresenta desfie perante o leitor boquiaberto um rosario de promessas a que se chama pomposamente – o programma. Iconoclasta de nascença, o *Malho* começa por atacar e destruir a praxe: não tem programma. Ou, mais exactamente, tem todos, como o seu nome bem o indica: elle é o *Malho*; tudo que passar a seu alcance será a bigorna. [...]²²

Nessa apresentação, *O Malho* tenta passar ao leitor uma mensagem de desvinculação partidária. Seguindo com a apresentação, diz que ao provocar o riso no leitor cumpre um alto dever social e, por sua vez, patriótico: “O povo rirá ao ver como se bate o ferro nesta officina e só com isso ficaremos satisfeitos, com a tranquila consciencia de quem cumpre um alto dever social e concorre efficazmente para o melhoramento e progresso da raça humana”.²³ O papel do riso no *O Malho* seria, então, o de conduzir a crítica ao leitor. O humor se caracteriza, assim, como um meio e não um fim.

Segundo Bergson,

Para compreender o riso, impõe-se colocá-lo no seu ambiente natural, que é a sociedade; impõe-se sobretudo determinar-lhe a função útil, que é a função social. Digamo-lo desde já: essa será a ideia diretriz de todas as nossas reflexões. O riso deve corresponder a certas exigências da vida comum. O riso deve ter uma significação social.²⁴

Daí a necessidade de os elementos cômicos fazerem parte do imaginário coletivo, pois

²¹ SALIBA, 2002, p. 76-77.

²² *O Malho*. Rio de Janeiro, nº 1, 20/09/1902, p. 3.

²³ *Ibid.*

²⁴ BERGSON, Henri. *O riso: ensaio sobre a significação da comicidade*. In: SALIBA, 2002, p. 22.

só assim se tornam inteligíveis e ganham função social. Contudo, o leitor que se mantivesse alheio aos acontecimentos políticos e sociais da sua época, não riria ao entrar em contato com as caricaturas de *O Malho*. Não que elas estivessem vazias de humor, mas porque o receptor não pode compreender seu conteúdo. As representações caricatas dessa revista não possuem, portanto, o poder de provocar o riso ingênuo, o riso sem a crítica.

Ao buscarmos no dicionário o verbo *malhar*, encontraremos entre seus significados expressões como: “bater com martelo”, “amartelar”, “espancar”, “zombar”. Em comum, essas expressões não possuem um significado passivo. *O Malho* é quem ataca, quem bate através da crítica, do humor, da zombaria. A caricatura é, assim, uma representação crítica da sociedade.

Coerente com a mensagem que *O Malho* buscou passar na escolha do nome da revista, está a arte do cabeçalho: um piadista com um martelo nas mãos em posição de ataque. Podemos dizer que essa imagem é a síntese da ideia que *O Malho* tentou passar de si ao leitor. O Piadista, portanto, é a personificação da própria revista. O martelo em suas mãos representa a crítica que, por sua vez, é viabilizada através da imagem, como se percebe no lápis que registrara a cena:



Figura 1 - K. Lixto | Cabeçalho | *O Malho*, 20/09/1902

Quem primeiro personificou *O Malho* como imagem foi K. Lixto. Contudo, outros artistas de *O Malho* também passaram a reproduzir essa imagem em suas caricaturas com algumas variações dependendo do estilo do traço de cada um.

O Piadista munido de lápis e martelo, embora na maioria das vezes invisível, está em

todas as representações da revista: é ele quem *malha*, ele é a representação de *O Malho*. Esse cabeçalho permaneceu presente no *O Malho* durante todo o período que estamos estudando, contudo, desaparece posteriormente por motivos que desconhecemos.

Declaradamente patriota, a revista deu maior atenção aos assuntos relacionados com as fronteiras, a soberania nacional e a rivalidade entre o Brasil e a Argentina na corrida pela hegemonia regional na América do Sul. Outros assuntos importantes da política externa de Rio Branco como a conquista do cardinalato e o pacto ABC foram praticamente ignorados pela revista. Deduzimos, pelas numerosas caricaturas produzidas nas primeiras situações mencionadas, onde a segurança nacional de alguma forma estava em risco, que tais assuntos eram vantajosamente lucrativos para a revista, pois mexiam diretamente com o orgulho nacional e com as questões que estavam em discussão no momento, como a construção de uma identidade e a projeção do Brasil no cenário internacional. Sobre essa relação entre lucro e seleção de conteúdos, Luca e Martins explicam que:

Jornais, revistas, rádios e televisões são empresas e, portanto, também buscam lucros. De outra parte, negociam um produto muito especial, capaz de formar opiniões, (des)estimular comportamentos, atitudes e ações políticas. Elas não se limitam a apresentar o que aconteceu, mas selecionam, ordenam, estruturam e narram, de uma determinada forma, aquilo que elegem como fato digno de chegar até o público.²⁵

Ademais, a revista assumia o papel de fomentadora do patriotismo em situações como nas mencionadas. Buscava-se claramente construir uma identidade nacional através das ações de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ao passo que, construía a própria imagem do ministro brasileiro através da caricatura.

De acordo com Villafañe,

a difusão da imprensa e a circulação de notícias foram um fator-chave na criação de uma ideia de simultaneidade que unisse os membros das “comunidades imaginadas” que se estavam inventando. [...] O Brasil contava com uma população extremamente diversa, com imensas disparidades regionais, sociais e de condição de vida, [...] foi necessário, portanto, construir a identidade brasileira a partir de outras bases. [...] Esse território teria fronteiras naturais, dadas por grandes rios, que separariam do resto da América, formando uma “ilha-Brasil” dentro da América do Sul. A identidade brasileira era, portanto, mais natural que social. [...] As bases que a inexistência de um núcleo étnico comum e uma história compartilhada negavam para uma “brasilidade” que estava sendo inventada acabaram sendo supridas pela atribuição da identidade à natureza e ao território. [...] Dessa

²⁵ LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006, p. 11.

forma, o Brasil se tornaria singular pela grandeza de seu território e a exuberância de sua natureza.²⁶

Daí a necessidade da ênfase nos assuntos relacionados com a soberania nacional diretamente ligada ao território. Compreendemos assim, o patriotismo nesse momento como resultado da ideologia nacionalista. Ademais, nesse contexto, buscava-se fixar o Brasil entre as nações modernas no imaginário do leitor, nesse sentido, a revista buscou representar o Brasil como um país civilizado, digno de estar ao lado das grandes potências.

Junto com a delimitação de onde começava e onde terminava o “ser brasileiro”, necessitava-se mostrar que esse povo era civilizado. Talvez, a melhor síntese da época e do pensamento de *O Malho* enquanto revista esteja em um artigo assinado por A. Cesar Veiga, decorrente das homenagens publicadas na revista em razão de seu aniversário de 50 anos em 1952, que diz:

Com as glórias consecutivas de Oswaldo Cruz, recomendando à sua Pátria pelo sucessor de Pasteur no respectivo Instituto, de Paris; de Santos Dumont, realizando a única invenção prática, exclusivamente latina; com Ruy, criando em nome da humanidade, em Haya, o direito das nações fracas... Só se falava de “civilização” aqui. E foi essa a era do “O Malho” em sua origem...²⁷

De acordo com Saliba, “o humor que perdura na Belle Époque brasileira será um humor que almeja cultivar a bonomia, que vê a si próprio como civilizador e cultor de gestos nobres”²⁸. Fundada no início da reforma urbana de Pereira Passos e do projeto de higienização de Oswaldo Cruz sob o apoio de Rodrigues Alves, *O Malho* refletia as ideias próprias de seu contexto. Na primeira década da revista, que também corresponde ao tempo de permanência do Barão de Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro encontrava-se em obras: era preciso modernizar-se. “Assim, uma atmosfera que ansiava por cosmopolitismo, gerada a partir do Rio de Janeiro, autêntica capital cultural do Brasil na Belle Époque, percorre o país numa ânsia sôfrega pela europeização e pela modernização”.²⁹

Por outro lado, o projeto da remodelação da capital acentuou diferenças e aumentou o contraste da desigualdade social:

²⁶ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012. P. 128-130-131-137.

²⁷ *O Malho*. Meio século de caricaturas. A. Cesar Veiga. Setembro de 1952, p. 50.

²⁸ SALIBA, 2002, p. 66.

²⁹ Idem, p. 68.

Assistia-se à transformação do espaço público, do modo de vida e da mentalidade carioca segundo padrões totalmente originais; e não havia quem se lhe pudesse opor. Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense.³⁰

Nesse contexto de modernização e projeção do Brasil no cenário internacional, Rio Branco conduziu a política externa brasileira alinhada aos pensamentos da política interna. *O Malho*, por sua vez, ao representar os eventos políticos conduzidos por Rio Branco buscou fixar a ideia de modernidade e civilidade através das representações na caricatura. De acordo com Saliba, “as representações humoristas participaram ativamente desse processo de invenção da imaginação nacional, construindo tipo, visuais ou verbais, e fomentando estereótipos”.³¹

A relevância de *O Malho* como fonte história justifica-se por dois motivos: primeiro, foi a revista que mais tratou do tema da política externa de Rio Branco na caricatura³²; segundo, a sua longa duração evidência categoricamente a sua importância, visto que qualquer meio de comunicação sobrevive de seu público.

De acordo com Tenório, *O Malho* foi uma revista com ampla circulação na cidade do Rio de Janeiro, sendo vendida também no interior e exterior. Para ele, os preços dos exemplares avulsos e das assinaturas eram um bom indicativo para as vendas:

Enquanto a Fon-Fon começara com o preço de \$400 réis em 1907, a revista de Luís Bartolomeu era vendida inicialmente por \$200 e manteve o valor de \$300 réis entre 1904 e 1910, o que equivalia ao custo do transporte público da época. Já a assinatura anual correspondia aos montantes de 15\$000 e 25\$000 para o interior e o exterior respectivamente.³³

No tocante a tiragem, segundo Tenório, “dados referentes aos anos de 1905 e 1906 indicam entre 35.000 e 40.000 exemplares a cada número, o que não ficava muito distante dos 30.000 atingidos pelo Jornal do Brasil ainda no início do século”.³⁴

³⁰ SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Brasília: Brasiliense 1983, p.30.

³¹ SALIBA, 2002, p. 32.

³² Vide gráfico in: PÔRTO, Ângela (Coord). *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012, p. 170 – 171.

³³ TENÓRIO, 2009, p. 41.

³⁴ Ibid.

Para Herman Lima, a importância de *O Malho* estava ancorada em seus serviços prestados:

Dela pode-se dizer que foi a única revista de caricaturas a reproduzir na república os grandes tempos de suas congêneres do segundo reinado, nada poupando aos adversários, como no caso da Campanha Civilista, combatendo Rui Barbosa, e na revolução de 30, ridicularizando os candidatos da Aliança Liberal.³⁵

Ao transformar os eventos da política externa de Rio Branco em imagem, a caricatura transformou o abstrato em material concreto, passível de análise. Contudo, a caricatura não se constitui de uma representação passiva da realidade, mas uma representação crítica do artista e somente assim deve ser entendida.

Para Cardoso e Vainfas, “o pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um discurso que, assim considerado, não pode ser visto como algo transparente”³⁶. Dessa forma, torna-se necessário contextualizar a caricatura em seu contexto de origem, “nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero veículo neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere”.³⁷ Para isso, torna-se necessário “relacionar texto e contexto: buscar os nexos entre as ideias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos”.³⁸ Como já havíamos afirmado, fora de sua função imediata, a caricatura apenas adquire sentido histórico quando posta em seu contexto pelo historiador.

Embora estejamos tratando das imagens gráficas de *O Malho* enquanto caricaturas, seguindo o exemplo de Herman Lima, não podemos deixar de mencionar a confusão conceitual existente entre caricatura e charge na historiografia, sendo, seguidamente, tratadas como sinônimos. Diante da dificuldade de encontrar um conceito definitivo, principalmente, para a caricatura política e para a charge política, após longa discussão e buscas em diversos dicionários, o pesquisador Alberto Gawryszewski, Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP), em seu texto *Conceito de caricatura: não tem graça*

³⁵ Herman Lima. V. I, p. 146.

³⁶ CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.337.

³⁷ CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria L. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980, p. 19.

³⁸ CARDOSO; VAINFAS, 1997, p.378.

nenhuma publicado pela revista Domínios da Imagem de Londrina, sugere então a criação de novos conceitos, tais como “caricatura ideológica” e “charge ideológica”. Segundo ele,

Assim, poderíamos definir a caricatura ideológica como: imagem de personagem política, podendo abranger também fato político envolvido na questão proposta na ilustração, com a agressividade como essência. O humor não é seu objetivo final, mas pode existir de forma irônica visando denunciar o caráter do retratado. O uso do grotesco, da zoomorfia, da busca da equivalência com uso de símbolos políticos é uma de suas possibilidades. Quanto à definição de charge ideológica, podemos manter as mesmas características da caricatura, apenas se dirigindo ao fato político em especial, destacando-se o uso de símbolos.³⁹

Na prática, a única coisa que diferenciaria a caricatura ideológica da charge ideológica é que a primeira é atemporal, sendo inteligível em qualquer época, enquanto a segunda encontra-se presa no fato histórico dependendo de contextualização posterior para ser entendida. Embora, nesse caso, as imagens gráficas de *O Malho* se encaixem mais no conceito de charge ideológica, a discussão carece de estudos mais aprofundados para que possamos nos posicionar diante dos novos conceitos sugeridos. Portanto, neste trabalho, seguiremos na nossa escolha de tratarmos das imagens enquanto caricaturas.

Para analisarmos o modo como *O Malho* representou Rio Branco na caricatura no contexto dos eventos da política externa brasileira, no período de 1902-1912, seguiremos as seguintes etapas:

- 1) A contextualização dos eventos políticos protagonizados por Rio Branco na caricatura enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil tendo como base a historiografia;
- 2) A análise das caricaturas enquanto representações críticas de Rio Branco no contexto desses eventos;
- 3) A identificação das mensagens inseridas nas caricaturas.

A partir dessas etapas, discutiremos no primeiro capítulo deste trabalho como *O Malho* representou Rio Branco naquela que foi considerada a sua maior obra: a delimitação das fronteiras nacionais. Não à toa, Rio Branco ficou imortalizado nas palavras de Rui Barbosa como o Deus *terminus* das fronteiras. A Questão do Acre foi para Rio Branco sua maior conquista, uma vez que não apenas garantiu como expandiu o território nacional. Partindo da

³⁹ GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma*. Domínios da Imagem, Londrina, Ano I, N. 2, maio, 2008, p. 26.

posição de que Rio Branco almejava a liderança do Brasil na América do Sul, o país precisava estar certo de onde começava e de onde terminava a sua soberania, sendo a questão das fronteiras de extrema importância na política externa de Rio Branco e amplamente representada em *O Malho*, visto que a partir delas buscava-se identificar e construir a identidade do ser brasileiro.

No segundo capítulo, no contexto do processo de americanização da política externa brasileira, discutiremos como o ministro brasileiro foi representado na caricatura no contexto dos três principais eventos que marcaram a posição de Rio Branco sobre o lugar que o Brasil deveria ocupar no cenário da política internacional: o conflito do Brasil com a Alemanha no caso da *Panther* em 1905, a Conferência Pan-Americana em 1906 e a Conferência de Haia em 1907. Esses dois primeiros eventos foram instrumentalmente usados por Rio Branco como mecanismos de aproximação do Brasil com os Estados Unidos no sentido de garantir a soberania nacional, sendo o último mais conhecido por projetar o Brasil no cenário internacional.

Por fim, o terceiro capítulo centra-se na relação de rivalidade entre o Brasil e a Argentina no momento em que as tensões entre os dois países protagonizaram a cena na caricatura política de *O Malho*: o ano de 1908. A peculiaridade desse período deve-se ao fato de que se encontrava no Ministério das Relações Exteriores da Argentina, desde fins de 1906, Estanislao Zeballos, rival de Rio Branco na busca por prestígio no cenário político internacional e declaradamente antibrasileiro. Em 1908, as tensões entre os dois países alcançaram seu cume, a ponto de pôr em risco a paz sul-americana. *O Malho*, por sua vez, acompanhou e representou esse período ampliando as diferenças de conduta entre os dois ministros e divulgando a disputa pela hegemonia regional na América do Sul entre Brasil e Argentina.

Visto que não poderemos trazer para este trabalho todas as caricaturas de Rio Branco publicadas pelo *O Malho* no período estudado em função do alto número de exemplares, trabalharemos com o método de amostragens, ou seja, no contexto de cada tema selecionaremos para análise as caricaturas que possam melhor exemplificar o conjunto de ideias que a revista buscou passar de Rio Branco no contexto da política externa. Contudo, colocaremos ao final do trabalho um apêndice com a relação das caricaturas publicadas pela revista sobre o tema Rio Branco para estudos posteriores.

Nas páginas a seguir, buscaremos então cumprir com o objetivo anunciado neste trabalho, que consiste em verificar de que forma Rio Branco foi representado na caricatura enquanto protagonista de importantes eventos da política externa brasileira entre 1902-1912 pela revista ilustrada *O Malho*.

1 TRAÇANDO AS FRONTEIRAS NACIONAIS

Um país soberano é aquele que exerce autonomia dentro de seu território nacional. Contudo, nem sempre as linhas que separam os países são claras, dificultando o entendimento sobre onde começa e onde termina a autoridade de cada país. Essa indefinição territorial pode gerar graves conflitos entre países limítrofes, levando muitas vezes ao extremo de um rompimento diplomático. Neste capítulo, veremos como *O Malho* representou Rio Branco, enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil, na busca pela delimitação definitiva das fronteiras nacionais, visando, dentro de um plano mais amplo, a hegemonia política do Brasil na América do Sul.

1.1 A Questão do Acre: o litígio do Brasil com a Bolívia

No decorrer dos anos, diplomatas e historiadores da política externa brasileira como Araújo Jorge (ex-secretário de Rio Branco), Alvaro Lins, Adelar Heinsfeld, Clodoaldo Bueno, Delgado de Carvalho entre outros pesquisadores, dedicaram seu tempo para estudar o Barão do Rio Branco enquanto importante político brasileiro, responsável, principalmente, pela delimitação do território nacional em meio a delicados conflitos fronteiriços com os vizinhos sul-americanos. Esses estudos nos servirão de base para situarmos as caricaturas de *O Malho* no contexto dos eventos políticos da época, possibilitando-nos, assim, que as consultemos enquanto fonte histórica.

A Questão do Acre foi um dos assuntos da política externa brasileira no período de Rio Branco que mais se destacou na revista ilustrada *O Malho*. Buscaremos assim, compreender de que forma *O Malho* representou o ministro brasileiro na caricatura no contexto do delicado conflito que ameaçou a soberania brasileira no início do século XX.

O fato da Bolívia, em 1899, ter reivindicado a soberania do território do Acre para si, não deveria ter criado, a priori, nenhum aborrecimento ao Brasil, posto que, “do ponto de vista jurídico, todo o território do Acre era boliviano”⁴⁰. Todavia, essa atitude criou uma sucessão de

⁴⁰ JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945, p. 132.

embaraços que colocou em risco a paz sul-americana e resultou na compra do território do Acre pelo Brasil em 1903.

Mergulhado na contradição entre o direito jurídico e as “leis da natureza”, o território do Acre - que de direito pertencia a Bolívia - geograficamente era dependência do Brasil e “só facilmente acessível pelas vias fluviais do sistema amazônico”⁴¹. Em decorrência disso, havia sido povoado por brasileiros que, sem a interferência de nenhuma autoridade boliviana, se instalaram e colonizaram aquele território. Quando, em 1899, pela primeira vez o governo da Bolívia tentou impor a sua soberania no Acre, a população brasileira que ali residia não reconheceu a autoridade boliviana sob o território e como resposta levantou armas e proclamou a independência do Acre com a intenção de pedir, posteriormente, a anexação do território ao Brasil.

Diante desse quadro e ciente da impossibilidade de administrar e exercer a sua soberania normalmente no território acreano, a Bolívia arrendou-o para “um Sindicato de capitalistas ingleses e norte-americanos”⁴². “Sem determinar limites nem demarcações, dava ao sindicato direito de administrar, de arrecadar impostos, organizar polícia, manter tropas e barcos de guerra. Em suma, transferia para um órgão particular uma verdadeira soberania que pertence ao Estado”⁴³.

Isso significava a instalação no coração do continente americano de uma companhia colonizadora, armada de poderes majestáticos, do gênero das que exploravam terras de Ásia e África, e cuja atividade, a coberto de apoio dos governos dos Estados Unidos da América e da Inglaterra, havia de gerar fatalmente complicações perigosas e perturbadoras na América do Sul.⁴⁴

Em 2 de agosto de 1902, ao ter conhecimento do contrato firmado pela Bolívia com os arrendatários estrangeiros, a população brasileira do Acre pegou em armas novamente e sob o comando de Plácido de Castro assenhorou-se de todo o território acreano⁴⁵. O Brasil, por sua vez, intercedeu junto à Bolívia para que o contrato fosse cancelado ou que, no mínimo, algumas cláusulas fossem modificadas de modo que não ferissem a integridade dos brasileiros que

⁴¹ Idem, p. 133.

⁴² Ibid.

⁴³ CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo Editora S. A. – São Paulo, Brasil, 1959, p. 223.

⁴⁴ JORGE, 1945, p. 133-134.

⁴⁵ Ibid.

habitavam aquele território. O esforço do Brasil foi inútil, posto que a Bolívia, além de continuar irredutível dentro do seu direito jurídico de posse e autonomia sob o território,

anunciou a partida de La Paz de uma expedição militar, tendo à sua frente o próprio Presidente da República [General Pando] e seu Ministro de Guerra, para submeter os acreanos sublevados, pacificar o território, implantar à força a autoridade boliviana e dar posse ao sindicato anglo-americano, cujos representantes, já em Manaus, aguardavam a passagem do vapor com destino a Porto Acre.⁴⁶

Legalmente, o fato do território de o Acre ter sido colonizado por brasileiros não beneficiava o Brasil e não lhe dava direitos sob aquele território. Como o governo boliviano nos fazia observar, “contávamos alemães em Santa Catarina e italianos em São Paulo”⁴⁷. O fato de o Acre ser território contíguo do Brasil igualmente não importava, juridicamente era o Acre da Bolívia e assim reconhecido na interpretação do Tratado de limites de 1867 por ambos os países. Nesse momento, o Brasil só podia reclamar pela integridade dos brasileiros que viviam naquele território e assim o fez.

Vale lembrar que foi nesse contexto delicado das relações diplomáticas entre Brasil e Bolívia que o então presidente brasileiro recém-eleito, Rodrigues Alves, convidou o Barão do Rio Branco para assumir a pasta do Ministério das Relações Exteriores. Tendo sua fama já consagrada na resolução de delicados conflitos fronteiriços – Missões e Amapá - Rio Branco foi a escolha propícia para resolver a complexa questão.

Rio Branco assumiu oficialmente a pasta do Ministério das Relações Exteriores em 3 de dezembro de 1902 e sua chegada foi representada com entusiasmo pelo diretor artístico de *O Malho*, Crispim do Amaral:

⁴⁶ Idem, p. 134.

⁴⁷ CARVALHO, 1959, p. 222.

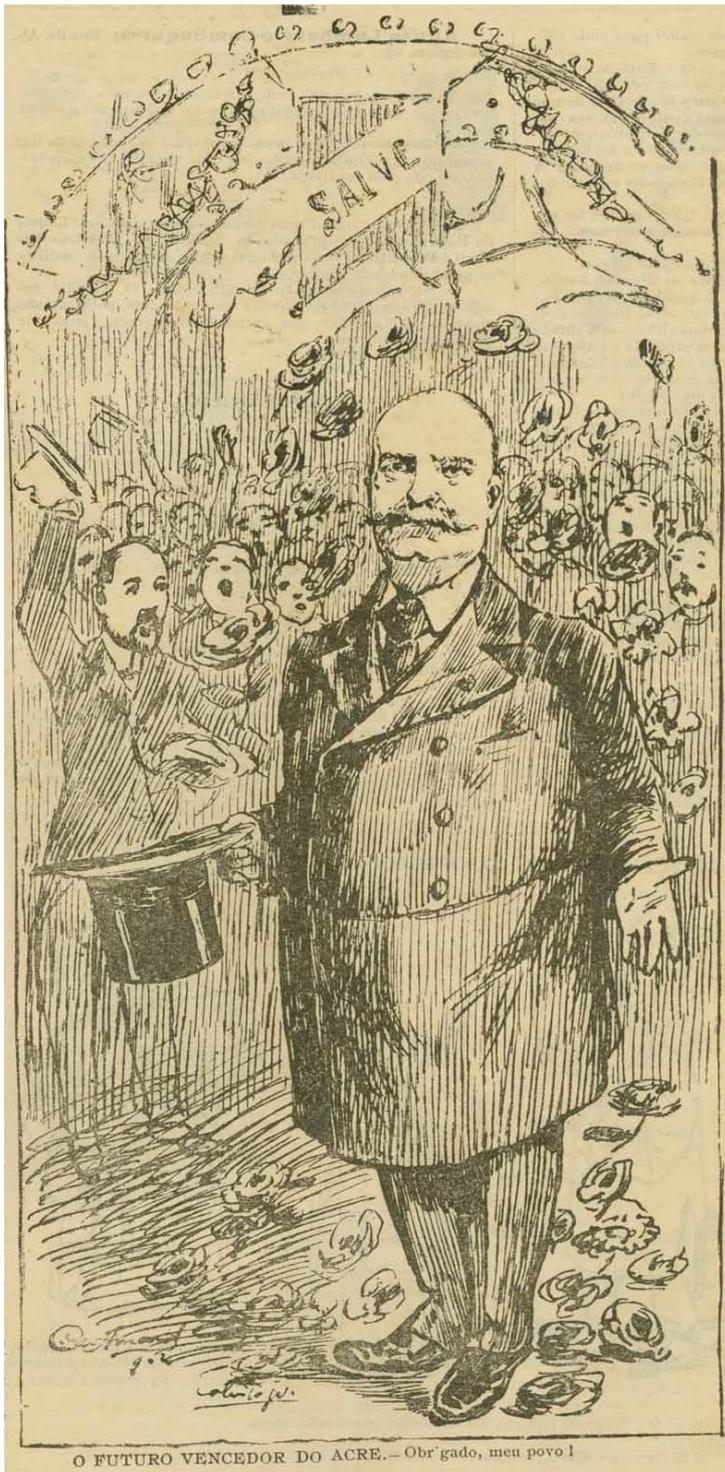


Figura 2 – Crispim do Amaral | Sem título | *O Malho*, 06/12/1902

“O FUTURO VENCEDOR DO ACRE: - Obrigado, meu povo!”

Nessa caricatura, Crispim apresenta o ministro recém-chegado ao leitor na condição de *Futuro Vencedor do Acre*. Na representação, Rio Branco está em primeiro plano, em posição de agradecimento. Em segundo plano está representada a multidão que o recebe saudando-

o com flores. A primeira manifestação de *O Malho* sobre Rio Branco enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil foi, portanto, positiva.

Em conformidade com as expectativas representadas por Crispim na caricatura, Rio Branco rapidamente começou a trabalhar de modo a encontrar uma solução pacífica e direta com a Bolívia para a questão do Acre.

Após analisar a complexa situação em que se encontravam as relações entre Brasil e Bolívia, Rio Branco concluiu “que só uma solução se impunha, urgente e inadiável: tornar todo o território habitado pelos nossos nacionais, mediante a sua aquisição⁴⁸”. Essa proposta de compra foi imediatamente rejeitada pela Bolívia, então rapidamente Rio Branco propôs uma permuta desigual de territórios, a que outras compensações serviriam de complemento⁴⁹. Mas, dessa vez, a notícia de que uma expedição militar boliviana marchava em direção ao Acre “e a declaração feita em La Paz ao representante diplomático brasileiro de que o governo da Bolívia não pretendia continuar as negociações antes de haver dominado a insurreição acreana e pacificado a região conflagrada”⁵⁰, pôs fim às primeiras conversações rumo a um entendimento direto. Como resposta a ofensiva boliviana, o governo brasileiro enviou suas tropas para os Estados do Mato Grosso e Amazonas e ocupou militarmente o território do Acre até que o conflito fosse solucionado. A medida foi tomada, a priori, na tentativa de garantir a segurança dos brasileiros que habitavam aquele território e que poderiam ser fatalmente derrotados pelo exército boliviano.

A atitude do Brasil, diante o avanço boliviano contra a população acreana, foi representada positivamente pelo *O Malho* na caricatura:

⁴⁸ JORGE, 1945, p. 136.

⁴⁹ *Idem*, p. 137.

⁵⁰ *Ibid.*

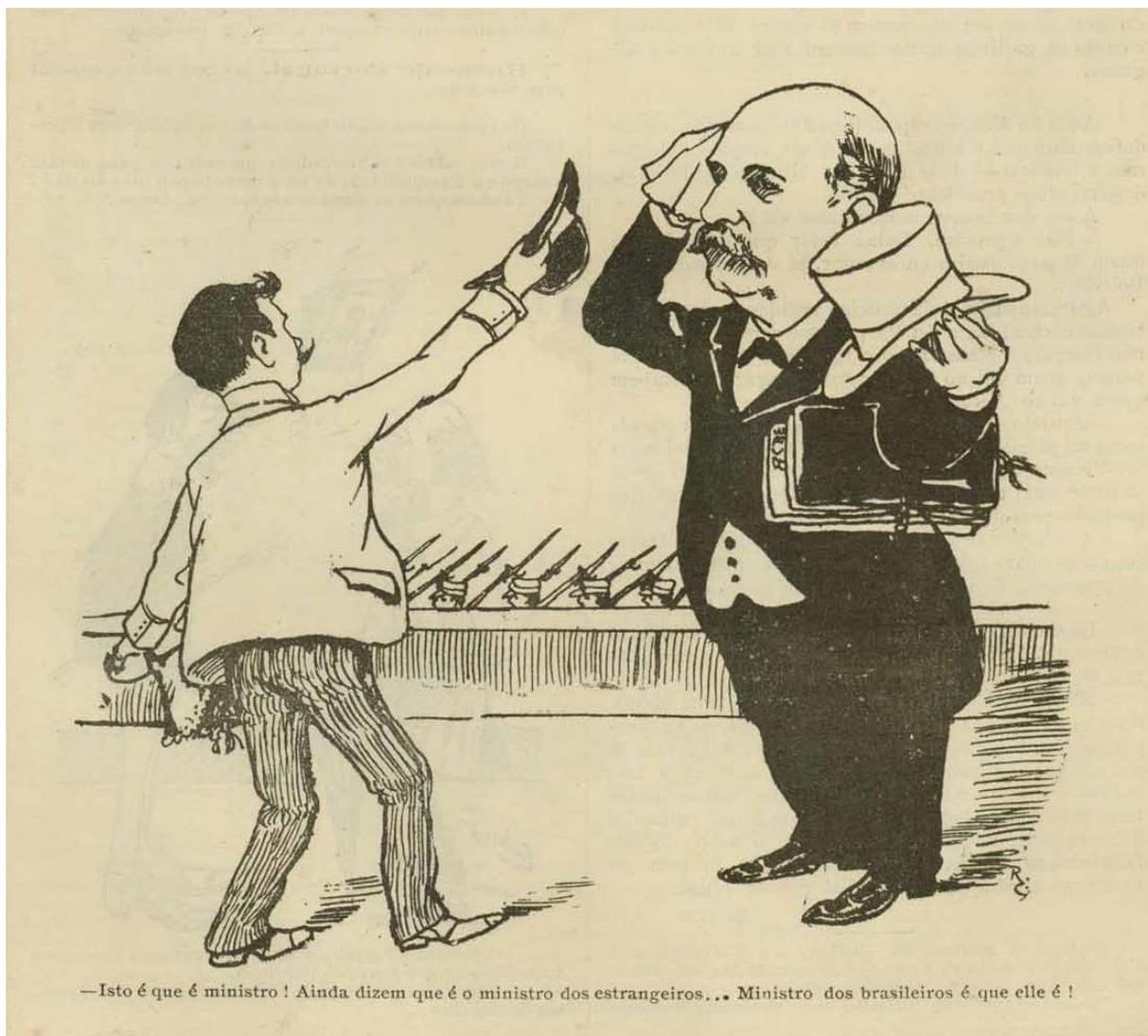


Figura 3 – Renato Castro | Sem título | *O Malho*, 14/02/1903

“- Isto é que é ministro! Ainda dizem que é o ministro dos estrangeiros... Ministro dos brasileiros é que ele é!”

Nessa caricatura, Renato Castro representa ao fundo o exército brasileiro marchando rumo ao território conflagrado, enquanto Rio Branco é elogiado por sua atitude em favor dos brasileiros no primeiro plano da caricatura. A caricatura revela também o desgaste sofrido por Rio Branco na tentativa resolver a questão. A falta de identificação do personagem que homenageia o ministro, leva-nos a crer que possa ser o próprio caricaturista.

Com a resistência da Bolívia em resolver a questão do território acreano sem a intervenção militar na região disputada, Rio Branco tomou algumas medidas preventivas a fim de assegurar a integridade da população brasileira no Acre para que, só depois, as negociações diretas com a Bolívia, na tentativa de encontrar uma solução pacífica para a questão, fossem retomadas: declarou o território do Acre litigioso de acordo com uma nova interpretação dada

ao Tratado de limites de 1867; reestabeleceu o livre trânsito pelas vias fluviais do Amazonas que haviam sido suspensas em decorrência do contrato feito pela Bolívia com os capitalistas estrangeiros; conseguiu com que a Bolívia aceitasse um acordo provisório de convivência suspendendo as agressões entre o Governo da Bolívia e os revolucionários acreanos e dando ao Brasil o controle administrativo e militar do território conflagrado até que se chegasse a um acordo definitivo; e “o que era fundamental para o êxito de qualquer acordo, a declaração legal de absoluta desistência do Sindicato anglo-americano de todo e qualquer direito ou reclamação possível, mediante uma indenização de 110.000 libras esterlinas⁵¹”.

Na caricatura, *O Malho* aponta o patriotismo como a solução para os conflitos internos e externos do Brasil:

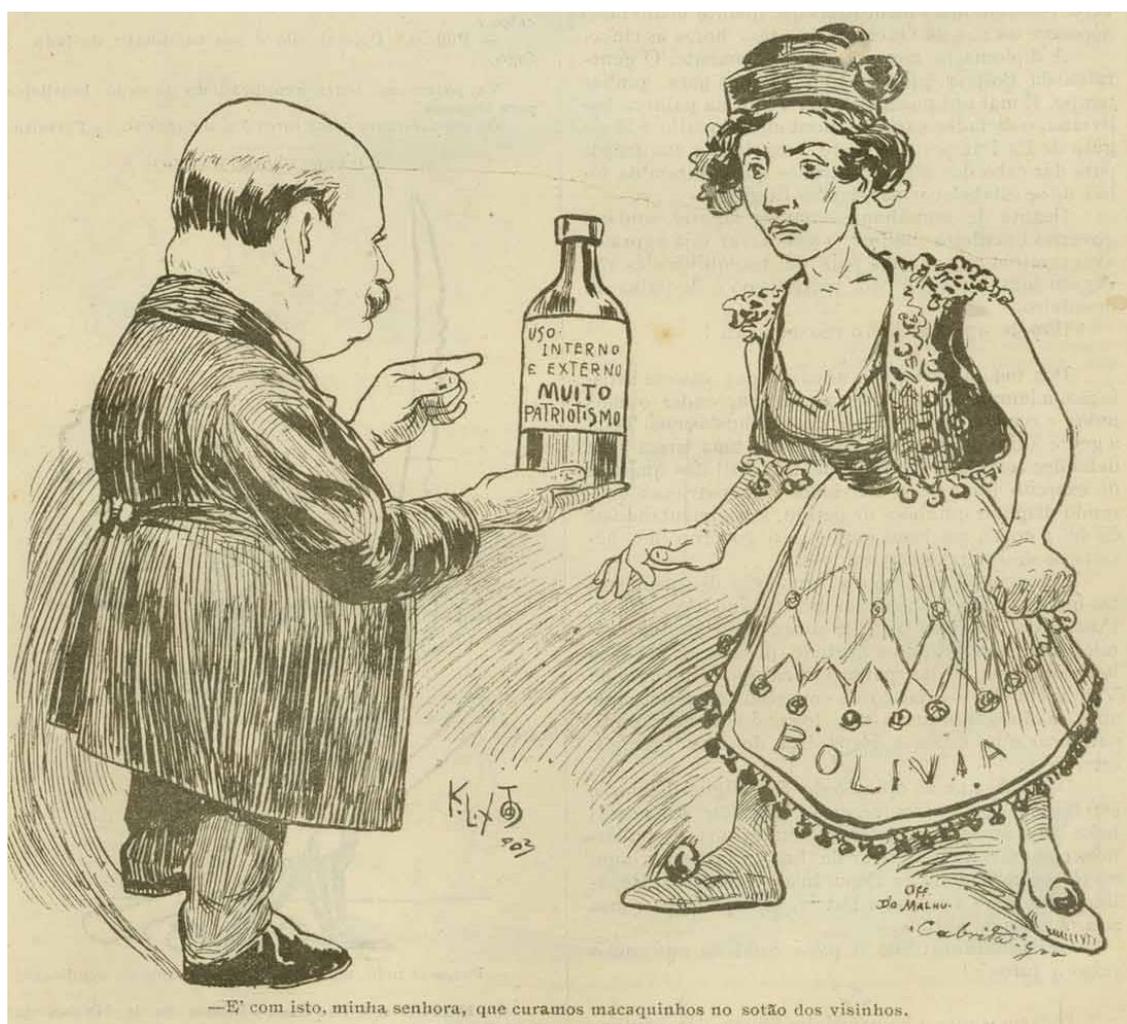


Figura 4 - K. Lixto | Sem Título | *O Malho*, 31/01/1903

“- É com isto, minha senhora, que curamos macaquinhos no sótão dos vizinhos. ”

⁵¹ JORGE, 1945, p. 138.

Nessa caricatura, K. Lixto representa Rio Branco apontando para a Bolívia o uso do *patriotismo* como remédio para curar *macaquinhos no sótão dos vizinhos* (essa expressão da língua portuguesa significa dizer “ilusões na cabeça/achar que algo muito improvável de acontecer é bastante possível”). A caricatura ressalta também que o remédio é para uso interno e externo, ou seja, em meio a crises a solução está no uso do sentimento patriótico, ressaltando assim uma das características fundamentais da revista. Rio Branco se constitui, portanto, como um agente representante do patriotismo para *O Malho*.

Com o recuo ofensivo da Bolívia, as negociações para pôr fim ao conflito no Acre foram retomadas em julho de 1903. Por parte do Brasil, as negociações ficaram a cargo de Rio Branco a quem, a seu pedido, o Governo associou o senador Rui Barbosa e o ministro plenipotenciário do Brasil no Departamento de Estado norte-americano, Assis Brasil - que antes disso já havia intercedido pelo Brasil junto a Washington para que os Estados Unidos não interferissem no conflito, pois, temia-se que a questão despertasse o interesse comercial do país na região, colocando assim, a soberania brasileira em risco, visto que o Brasil detinha o controle sob os rios amazônicos “e que a abertura do Amazonas era incompatível com o arrendamento do Acre⁵²”. De acordo com Heinsfeld:

Com o início da indústria automobilística, a borracha tornava-se um produto de grande importância estratégica. Os EUA tinham na Amazônia um grande fornecedor desse produto. A exportação da goma elástica, matéria-prima da borracha, do Brasil para os EUA, evoluiu de U\$ 3. 296. 766 em 1879, U\$ 7. 569. 005 em 1889, para U\$ 16. 999. 345 em 1899⁵³.

Contra essa possibilidade que amedrontava o Brasil, Assis Brasil “jogava com a Doutrina Monroe, pois tratava-se de uma empresa, integrada também por capitais europeus, que iria empreender típica exploração colonial igual à que então se observava em áreas africanas e asiáticas⁵⁴”. Assis Brasil acompanhou até o final as negociações para a firmação do acordo entre Brasil e Bolívia na Questão do Acre. Rui Barbosa, por outro lado, se exonerou da função três meses depois, declarando-se plenipotenciário vencido. “A sua admiração pelo Barão em nada arrefeceu, mas como senador e cultor da opinião pública, teve escrúpulos em acompanhar

⁵² CARVALHO, 1959, p. 224.

⁵³ HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Joaçaba: Edições Unoesc, 2003, p. 56 – 57.

⁵⁴ BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira República: os anos de apogeu (1902 – 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 313.

a orientação que Rio Branco [...] julgava poder seguir na troca de territórios, prevista pelo Tratado de 1867”⁵⁵. Rui Barbosa era contra a transferência territorial, preferindo oferecer maior compensação pecuniária. Essa solução, contudo, foi emitida à Bolívia pelo Barão do Rio Branco, que não foi aceita. Diante disso, o senador se despediu da comissão.

As divergências de ideias entre o Barão do Rio Branco e Rui Barbosa, que causou a saída desse último da comissão responsável pelas negociações com a Bolívia na Questão do Acre, não passou despercebida pelo *O Malho*. Todavia, aparentemente, a revista não tomou partido de um ou outro lado abertamente, se resumiu em enfatizar a contrariedade de Rui Barbosa no que se refere a troca de territórios [também favorável ao arbitramento], enquanto a propensão de Rio Branco para as negociações diretas⁵⁶. Em síntese, representa Rui Barbosa como um político cauteloso ao tempo que revela Rio Branco um jogador arriscado. Contudo, a historiografia afirma justamente o contrário: por cautela, Rio Branco buscava um acordo direto com a Bolívia, mesmo que para isso tivesse que recorrer a troca de territórios, pois, “caso não se encontrasse uma fórmula que conciliasse os interesses em conflito as duas partes litigantes recorreriam ao arbitramento para a interpretação do Tratado de 1876”⁵⁷. Rio Branco acreditava que se a questão fosse para arbitramento, dificilmente o Brasil sairia vitorioso. “Conhecedor dos princípios básicos do Direito Internacional, Rio Branco sabia que o árbitro analisaria a questão, meramente, pelo aspecto jurídico”⁵⁸. “‘Não creio’, dizia ele, que um árbitro pudesse nos dar ganho de causa depois de 36 anos de inteligência contrária à que só começou a ser dada pelo Governo do Brasil em princípios deste ano”⁵⁹. Diante desse contexto, levar a Questão ao arbitramento internacional seria uma atitude arriscada para o Brasil, que contava com pouquíssimas chances de vitória sob o aspecto jurídico.

Enquanto os dias passavam de julho a novembro, *O Malho* demonstrava a sua impaciência com a demora de Rio Branco para solucionar o conflito. Caricaturas como “O crônico Acre”⁶⁰, “Ainda e sempre o Acre”⁶¹, “Eterno Acre”⁶² passaram a ser cada vez mais recorrentes. O entusiasmo antes emergente começava a decair e, enquanto não se obtinha uma resposta oficial, conjecturava-se sobre as negociações entre Brasil e Bolívia:

⁵⁵ CARVALHO, 1959, p. 226.

⁵⁶ Vide exemplo: Raul | O Ruy e o Rio | *O Malho*, 18/07/1903, p. 5. K. Lixto | A bota do Acre | *O Malho*, 3/10/1903, p. 6. K. Lixto | Ainda e sempre o Acre | *O Malho*, 17/10/1903, p. 18. K. Lixto. | o negócio do Acre | *O Malho*, 24/10/1903, p. 2.

⁵⁷ JORGE, 1945, p. 138.

⁵⁸ HEINSFELD, 2003, p. 61-62.

⁵⁹ CARVALHO, 1959, p. 226.

⁶⁰ Raul | O chronico Acre | *O Malho*, 25/07/1903 p.8.

⁶¹ K. Lixto | Ainda e sempre o Acre | *O Malho*, 17/10/1903 p.18.

⁶² Sem assinatura | Eterno Acre | *O Malho*, 31/10/1903 p. 19.



Figura 5 - Falstaff | "Idyllio" | *O Malho*, 10/10/1903

“- Dois portos no Atlântico, uma via férrea e dois milhões de libras e serei tua...
 - Mas isto é de tirar couro e cabelo.
 - Couro pode ser, mas cabelo é coisa que você não tem...”

Nessa caricatura de Falstaff, intitulada *Ydyllio*, que podemos inferir tratar-se de um flerte, a Bolívia é representada como uma mulher volúvel com traços femininos e delicados negociando com Rio Branco a venda do território do Acre a fim de obter o melhor retorno financeiro. Em contrapartida, Rio Branco parece preocupado com o que isso poderá lhe custar. Nota-se aqui, que o artista recorre aos elementos cômicos, característico da caricatura, para expressar a sua preocupação referente aos gastos que o Brasil poderia ter caso a questão fosse resolvida por meio de negociações diretas com a Bolívia.

Quatro meses se passaram do início das negociações quando finalmente o Brasil e a Bolívia entraram em um acordo que foi oficializado pela assinatura do Tratado de Petrópolis em 17 de novembro de 1903. Concordou-se que,

ficava com o Brasil todo o território litigioso, equivalente a 142. 900 km², mais 48. 100 km² considerados bolivianos.

Em troca, o Brasil cedia à Bolívia 2. 296 km², que eram habitados por bolivianos, situados entre os rios Madeira e Abuña, mais 723 km² sobre a margem direita do rio Paraguai, 116 km² sobre a lagoa de Cáceres, 20, 3 km² sobre a lagoa Mandioré e 8, 2 km² sobre a margem meridional da lagoa Gaíba⁶³.

Para compensar a permuta desigual dos territórios - Brasil com 191. 000 km² e a Bolívia com 3. 164 km² - o Brasil pagaria para a Bolívia uma indenização pecuniária “de dois milhões de libras esterlinas e se comprometia a construir uma estrada de ferro, em território brasileiro, ligando Santo Antônio, no rio Madeira, à Vila Bela, na confluência dos Rios Beni e Mamoré”⁶⁴.

O desafio de Rio Branco agora era convencer o governo brasileiro, bem como a opinião pública, de que aquela era a única saída para o conflito de modo que fosse favorável ao Brasil. Para isso, usou os mesmos argumentos que havia usado com Rui Barbosa sobre os riscos que o Brasil correria caso a Questão fosse à arbitragem internacional, onde contava com pouquíssimas chances de vitória. Não obstante, listou outras vantagens que o negócio com a Bolívia proporcionaria para o Brasil. Sobre a ferrovia argumentou que: “A construção da estrada de ferro Madeira e Mamoré é outra grande vantagem que oferecemos à nação vizinha, com a feliz circunstância de ser ainda maior proveito para nós”⁶⁵. Estrategicamente, a Bolívia escoaria seus produtos através dos portos brasileiros, trazendo benefícios econômicos para o país. Alertou ainda, que a Argentina e o Chile, “inspiradas em sábias preocupações econômicas”, estavam construindo e construiriam caminhos de ferro na Bolívia com a intenção de canalizar para o seu litoral a produção boliviana, contudo, geograficamente o caminho brasileiro proporcionaria maior proximidade com os portos europeus e americanos, facilitando, também, o trânsito do comércio boliviano.

⁶³ HEINSFELD, 2003, p. 64-65.

⁶⁴ Idem, p. 65.

⁶⁵ RIO BRANCO. *Questão de limites* - Exposição de motivos. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947, p. 22.

Defendendo-se das críticas sobre o alto valor que o Brasil teria que pagar à Bolívia, Rio Branco era enfático ao dizer que: “segundo os dados conhecidos relativamente à renda do território anexado, essa renda garante de sobra o sacrifício do nosso Tesouro e promete mesmo em breve amortizar totalmente o desembolso”.⁶⁶



Figura 6 - Falstaff | “A grande droga” | *O Malho*, 7/11/1903

“- Prove esta droga, é amarga no começo, mas doce no fundo.
- No fundo já estou eu...”

⁶⁶ Idem, p. 25.

Nessa caricatura, Falstaff representa Rio Branco tentando convencer o *Tesouro* a engolir o negócio do Acre, descrito na caricatura como a *grande droga*. Lidando com a aparente reticência do *Tesouro*, Rio Branco garante que a droga [o negócio], apesar de amarga no começo, será doce no final, ou seja, o Brasil acabaria lucrando futuramente com a compra do território. Destaca-se na caricatura, o contraste entre Rio Branco e o *Tesouro*: percebe-se que o caricaturista tentou passar uma mensagem de crise financeira ao representar o Tesouro Nacional como um homem de aspecto magro e doente. O negócio do Acre é representado, assim, como uma promessa de cura ao Tesouro.

Nessa outra caricatura, a imprensa assume caráter investigativo e denuncia os gastos de Rio Branco na compra do Acre:



Figura 7 - Leonidas | “Os taes 500 contos” | *O Malho*, 17/09/1904

“Rio Branco: - E esta! Aquella sujeitinha à cata dos 500 contos, como se fosse possível ganhar celebridade sem perder arame e como se não fosse um pecado mortal deixar de pagar jornal a quem trabalha! Ora, dá-se!”

Em *Os taes 500 contos*, Leônidas acusa Rio Branco de estar buscando prestígio pessoal na compra do Acre. *Arame* e *jornal* significam respectivamente, na linguagem da época, *dinheiro* e *salário*. Essa imagem de gastador acompanhou Rio Branco durante toda a sua gestão, destacando-se, principalmente, em eventos cujo dinheiro público estava envolvido em maior

escala nas ações do ministro, como veremos adiante no contexto da organização da Terceira Conferência Pan-Americana realizada no Rio de Janeiro em 1906.

Em 1908, *O Malho* publicou uma caricatura afirmando que o rendimento do território do Acre já totalizava uma soma de dois milhões e duzentos mil libras esterlinas, excedendo a indenização paga pelo Brasil para a Bolívia:

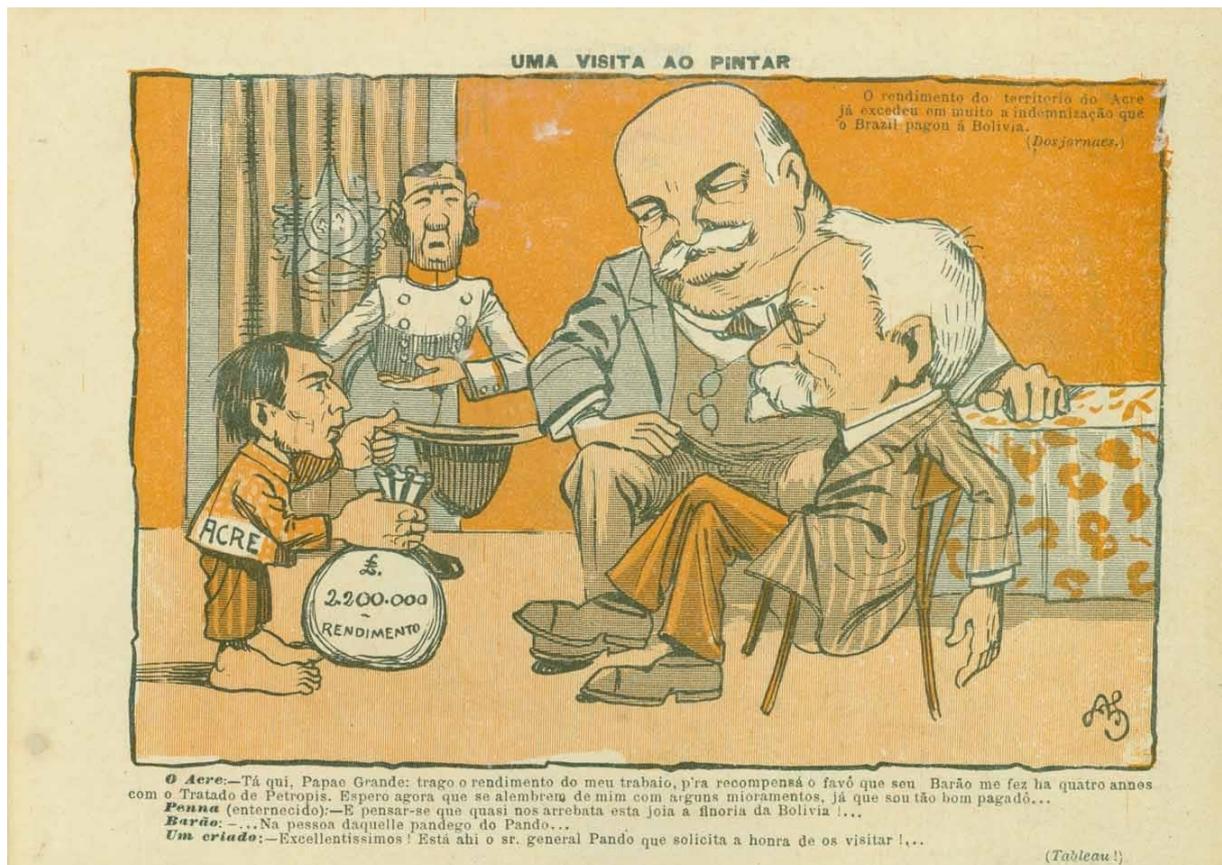


Figura 8 - Autor não identificado | “Uma visita ao pintar” | *O Malho*, 18/03/1908

“O rendimento do território do Acre já excedeu em muito a indenização que o Brasil pagou à Bolívia. (Dos Jornais.)

O Acre: - Tá aqui, Papai Grande: trago o rendimento do meu trabaio, p’ra recompensá o favô que seu Barão me fez há quatro anos com o Tratado de Petrópolis. Espero agora que se alembrem de mim com alguns mioramentos, já que siu tão bom pagado...

Penna (enternecido): - E pensar-se que quase nos arrebatá esta joia a (?) da Bolívia!...

Barão: - ... Na pessoa daquele pendego do Pando...

Um criado: - Excelentíssimos! Está ahí o sr. General Pando que solicita a honra de os visitar! ...”

Nessa caricatura, apesar de confirmar os ganhos que Rio Branco havia prometido para o Brasil na compra do Acre, a revista denuncia a falta de investimentos no território adquirido. Em seguida, Afonso Pena (presidente do Brasil) e Rio Branco relembram que quase perderam o lucrativo território para o Bolívia na figura do General Pando. Não podemos, entretanto,

afirmar se a visita do General Pando nesse episódio representado na caricatura de fato ocorreu. Contudo, a síntese da caricatura indica que os ganhos com a compra do Acre foram reais.

De acordo com Heinsfeld,

O auge da produção nacional de borracha aconteceu em 1912, com um total de 42.000 toneladas. A receita obtida com a exportação da borracha representava em média 13.400.000 libras esterlinas ao ano. O preço máximo no mercado internacional foi atingido em 1910, quando chegou a 10\$00 o quilo (0,63 libras/kg), com o Brasil obtendo a receita de 24.646.000 libras esterlinas, representando em torno de 40% do total das exportações. O território do Acre contribuiu em 1904 com 2.000 toneladas de borracha exportadas; no ano seguinte, esse volume chegou a 8.000 toneladas e, a partir de 1907, quando exportou mais de 11.000 toneladas, o Acre tornou-se o primeiro produtor de borracha do país.⁶⁷

Mesmo com todos os afirmativos econômicos no negócio do Acre com a Bolívia, e que posteriormente vieram a se concretizar, para Rio Branco a vitória maior não se caracterizaria no campo material, mas em algo infinitamente superior, de ordem moral e política, que era a garantia da soberania nacional.⁶⁸

Considerada pela historiografia como uma das principais obras de Rio Branco, identificamos 21 caricaturas com representações do ministro brasileiro dedicadas ao tema do Acre em *O Malho*, das quais, usamos uma amostragem de 7 caricaturas para este texto. As representações refletiram o movimento assumido pelas negociações. Iniciada pela expectativa, as negociações foram seguidas pelo entusiasmo e finalizadas com as críticas aos gastos públicos na compra do território. Na primeira situação, que corresponde à chegada de Rio Branco, a revista buscou afirmar a importância do ministro brasileiro na resolução da questão. Em seguida, procurou fomentar o patriotismo através de Rio Branco como ferramenta no impulso de defender a pátria em um momento de risco para a soberania. No final da questão, se colocando como defensor dos cofres públicos, *O Malho* criticou os meios pelos quais Rio Branco optou por resolver a questão e que resultou na compra do território do Acre. Nesse contexto, Rio Branco não foi marcado por uma imagem estática na revista, mas por uma imagem em movimento moldada pelos reflexos de suas ações.

⁶⁷ HEINSFELD, 2003, p. 67.

⁶⁸ RIO BRANCO, 1947, p. 20.

1.2 Ainda a questão do Acre: litígio do Brasil com o Peru (1904)

Se em 1903 o assunto em voga foram as conturbadas relações entre o Brasil e a Bolívia decorrentes da Questão do Acre, no ano seguinte o destaque no *O Malho* ficou por conta do Peru. O caso é que, nem bem o Brasil respirou aliviado com o afastamento da ameaça boliviana através do Sindicato capitalista, que outra questão, que a há muito vinha sendo adiada, ora pelo Brasil, ora pelo Peru, viera à tona provocando perigosos conflitos e, conseqüentemente, colocando em risco as relações diplomáticas entre os dois países sul-americanos.

Desde 1863 o Peru sustentava com afinco que uma considerável parte do Estado brasileiro do Amazonas, envolvendo uma superfície territorial de 442. 000 km² dentro do qual se incluíam as 191. 000 km² do território acreano, recém incorporados ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis de 17 de novembro de 1903, eram de sua propriedade⁶⁹. Ou seja, de acordo com o Peru, o Brasil havia adquirido da Bolívia territórios que eram de sua propriedade. A Questão de limites Peru-Bolívia estava submetida desde 1902 ao arbitramento internacional do governo argentino e, mesmo que todos os indicativos afirmassem o contrário, Rio Branco esperava que a decisão Argentina fosse favorável à Bolívia, eliminando assim parte do seu problema com o Peru, uma vez que o Brasil havia adquirido da Bolívia todo o território do Acre. Em decorrência da espera por essa decisão, Rio Branco arrastou a questão com o Peru até 1909, quando a Argentina deu seu parecer e finalmente o Brasil pode entrar em um acordo com o Peru baseado em estudos feitos na região por duas comissões técnicas, uma de cada país, que através de estudos geográficos e estatísticas fidedignas vieram a confirmar que quase todo território aclamado pelo Peru eram na verdade territórios incontestavelmente brasileiros.

Mesmo que os conflitos mais graves envolvendo peruanos e brasileiros na região litigiosa tenham ocorrido entre 1902 e 1904, os desentendimentos entre eles iniciaram anos antes e já davam mostras da gravidade que se poderiam chegar.

De acordo com Heinsfeld, “Com o início da exploração da borracha, a partir de 1870, brasileiros começaram a dirigir-se ao Alto Juruá e Alto Purus, região incluída nas reivindicações peruanas”⁷⁰. Quase trinta anos mais tarde, em 1896, segundo Rio Branco, chegaram os primeiros peruanos na região atraídos pelo comércio do caucho (*Castilloa elastica*)⁷¹,

⁶⁹ JORGE, 1954, p. 159.

⁷⁰ HEINSFELD, 2003, p. 86.

⁷¹ JORGE, 1945, p. 160-161.

agravando gradativamente as relações de amizade entre Brasil e Peru em decorrência da disputa de interesses econômicos entre peruanos e brasileiros naquele território. Ocorre que nessa região

eram exploradas duas espécies de borracha: o caucho e a borracha das seringueiras. A primeira destas espécies representava o objetivo de uma exploração devastadora das florestas, sendo que os caucheiros, cortando as árvores as inutilizavam, tornando o seu trabalho invasor e nômade por necessidade; a segunda era a exploração metódica, sangrando apenas a árvore sem prejudica-la, sendo, por conseguinte, trabalho de populações sedentárias.

Repetia-se, pois, nas matas acreanas este eterno conflito entre nômades e sedentários. Acontecia porém, que os invasores eram caucheiros errantes peruanos ou índios escravizados e que os seringueiros eram brasileiros que, subindo os tributários do Rio Purus e do Rio Juruá, lá se estabeleciam enquanto as incursões peruanas desciam o Rio Juruá e seus afluentes.⁷²

Em outubro de 1902 e junho de 1903 os territórios disputados (Alto Juruá e Alto Purus sucessivamente) foram palco de conflitos violentos entre peruanos e brasileiros, dessa vez, com o apoio do governo peruano que deslocou tropas e um comissário administrativo com a intenção de ocupar os territórios conflagrados e expulsar os brasileiros que ali viviam. Não por acaso, nessa época, o Brasil estava em intensa negociação com a Bolívia sobre a Questão do Acre e, em decorrência disso, o Peru acreditou ser esse o momento propício para resolver essa questão antiga que vinha causando transtornos a ambos os países.

Nessa caricatura, como um pesadelo para Rio Branco, K. Lixto representou o cerco feito pelo Peru na tentativa de pressionar o Brasil em resolver a questão rapidamente:

⁷² CARVALHO, 1959, p. 231-232.

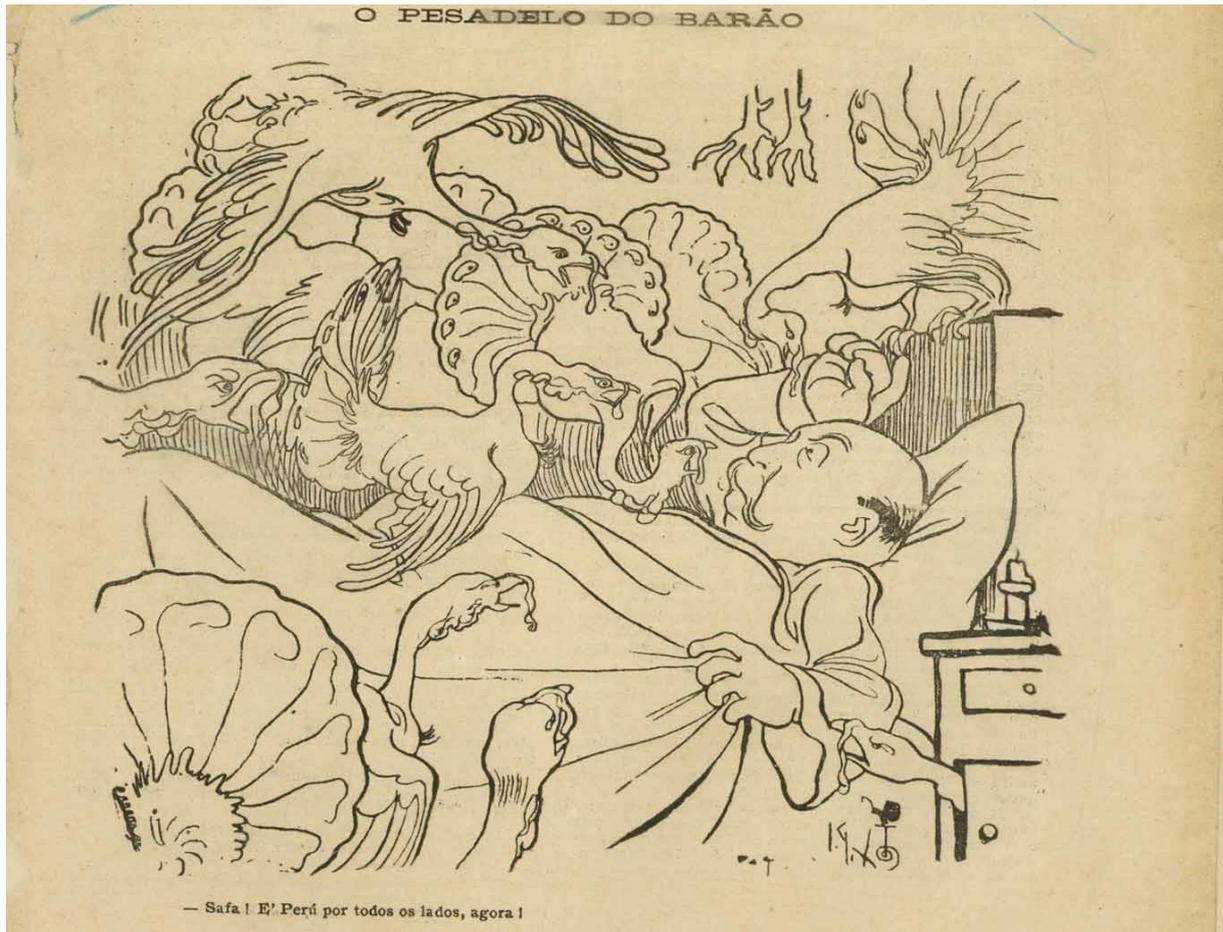


Figura 9 – K. Lixto | “O pesadelo do Barão” | *O Malho*, 23/04/1904

“- Sufa! É Peru por todos os lados, agora!”

A ocupação dos territórios que correspondiam ao Alto Purus e ao Alto Juruá seria uma forma de pressionar o Brasil a resolver a questão o mais depressa possível. “O Governo peruano pretendeu a princípio que um seu representante no Rio de Janeiro tomasse parte na nossa negociação com a Bolívia; pouco depois propôs que as questões de limites entre os três países fossem submetidas a um júizo arbitral”.⁷³ Todavia, Rio Branco recusou ambas as propostas do governo peruano, pois considerava perigoso e demorado se as negociações se estendessem aos três países simultaneamente, optando primeiro por resolver a questão com a Bolívia e posteriormente assumir as negociações com o Peru.

Em março de 1904, antes que os brasileiros pudessem impedir qualquer ação contrária, uma expedição de duzentos caucheiros armados e um destacamento militar peruano de trinta soldados tomaram e saquearam as propriedades brasileiras sem encontrar resistência, retirando-

⁷³ JORGE, 1945, p. 167.

se antes que pudessem ser impedidos por um grupo de voluntários brasileiros que subiam o rio para impedir a invasão.⁷⁴

Diante da gravidade da situação, “Rio Branco [...] solicitou aos Ministros Militares que mobilizassem forças de terra e mar, diante da eventualidade de um conflito armado, ao mesmo tempo que condicionou a negociação à retirada das tropas peruanas da região”⁷⁵. Agindo preventivamente com o intuito de preservar a integridade da população brasileira que vivia no território do Alto Purus e Alto Juruá, Rio Branco também proibiu o trânsito de armas e quaisquer outros elementos bélicos com destino ao Peru através do Rio Amazonas e, dessa forma, em conformidade com a regra estabelecida, mandou retirar do vapor *Ucaiale* caixas de armas e munições, vindos da Europa com destino a Iquitos.⁷⁶

Esses graves eventos fizeram com que a resolução do conflito se tornasse uma questão inadiável e em maio de 1904 realizaram-se no Rio de Janeiro as primeiras negociações entre o Brasil e o Peru para pôr fim ao conflito. Dessas negociações resultaram dois acordos que foram assinados em 12 de julho do mesmo ano: o primeiro determinava a criação, no Rio de Janeiro, de um Tribunal Arbitral encarregado de julgar as reclamações dos cidadãos brasileiros e peruanos por prejuízos ou violências que tivessem sofrido naquela região desde 1903 em decorrência dos conflitos ali ocorridos; o segundo, de caráter provisório, tinha por objetivo prevenir novos conflitos entre brasileiros e peruanos nos territórios conflagrados para que os governos entrassem amigavelmente em um acordo definitivo sobre os limites entre Brasil e Peru. Para que fosse obtido êxito nesse sentido, os territórios em litígio foram neutralizados e passaram a ser administrados por comissões mistas, brasileira e peruana, sendo que foram instalados também dois postos fiscais mistos.⁷⁷ No acordo de 12 de julho de 1904 também foram designadas duas comissões técnicas encarregadas de estudar geograficamente e estatisticamente a região de modo que pudessem auxiliar os dois países na busca de um acordo justo para ambos, baseado em informações concretas e confiáveis.

⁷⁴ Idem, p. 162.

⁷⁵ HEINSFELD, 2003, p. 89.

⁷⁶ Idem, p. 89-90.

⁷⁷ JORGE, 1945, p. 162 – 163.

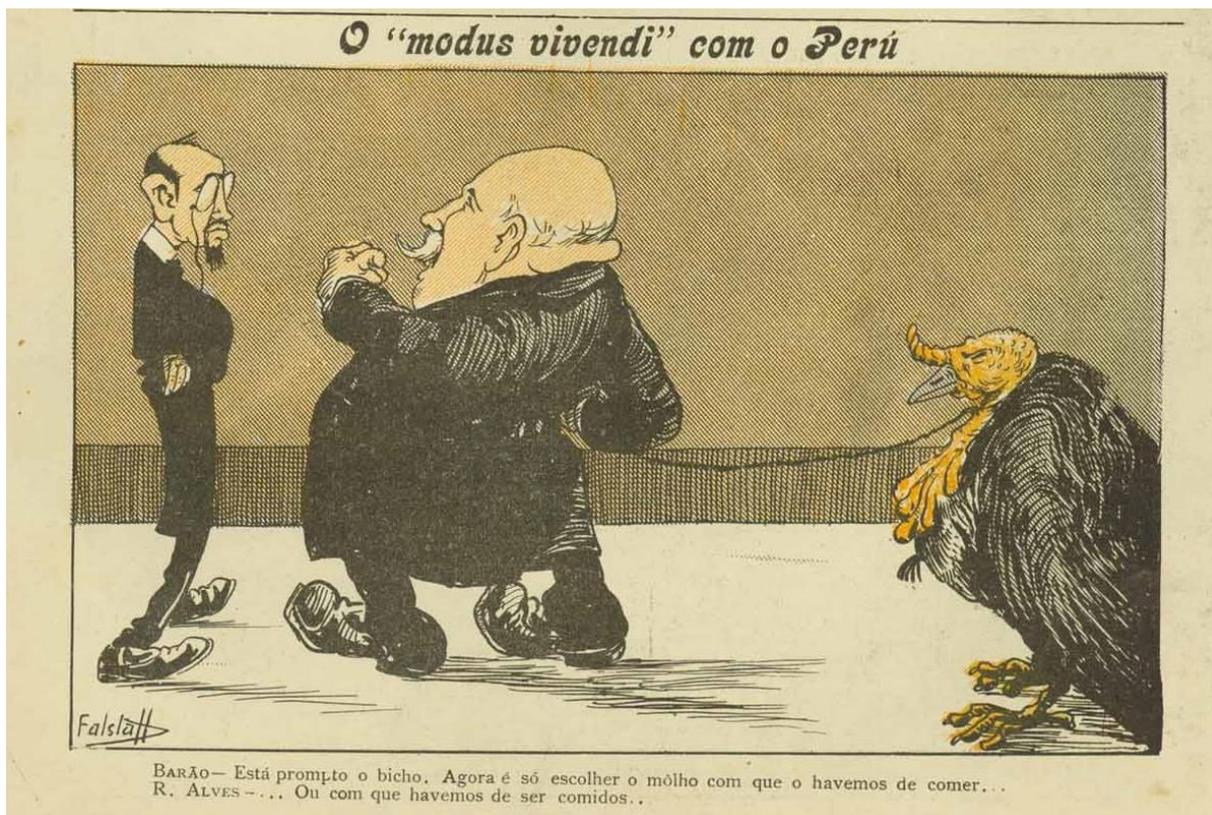


Figura 10 - Falstaff | “O “modus vivendi” com o Peru” / *O Malho*, 23/07/1904

“Barão: – Está pronto o bicho. Agora é só escolher o molho com que o havemos de comer...
R. Alves: - Ou com que havemos de ser comidos...”

Nessa caricatura, Falstaff, representou Rio Branco confiante em relação ao Tratado provisório com o Peru. No comando da situação, leva o bicho amarrado em corda curta, para que sirva de refeição ao Brasil. Em contrapartida, Rodrigues Alves considera a possibilidade serem devorados por ele. A linha tênue entre devorar o Peru e ser devorado por ele, representou a incerteza da situação naquele momento.

Após o acordo provisório com o Peru em 12 de julho de 1904, foi registrado apenas um conflito armado entre peruanos e brasileiros no território litigioso, ocorridos nos dias 4 e 5 de novembro de 1904. Todavia, o conflito foi justificado pelo desconhecimento dos peruanos belicosos sobre o acordo provisório entre Brasil e Peru em decorrência das dificuldades de comunicação do governo de Lima com o prefeito do Departamento de Loreto, responsável pelas tropas que ali conflitaram⁷⁸. Contudo, ao ter conhecimento do ocorrido, *O Malho* não deixou que o episódio passasse em branco na caricatura:

⁷⁸ Ibid.



Figura 11 - Leônidas | “O homem poz e o Peru dispoz...” | *O Malho*, 10/12/1904

“Rio Branco: - Oh! Com os diabos! Lá se me entornou o caldo do *modus-vivendi*! [...]! Ahi tenho eu nova sarna para me coçar!

Militar: - Tenha paciência, barão! Foi este bicho o culpado.... Eu não podia sofrer calado as suas bicadas.... Defendi-me delas!”

Representado como traiçoeiro por Leônidas, o Peru é responsabilizado por desrespeitar o acordo de *modus-vivendi* firmado com o Brasil. Diante do conflito imposto, o Brasil não teve outra alternativa senão a de se defender. Fica claro aqui, que o caricaturista buscou colocar o Brasil na posição defensiva, enquanto o Peru na ofensiva. E essa é a imagem do conflito que *O Malho* buscou, através da caricatura, representar ao leitor. Rio Branco, por sua vez, é representado em desequilíbrio diante do incidente e lamenta a atitude violenta do Peru.

O acordo definitivo sobre as linhas fronteiriças entre Brasil e Peru foi assinado somente 5 anos mais tarde, em 8 de setembro de 1909, com base no princípio *uti possidetis*, ou seja, o território é de propriedade de quem o habitou primeiro. Porém, antes disso, em 9 de julho de 1909, havia sido proferida a sentença arbitral da Argentina na questão de limites entre o Peru e a Bolívia, “segundo a qual mais da metade dos territórios que o Peru reclamava do Brasil ficou

desde logo fora da questão, isto é, incontestavelmente brasileiros, sem mais poder ser reivindicada pelo governo peruano”.⁷⁹

Nos termos do Tratado de limites entre Brasil e Peru,

todos os territórios de que o Brasil estava efetivamente de posse, habitados quase que exclusivamente por brasileiros, foram reconhecidos pelo Peru como do nosso domínio: ao Peru ficaram pertencendo os territórios do Alto Juruá e do Alto Purus, neutralizados em 1904 e onde só havia habitantes e estabelecimentos peruanos⁸⁰.

Em números, “O tratado brasileiro-peruano atribuiu ao Brasil 403. 000 quilômetros quadrados e ao Peru cerca de 39. 000, o que reduzia a superfície do território do Acre a 152. 000 quilômetros quadrados”.⁸¹ “O Tratado de limites com o Peru foi discutido e aprovado em cinco Sessões Secretas do Congresso Nacional brasileiro, no período de 19 a 25 de abril de 1910, pondo fim definitivamente ao conflito entre Brasil e Peru”.⁸²

Na historiografia, a questão de limites entre o Brasil e o Peru não ganhou a mesma atenção que ganhara a Questão do Acre com a Bolívia. Todavia, o conflito brasileiro-peruano ganhou grande repercussão na imprensa, no Congresso Nacional e na Câmara dos Deputados, fomentando calorosos debates e críticas sobre a forma como Rio Branco estava conduzindo a questão. Até mesmo dentro do corpo diplomático Rio Branco ganhara adversários⁸³. A demora na resolução do caso, ignorada propositalmente pelo governo brasileiro, inicialmente pelas negociações com a Bolívia e depois pela espera do laudo arbitral da Argentina no caso Peru-Bolívia, abria espaço para que os episódios de violência se estendessem entre brasileiros e peruanos no território disputado.

Em *O Malho*, o Peru foi representado como um país violento e traiçoeiro, onde, na tentativa de usurpar territórios brasileiros, foi responsável por ataques cruéis e covardes motivados por interesses puramente econômicos. Tais características peruanas, que unia ganância com tendências bélicas, foram fortemente destacadas pelos caricaturistas de *O Malho*, que passaram a usar a caricatura para atacar severamente tais comportamentos. Não obstante, o ridicularizavam representando-o em situações vexatórias na figura da ave (peru) que leva o

⁷⁹ Idem, p. 168.

⁸⁰ Idem, p. 168-169.

⁸¹ Ibid.

⁸² HEINSFELD, 2003, p. 110.

⁸³ Idem, p. 93, 94 e 95.

seu nome e, não poucas vezes, o referenciando como futura refeição para o Barão do Rio Branco na questão de limites em que se encontrava com o Brasil.

Nessa caricatura de 11 de junho de 1904 - portanto, 30 dias antes do acordo provisório de *modus vivendi* firmado entre Brasil e Peru - o caricaturista de *O Malho*, Alfredo Cândido, representou o que seriam as invasões peruanas em terras ocupadas por brasileiros na região litigiosa:

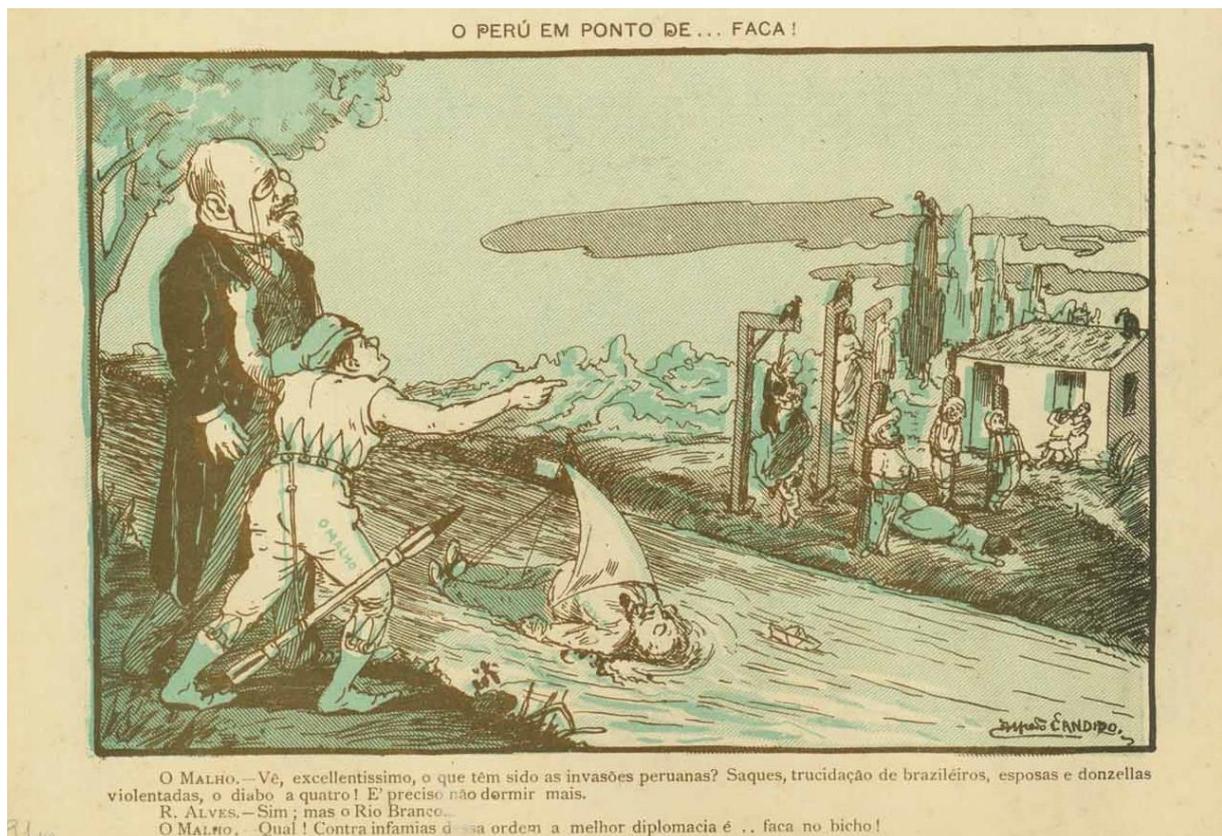


Figura 12 - Alfredo Cândido | “O Peru em ponto de... faca”! | *O Malho*, 11/6/1904

“*O Malho*. - Vê, excelentíssimo, o que tem sido as invasões peruanas? Saques, trucidações de brasileiros, esposas e donzelas violentadas, o diabo a quatro! É preciso não dormir mais.

R. A. - Sim; mas o Rio Branco...

O Malho. - Qual! Contra infâmias dessa ordem a melhor diplomacia é... faca no bicho!”

Na caricatura, o personagem *O Malho* puxa Rodrigues Alves, presidente do Brasil, e mostra uma cena de massacre no território ribeirinho. No quadro, entre enforcamentos e violência sexual, pousam urubus, representando a morte. No rio, desce um *corpo à vela* ao lado de um barquinho de papel, possivelmente fazendo referência à fragilidade da vida dos brasileiros em meio à violência dos ataques peruanos.

Diante do quadro fatídico, *O Malho* cobra de Rodrigues Alves uma resposta bélica ao Peru, como faz-nos entender no título e na frase da legenda: *Contra infâmias dessa ordem a melhor diplomacia é... faça no bicho!* criticando diretamente a demora de Rio Branco em resolver o conflito.

Contrastando com a posição assumida por Alfredo Cândido ao defender uma resposta bélica aos ataques peruanos, Leônidas critica a medida posterior tomada por Rio Branco ao enviar soldados para o território litigioso a fim de garantir a integridade dos brasileiros enquanto as negociações entre os dois países estavam sendo traçadas:

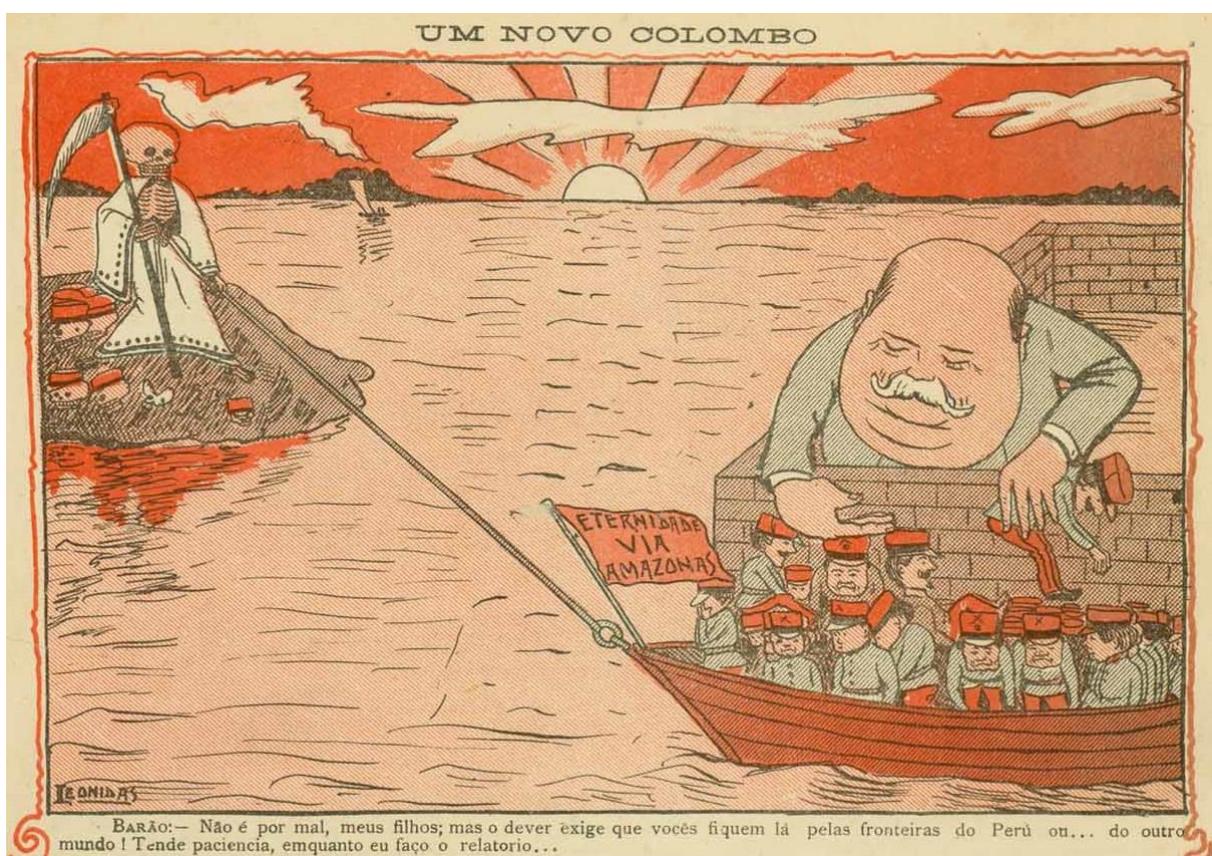


Figura 13 - Leônidas | “Um novo Colombo” | *O Malho*, 15/10/1904

“Barão: - Não é por mal, meus filhos; mas o dever exige que vocês fiquem lá pelas fronteiras do Peru ou... do outro mundo! Tende paciência, enquanto eu faço o relatório...”

Nessa caricatura, Leônidas critica a demora de Rio Branco em fazer o relatório do caso e representa-o manipulando soldados brasileiros como bonequinhos ao enviá-los para o território conflituoso. A fragilidade dos soldados, o barco que está prestes a ser puxado para a morte, a bandeira com a inscrição *Eternidade via Amazonas*, a cena sob o pôr do sol e o uso

exagerado da cor vermelha contribuíram para representar uma atmosfera sombria na caricatura sobre a ação de Rio Branco.

No dia 02 de novembro, que também era o dia de finados, Leônidas volta representar Rio Branco como responsável pelas mortes no caso do Peru:

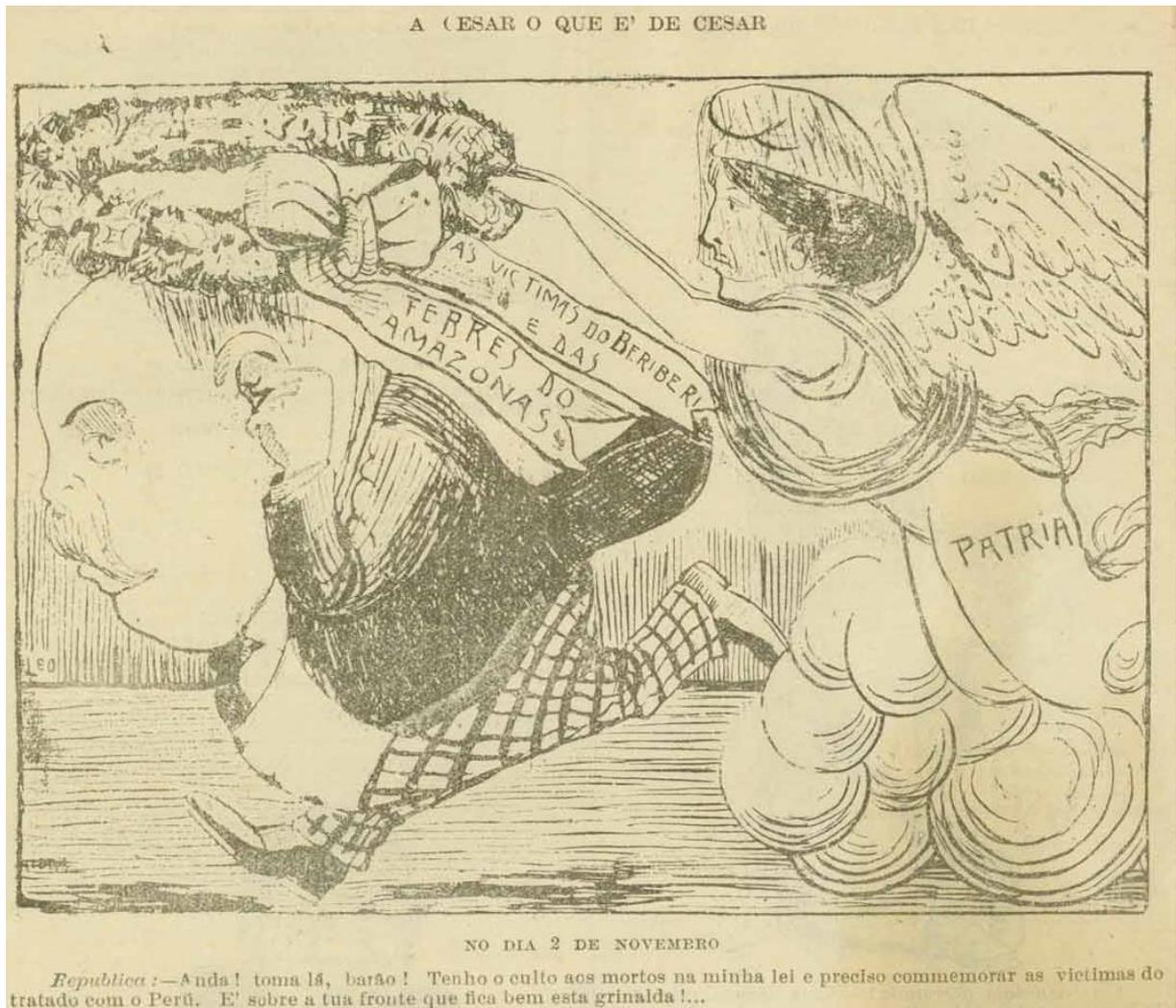


Figura 14 - Leo | “A Cesar o que é de Cesar” | *O Malho*, 05/11/1904

“No dia 2 de novembro

República: - Anda! Toma lá, barão! Tenho o culto aos mortos na minha lei e preciso comemorar as vítimas do Tratado com o Peru. É sobre a tua frente que fica bem esta grinalda! ...”

Na caricatura *A Cesar o que é de Cesar*, Leônidas representa a *Pátria* em luto pelos seus mortos tentando colocar sob a cabeça de Rio Branco a responsabilidade pelas vítimas do conflito com o Peru. Rio Branco, por sua vez, é representado fugindo dessa atribuição, tapando com os dedos os ouvidos para não ouvir as acusações da qual estava sendo alvo.

Em comum, essas três últimas caricaturas possuem a total ausência de humor. Se o principal objetivo de *O Malho* foi conduzir a crítica ao leitor através da caricatura, o canal usado para esse fim nem sempre foi o riso. O desconforto motivado por temas complexos como a violência e a morte foi conduzido por meio de um discurso que podemos chamar de trágico. Esse discurso não apareceu apenas nas questões que envolveram violência, mas, também, embora explorado com menos ênfase, em assuntos referentes aos gastos públicos, como pudemos acompanhar na representação do Tesouro envolvendo a compra do Acre. Apesar dos traços cômicos, dificilmente se riria de uma economia “desnutrida”.

1904 foi o ano da grande ênfase do caso peruano-brasileiro na revista ilustrada *O Malho* e, embora a questão não tenha sido resolvida definitivamente naquele ano, arrastando-se por cinco anos quando finalmente foi resolvida no dia 8 de setembro de 1909, *O Malho* voltou a mencionar o caso esporadicamente durante os períodos seguintes, sem dedicar-lhe a atenção que antes a dispensara.

Mesmo que os ânimos estivessem mais calmos no território litigioso em decorrência do acordo temporário entre Brasil e Peru a partir de meados de 1904 (pelo menos do ponto de vista oficial), levantamos a hipótese de que a imprensa sobrevive de novidades e o litígio que se arrastava desde 1902, tornara-se deveras cansativo, tanto para o leitor quanto para os caricaturistas. Também é propício mencionar que outros assuntos de igual relevância surgiram posteriormente, ganhando destaque, de acordo com a sua conveniência, nas páginas dessa revista, como veremos adiante.

Dos eventos políticos protagonizados por Rio Branco na caricatura, a questão do litígio com o Peru foi o que produziu as críticas mais negativas. Pesadelo, desequilíbrio, violência e frustração foram fatores que marcaram as representações de Rio Branco nesse contexto. Das 22 caricaturas identificadas sobre a questão, usamos uma amostragem de 6 caricaturas para este texto, onde, em pelo menos 3 delas o ministro brasileiro é responsabilizado diretamente pelas mortes no território litigioso. Nas demais, a revista buscou construir uma imagem do Peru a partir de estereótipos como oportunista, traiçoeiro e violento, todavia, sem enaltecer o trabalho de Rio Branco. Supomos, que o modo como o ministro brasileiro conduziu a questão e suas respectivas consequências não condiziam com a mensagem civilizadora que a revista buscava passar do Brasil no quadro nacional e internacional.

1.3 O Caso da Lagoa Mirim (1909)

Tendo iniciado oficialmente as discussões sobre o caso da Lagoa Mirim no período de Rio Branco em agosto de 1908, especialmente até 1910 a questão ganhou um espaço considerável nas páginas de *O Malho* e, mesmo não recebendo a ênfase que a Questão do Acre e até mesmo o litígio com o Peru haviam logrado nas páginas dessa revista, a narrativa que *O Malho* fez da questão durante esses dois anos nos possibilita configurarmos como a revista representou Rio Branco através da caricatura no contexto das relações do Brasil com o Uruguai naquele período.

Em *O Malho*, a discussão envolvendo as relações do Brasil com o Uruguai no caso da Lagoa Mirim no início do século XX ganhou ênfase ao ser colocada no âmbito das relações Brasil – Argentina, representadas, principalmente, através da rivalidade entre o ministro do Brasil, Barão do Rio Branco, e o então ex-ministro da Argentina, Estanislao Severo Zeballos. Dessa conturbada relação, trataremos mais detalhadamente no último capítulo deste trabalho.

Desde 1851, o Uruguai reivindicava ao Brasil a liberdade de navegar na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão - quando havia perdido esse direito pelo tratado de limites que assinara com o Brasil naquele mesmo ano baseado no princípio jurídico *uti possidetis*, segundo o qual, a navegação na lagoa Mirim e no rio Jaguarão ficaram de exclusividade brasileira. Todavia, o Brasil nunca desconsiderou a possibilidade de, mais tarde, conceder ao Uruguai o direito de navegação em tais águas mediante certas condições e regulamentos.

O Tratado de limites de 1851 é considerado por Hector Gros Espiel [Historiador uruguaio] como *monstruosamente injusto y humillante* e foi aceito pelo governo de Montevideu para obter a aliança e o apoio militar e econômico do Brasil no conflito que enfrentava contra a Confederação Argentina e o governo de Cerrito, que dominava naquele momento o território Uruguaio, com exceção da capital.⁸⁴

As reservas do Brasil em conceder ao Uruguai a liberdade de navegação na Lagoa Mirim e no Rio Jaguarão naquele momento, dizia respeito ao contexto de guerra em que o Uruguai estava inserido. Assim, a navegação em águas brasileiras poderia trazer complicações para o Brasil, bem como, risco para a sua soberania. Todavia, segundo Rio Branco,

⁸⁴ HEINSFELD, Adelar. *Ao sul do Rio Grande do Sul: a retificação dos limites territoriais com o Uruguai, 1909*. In: Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2007. P. 144 – 145.

O procedimento do Governo imperial, de todo ponto compreensível em 1851, por motivos de ordem política e de convivência internacional, não se justificava perante o alto grau de cultura cívica atingido depois pela República do Uruguai no decurso de mais de cinquenta anos de constante aperfeiçoamento de suas instituições democráticas.⁸⁵

Mesmo que no Brasil, oficialmente, as discussões envolvendo antigas reivindicações uruguaias sobre a liberdade de navegação nas águas da Lagoa Mirim e do rio Jaguarão tenham iniciadas em 1908, “Desde 1902 [quando assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil] estava no ânimo de Rio Branco promover essa concessão, que, no seu conceito, deveria abranger não somente a liberdade de navegação, sempre solicitada pelo Uruguai, mas também o reconhecimento da sua soberania naquelas águas”⁸⁶. Todavia, foi em 1907, quando o prestigioso político uruguaio Carlos Maria de Pena esteve no Rio de Janeiro em Missão especial, que Rio Branco deu os primeiros indicativos do problema que estava estudando resolver e cuja solução pretendia obter em benefício da amizade brasileiro-uruguaia.⁸⁷

Como já havíamos mencionado, o pano de fundo das negociações do Brasil com o Uruguai sobre o tratado de navegação da lagoa Mirim e rio Jaguarão, no que se refere à política sul-americana, girava no âmbito das conturbadas relações entre Brasil e Argentina. Nesse momento, a Argentina tinha problemas com o Uruguai em torno da jurisdição das águas do rio da Prata, em que a diplomacia argentina era defensora da tese da “costa seca” para o Uruguai⁸⁸. Ao ter conhecimento das intenções brasileiras em relação ao Uruguai, a Argentina atacou Rio Branco através da imprensa, acusando-o de estar fazendo uma política imperialista na América do Sul.

Rio Branco sempre negou que a sua atitude visasse “provocar a República Argentina, forçando-a indiretamente a pronunciar-se na controvérsia com a República Oriental do Uruguai sobre a jurisdição das águas do estuário do Rio do Prata”. Em seu discurso proferido no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, no dia 6 de maio de 1909, Rio Branco combateu essa acusação da Argentina: “Não houve da nossa parte o mínimo pensamento de melindrar nenhum outro governo ou de influir na solução de alguma outra questão pendente”. Rio Branco lembrava que

⁸⁵ JORGE, 1945, p. 193.

⁸⁶ Idem, p. 194 – 195.

⁸⁷ SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Biblioteca do Exército, editora do Ministério do Exército, Ala Marcílio Dias, Rio de Janeiro, 1973, p. 311.

⁸⁸ HEINSFELD, 2007, p. 149.

quando o governo brasileiro considerou submeter “esse projeto à decisão soberana do Congresso Nacional, nenhuma questão sobre jurisdição em águas fluviais tinha surgido em parte alguma do mundo”.⁸⁹

O principal crítico e rival da política externa de Rio Branco na Argentina foi o Estanislao Severo Zeballos, político influente e jornalista, nutriu durante anos uma disputa política e pessoal contra o Barão do Rio Branco, encabeçando uma das maiores campanhas antibrasileira na Argentina. A Argentina, por sua vez, tinha motivos para rezear a atitude de Rio Branco, uma vez que o Brasil buscava exercer a liderança regional na América do Sul e trazendo o Uruguai para o seu lado isolaria a Argentina, sua principal concorrente na busca pela hegemonia nesta parte do continente.

Na historiografia, talvez por não se tratar de um território litigioso, mas de uma concessão espontânea, a questão do Brasil com o Uruguai, envolvendo o tratado de limites e navegação de 1909, não recebeu a mesma atenção que os estudiosos da política externa dispensaram a outros tratados firmados por Rio Branco. Na maioria das vezes, o tratado de limite e navegação do Brasil com o Uruguai é citado quando se pretende enaltecer os princípios justos e pacifistas de Rio Branco, mas sem apresentar um estudo detalhado do caso.

Em *O Malho*, ao comparar a questão da Lagoa Mirim com outros eventos da política externa de Rio Branco, percebemos que a questão também recebeu pouca atenção da revista. Contudo, não estamos priorizando nesse momento o valor quantitativo das caricaturas e sim a relevância dos seus significados no âmbito do conjunto da política externa de Rio Branco.

Como veremos nas duas caricaturas de Storni seguintes, o artista capturou e representou em caricatura as estratégias geopolíticas do ministro brasileiro, onde buscava, por meio da aproximação do Uruguai, o isolamento da Argentina:

⁸⁹ JORGE, 1945, p. 199.

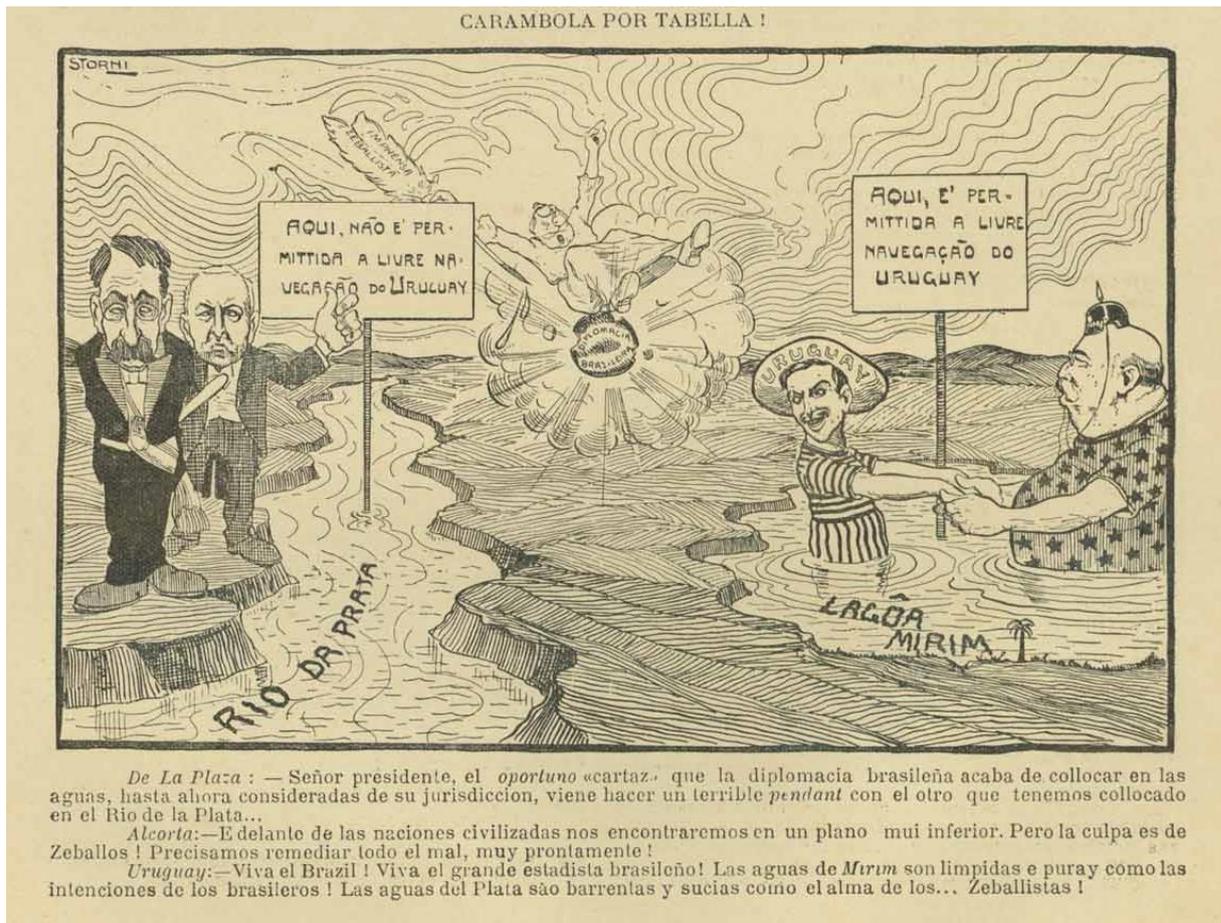


Figura 15 - Storni | “Carambola por tabella!” | *O Malho*, 5/09/1908

“*De La Plaza*: - Señor presidente, el oportuno ‘cartaz’ que la diplomacia brasileña acaba de colocar em las aguas, hasta ahora consideradas de su jurisdicción, viene hacer um terrible *pendant* com el outro que tenemos colocado en el Rio de la Plata...

Alcorta: - E delante de las naciones civilizadas nos encontraremos en un plano mui inferior. Pero la culpa es de Zeballos! Precisamos remediar todo el mal, muy prontamente!

Uruguay: - Viva el Brazil! Viva el grande estadista brasileño! Las aguas de *Mirim* son límpidas e puray como las intenciones de los brasileiros! Las aguas del Prata são barrentas y sucias como el alma de los... Zeballistas!”

Nessa caricatura, Storni busca por meio de elementos cômicos apontar a disparidade no que concerne a conduta política de Brasil e Argentina. Em primeiro plano, podemos perceber que os dois principais países sul-americanos se encontram em lugares opostos. A “generosidade brasileira”, fez com que o Brasil levasse o Uruguai para o seu lado, contrapondo com as limitações impostas pelo governo argentino ao Uruguai no que se refere às águas do Prata. *O Malho* percebeu desde cedo que a atitude de Rio Branco não se caracterizava apenas numa política de “solidariedade” para com o Uruguai, mas de um plano estratégico que visava acima de tudo isolar a Argentina na corrida pela posição mais elevada entre os países sul-americanos. Nos remetendo para o diálogo que complementa a caricatura, podemos ver o então Ministro das Relações Exteriores da Argentina, Victoriano de La Plaza, que ocupou o cargo após a saída de

Zeballos, questionando a posição de seu país ao presidente argentino José Figueroa Alcorta, que logo culpa Zeballos pelo cenário político que estavam presenciando.

Ao fundo está Zeballos, representando a imprensa antibrasileira da qual era o principal fomentador, como se observa pela pena que segura com a inscrição “imprensa zeballista”. Na cena, ele é derrubado pela “diplomacia brasileira”, que está representada na caricatura por uma bola de bilhar. Remetendo-nos ao título da charge *Carambola por tabela!* encontramos o significado dessa representação: “carambola” é quando no jogo de bilhar a bola consegue atingir seu alvo; “por tabela” pode referir-se ao fato de que Zeballos não estava mais à frente do Ministério das Relações Exteriores, assim, atingindo a Argentina, por tabela, Rio Branco também atingia Zeballos, seu principal rival na política internacional.

Os esforços de Rio Branco para alcançar seus objetivos no sentido de aproximar o Brasil do Uruguai deram resultados positivos e, mesmo em meio a severas críticas, tanto no Brasil quanto na Argentina, no dia 06 de novembro de 1909, num sábado à tarde, foi assinado no Itamaraty com Rufino Domínguez, ministro do Uruguai, o Tratado de limite e navegação de 30 de outubro, que teve impacto não só na América do Sul, mas também na imprensa norte-americana.⁹⁰

De acordo com as novas diretrizes do Tratado de limites de navegação do Brasil com o Uruguai, ficou acordado que:

Da superfície total da lagoa Mirim, de 3. 580 quilômetros quadrados, passaram a pertencer à República oriental do Uruguai 720 quilômetros quadrados: a parte do Brasil ficou sendo 2. 860 quilômetros quadrados. Do grupo de ilhas chamadas do Tacuari, a mais importante, a ilha Grande, e dois filhotes, que continuaram a ser propriedade do Brasil, medem cerca de 2 quilômetros quadrados; as ilhas desse grupo, que passaram ao domínio do Uruguai, tem a mesma superfície. No rio Jaguarão oito ilhas continuaram brasileiras e três, que são dependência da margem direita, ficaram pertencentes à República Oriental do Uruguai.⁹¹

Com isso, o Brasil corrigia espontaneamente o problema de limites com o país vizinho herdado do período monárquico. Contudo, o Brasil cedeu direitos ao Uruguai sob algumas condições. As condições eram: “a) somente barcos brasileiros e uruguaios poderiam navegas pelas águas cedidas; b) seriam respeitados pelo Uruguai direitos de brasileiros que ocupavam ilhas e ilhotas; c) nenhum país estabeleceria fortes ou baterias nas águas”; e “d) não poderiam ser mantidos

⁹⁰ SOARES, 1973, p. 314.

⁹¹ JORGE, 1945, p. 198 – 199.

mais de três pequenas embarcações de guerra, salvo circunstâncias extraordinárias, que dariam ciência ao outro”.⁹²

Em *O Malho*, o Tratado foi representado na caricatura novamente por Storni, como podemos ver a seguir:

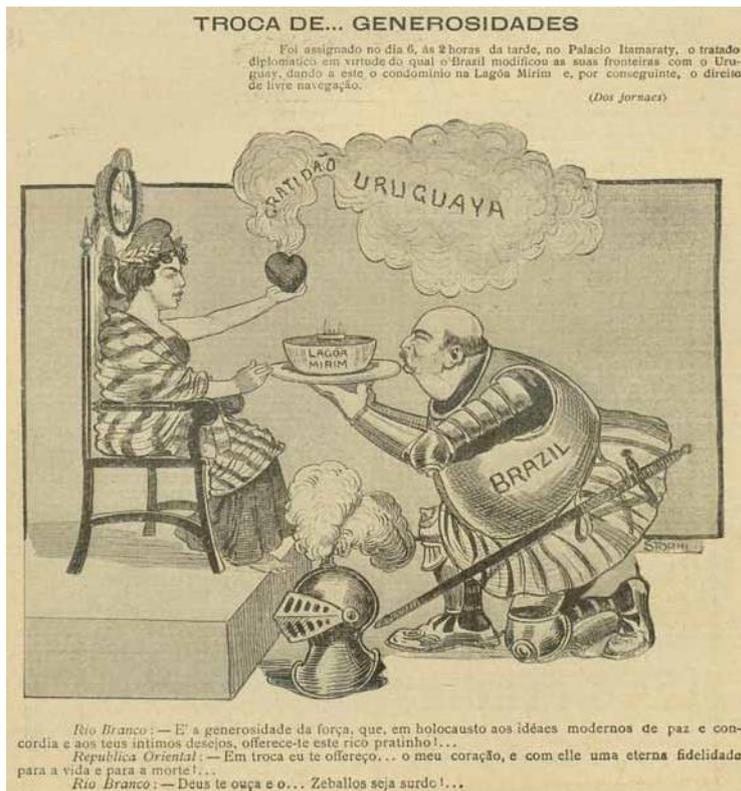


Figura 16 - Storni | “Troca de... generosidades” | *O Malho*, 13/11/1909

“Foi assinado no dia 6, às 2 horas da tarde, no Palácio Itamaraty, o tratado diplomático em virtude do qual o Brasil modificou as suas fronteiras com o Uruguai, dando a este o condomínio da Lagoa Mirim e, por conseguinte, o direito de livre navegação. (Dos jornais)

Rio Branco: - É a generosidade da força, que, em holocausto aos ideais modernos de paz e concórdia e aos teus íntimos desejos, oferece-te este rico pratinho! ...

República Oriental: - Em troca eu te ofereço... o meu coração, e com ele uma eterna fidelidade para a vida e para a morte! ...

Rio Branco: - Deus te ouça e o... Zeballos seja surdo! ...”

O significado dessa caricatura é emblemático: Rio Branco, representado como um cavaleiro, ajoelhado entrega de bandeja a navegação da Lagoa Mirim ao Uruguai que, em troca, apenas oferece a sua gratidão. Em uma análise superficial diríamos que o caricaturista realmente estava tentando passar uma ideia de pureza no ato de Rio Branco. Contudo, no diálogo que

⁹² HEINSFELD, 2007, p. 163.

complementa a imagem, podemos ver outros indicativos sobre a intenção do ministro brasileiro ao tomar essa atitude: ao reforçar a conduta pacifista e generosa do Brasil, Rio Branco consegue do Uruguai um compromisso de *eterna fidelidade*, ou seja, desse gesto nasce um “pacto” entre os dois países. Contudo, o gesto que diminuiria a área de influência da Argentina na América do Sul deveria ser mantido longe da interferência de Zeballos que, mesmo não estando representado diretamente na caricatura, não deixou de ser citado como o grande opositor desse tratado.

Nessa outra caricatura, Augusto Rocha introduz na questão a representação do elemento “povo”:

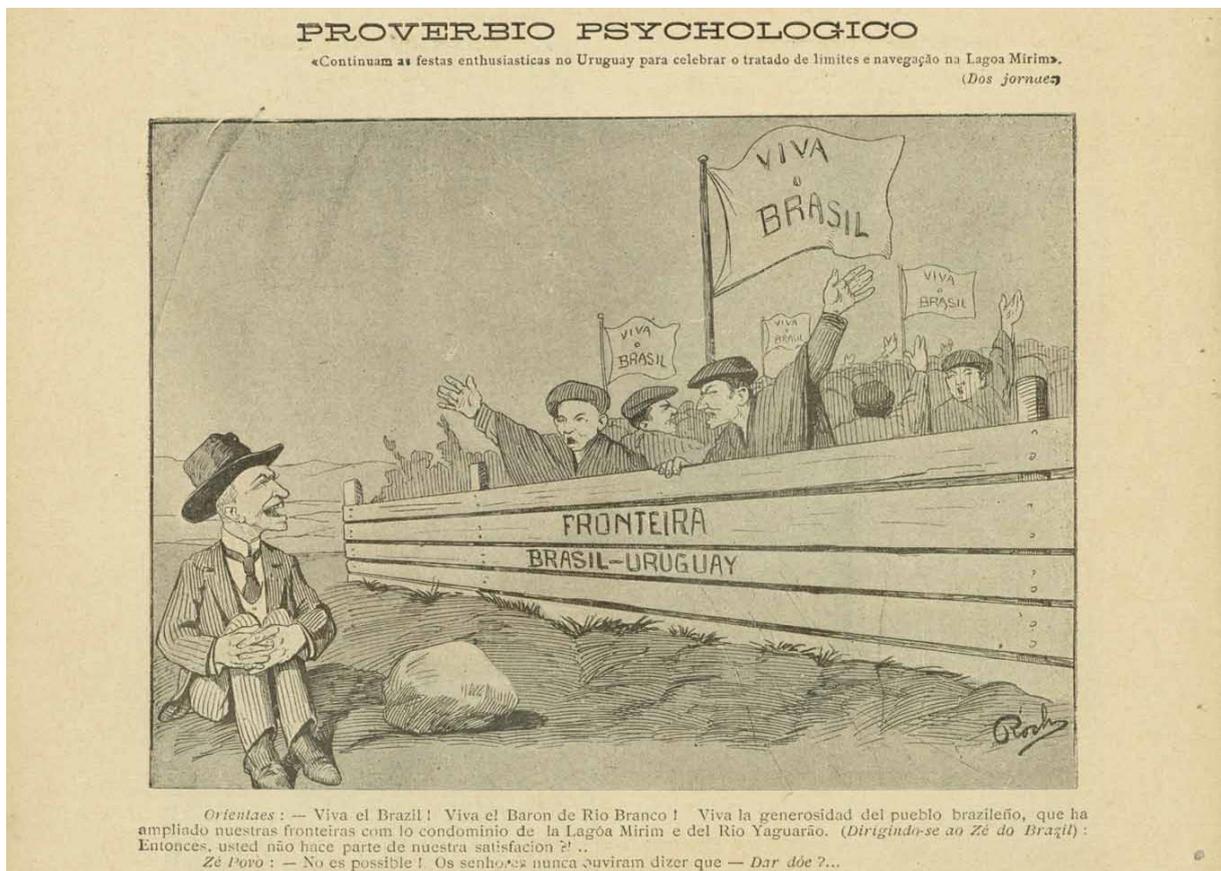


Figura 17 - Rocha | “Proverbio psychologico” | *O Malho*, 27/11/ 1909

“Continuam as festas entusiásticas no Uruguai para celebrar o tratado de limites e navegação na Lagoa Mirim. (Dos Jornais)

Orientaes: - Viva el Brazil! Viva el Baron de Rio Branco! Viva la generosidad del Pueblo brazilenõ, que há ampliado nuestras fronteras con lo condominio de la Lagoa Mirim e del Rio Yaguarão. (Dirigindo-se ao Zé do Brazil): Entonces, usted não hace parte de nuestra satisfacion?! ...

Zé povó: - No es possible! Os senhores nunca ouviram dizer que – Dar dói? ...”

Em *Proverbio Psychologico*, Zé Povo é questionado pelos vizinhos uruguaios por não estar fazendo parte das comemorações do tratado. Zé Povo responde: *No es possible! Os senhores nunca ouviram dizer que – Dar dói? ...*”. Esse posicionamento revela um sentimento de apatia e egoísmo do personagem, que se sente incapaz de comemorar pelos vizinhos a concessão de um território antes exclusivamente brasileiro.

O Uruguai, por sua vez, não deixou de prestar honras ao Brasil fora do imaginário dos caricaturistas de *O Malho*. De acordo com o *Diário Popular* de Pelotas, no Rio Grande do Sul, o ministro do Uruguai em Buenos Aires passou ao Ministro do Brasil naquela cidade uma nota afirmando que: “O abandono espontâneo e sem compensação alguma, de um território fluvial adquirido por tratado regularmente celebrado é um ato sem precedentes nos anais da diplomacia antiga e moderna”.

O tratado de limites com o Uruguai, assinado no dia 30 de outubro de 1909, mesmo que tenha conquistado consideráveis adversários brasileiros que sentiram profundamente a “concessão” de territórios ao Uruguai, conseguiu lograr grande prestígio para o Brasil no Uruguai e também na América Sul. Essa obra diplomática caracterizou o coroamento da política externa de Rio Branco. De acordo com Delgado Carvalho, “Em toda obra diplomática do Barão, não há uma iniciativa que melhor do que este Tratado revele o seu *pacifismo*, seu senso de justiça internacional, seu americanismo”.⁹³

Em janeiro de 1911, *O Malho* prestou uma homenagem ao Rio Branco pelo recorde de arbitramentos que com o Tratado firmado com o Uruguai o Brasil havia alcançado. Na mensagem de agradecimento, Rio Branco é representado como um anjo voando sob a República brasileira, que com ela trazia os 28 tratados de arbitramentos. Ao fundo, as outras repúblicas sul-americanas acompanham a jornada, mas sem perspectiva de alcance:

⁹³ CARVALHO, 1959, p. 255.

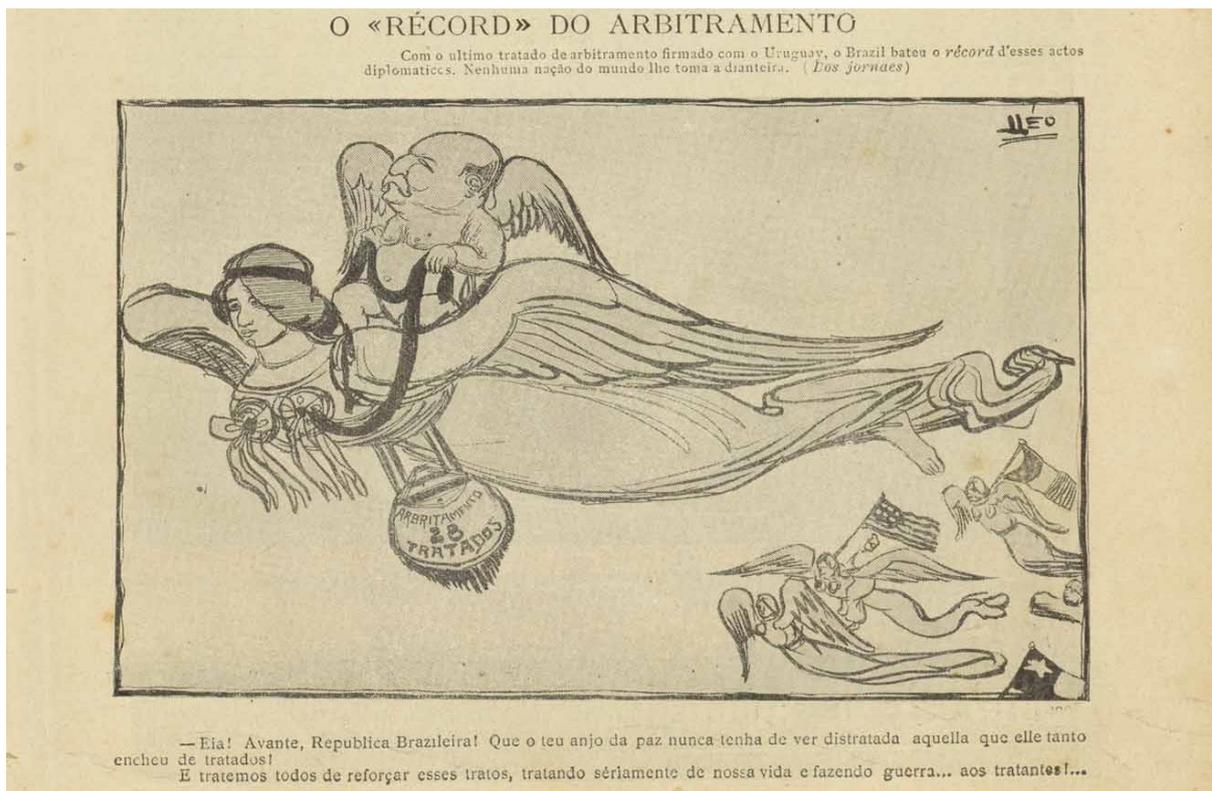


Figura 18 - Léo | “O récord do arbitramento” | *O Malho*, 21/01/1911

“Com o último tratado de arbitramento firmado com o Uruguai, o Brasil bateu o récord d’esses atos diplomáticos. Nenhuma nação do mundo lhe toma a dianteira. (Dos jornais)

- Eia! Avante, República Brasileira! Que o teu anjo da paz nunca tenha de ver distratada aquela que ele tanto encheu de tratados!

E tratemos todos de reforçar esses tratos, tratando seriamente de nossa vida e fazendo guerra... aos tratantes! ...”

Sobre as representações de Rio Branco no caso da Lagoa Mirim com o Uruguai, identificamos 9 caricaturas no período de 1908 a 1911, das quais usamos uma amostragem de 4 caricaturas neste texto. Nas representações analisadas, encontramos dois posicionamentos bem marcados: primeiro, Augusto Rocha representou em *O Malho* o posicionamento desfavorável à concessão a partir do personagem *povo*. Das 9 caricaturas, 7 levam sua assinatura; segundo, Storni foi quem representou a questão de um modo mais abrangente, que foi no âmbito das relações Brasil-Argentina, captando um possível interesse do Brasil em isolar a Argentina ao buscar a aproximação do Uruguai.

Embora o modo como Rio Branco optou por conduzir o processo de delimitação das fronteiras nacionais tenha rendido críticas negativas em *O Malho*, o reconhecimento da importância do território na defesa da soberania nacional fez com que Rio Branco fosse representado como um dos principais personagens na construção da identidade brasileira durante esse período. Como pudemos acompanhar na questão do Acre com a Bolívia e com o

Peru, não se questionava o direito jurídico do Brasil sob o território, defendia-se apenas que, por ser habitado por brasileiros, aquele território precisava pertencer ao Brasil e, nesse ponto, as ideias de Rio Branco e de *O Malho* se alinharam sem nenhum conflito.

De acordo com Villafañe, “a identificação do Barão do Rio Branco com o processo de definição do território brasileiro é uma das chaves para a compreensão da força de sua identidade com a nação, de seu lugar como um dos “pais fundadores da nacionalidade brasileira””.⁹⁴ Para ele, “a ação vitoriosa de Rio Branco na definição das fronteiras foi um elemento de principal importância para a afirmação do discurso e da legitimidade do Estado em bases plenamente nacionalistas”.⁹⁵

Sendo a delimitação do território a ação mais importante no sentido de reconhecer claramente os limites da soberania nacional, a manutenção dessa soberania era igualmente importante na garantia da defesa do território em um período onde o temor da colonização europeia ainda era uma ameaça real para os países mais fracos. Nesse sentido, Rio Branco buscou consolidar a aproximação do Brasil com os Estados Unidos onde jogava com a Doutrina Monroe como um escudo para as supostas pretensões imperialistas de países europeus, em especial da Alemanha. Esse esforço de Rio Branco, acompanharemos no próximo capítulo deste trabalho.

⁹⁴ SANTOS, 2012, p. 138.

⁹⁵ Idem, p. 129.

2 O BARÃO E O PROCESSO DE AMERICANIZAÇÃO

O processo de americanização da diplomacia brasileira iniciou-se com o advento da República que redirecionou a política externa, antes voltada para a Europa, para os Estados Unidos da América. Inicialmente, esse redirecionamento foi calcado em interesses comerciais, visto que os Estados Unidos eram o maior importador de café brasileiro desde o império e esse produto, por sua vez, caracterizava o principal produto de exportação do Brasil. Havia também, a questão da “fraternidade americana” ancorada na doutrina Monroe, que visava afastar os países imperialistas europeus dos países da América, sobretudo os mais fracos. Neste capítulo, veremos como *O Malho* representou Rio Branco no contexto da consolidação desse processo em meio a eventos como o conflito da *Panther*, a Terceira Conferência Pan-Americana e a Conferência da Paz de 1907.

2.1 O Caso *Panther* (1905)

“O Caso *Panther*” foi como ficou conhecido o conflito diplomático envolvendo o Brasil e a Alemanha nos meses de dezembro de 1905 a janeiro de 1906. O estopim para o desentendimento partiu da ordem dada pelo comandante da canhoneira alemã de nome *Panther* a um grupo de marinheiros e inferiores fardados que, juntamente com oficiais à paisana, foram incumbidos de averiguar o paradeiro de um suposto desertor alemão.

As buscas foram iniciadas na tarde do dia 26 e encerradas na madrugada do dia 27 de novembro na cidade de Itajaí (SC), donde, no respectivo porto, a canhoneira estava ancorada desde o dia 17 de novembro. Sendo essa uma busca que só poderia ser feita legalmente por meio das autoridades brasileiras, estava fixada a irregularidade. Todavia, o que poderia ter sido uma indisposição diplomática momentânea entre os dois países, transbordou do caso em si, trazendo à tona conhecidos receios sobre as supostas pretensões colonizadoras da Alemanha na América do Sul.

Não obstante, o caso foi largamente fomentado pela imprensa nacional, que cobrava medidas enérgicas do Ministro das Relações Exteriores, Barão do Rio Branco, e apelava pelo sentimentalismo da população brasileira, uma vez que a soberania nacional havia sido

desrespeitada. Para Rio Branco, “Os fatos também foram exagerados, e logo se publicou que o desertor havia sido preso pela escolta estrangeira e transportado para bordo, o que não era exato”⁹⁶. A impaciência e o sentimentalismo da imprensa irritavam Rio Branco, que via tal atitude de modo “despropositado e inconveniente” pela impressão negativa que poderia causar ao estrangeiro, como se o país tivesse perdido o domínio de si mesmo. Quanto a isso, alertava os jornalistas contra a tendência sensacionalista que estava sendo seguida: “Toda a América e o mundo acompanham com interesse esse incidente. As invenções e as exagerações só podem prejudicar-nos no estrangeiro, fazendo acreditar que perdemos a calma”.⁹⁷

No início do século XX, a Alemanha emergia como grande potência imperialista após a sua vitória na guerra contra a França, melindrando os Estados Unidos que temiam a interferência política e econômica alemã na América do Sul, em especial, na região sul do Brasil em consequência da presença emigratória alemã para essa região do país. Não obstante, os Estados Unidos buscavam despertar a desconfiança brasileira sobre a Alemanha através da imprensa por meio de boatos sobre o suposto “perigo alemão” na região sul do país, “com a finalidade de afastar concorrentes e para aumentar a sua influência sobre o Brasil”⁹⁸.

Deduzia-se que, acuado com o perigo alemão, o Brasil automaticamente se aproximaria dos Estados Unidos. Todavia, a ameaça germânica que pairava sob o imaginário de parte da população brasileira não era de toda despropositada, “uma parte importante da opinião alemã, representada pela classe dos *Junkers*, pela Armada e principalmente pelos meios pangermanistas, mostrava-se desejosa de criar na América Latina uma esfera de interesse alemão”⁹⁹. Sendo assim, ao passo que a Doutrina Monroe se colocava como um empecilho para as pretensões alemãs, a Alemanha se apresentava como uma forte adversária para os Estados Unidos. Foi desse jogo de interesses que Rio Branco se utilizou para reverter o conflito em favor do Brasil.

As alegadas pretensões colonizadoras alemãs estavam ancoradas no fato de que a Alemanha havia chegado consideravelmente tarde na partilha colonial na África e na Ásia e “a América do Sul era, com efeito, segundo os pangermanistas, a única parte do mundo que restava para a expansão alemã”¹⁰⁰. Contudo, mesmo que a ameaça alemã à soberania brasileira

⁹⁶ FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. p. 379.

⁹⁷ LINS, Alvaro. *Rio Branco*. - 3ª. ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996. p. 329.

⁹⁸ BUENO, Clodoaldo. *Política externa da primeira república: os anos de apogeu (1902 a 1918)*. São Paulo: Paz e Terra, 2003. p. 337.

⁹⁹ COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968. p. 226.

¹⁰⁰ Idem, p. 227-228.

encontrasse respaldo político entre determinados grupos na Alemanha, nenhum dos grupos mencionados ocupavam cargos decisivos no governo ou obtinham quaisquer posições que pudessem levar a cabo tais pretensão, sendo que estas sempre foram negadas pelo governo alemão que afirmava ter apenas interesses comerciais no Brasil. Rio Branco, por sua vez, “não se impressionava com a linguagem dos denunciadores do perigo alemão, pois não atribuía muito valor ao que classificou como intrigas, originadas na Inglaterra e nos Estados Unidos”.¹⁰¹

De acordo com Clodoaldo Bueno, “Embora o Ministério do Exterior alemão não acolhesse os projetos pangermanistas, não é difícil inferir a apreensão que provocava na opinião brasileira o aparecimento de publicações com aqueles propósitos no início do século XX”¹⁰². Diante desta conjuntura, o caso *Panther* tomou dimensões imprevisíveis. Rio Branco, como de costume, “portou-se com notável decisão. Suas exigências de reparação moral ao embaixador alemão foram enérgicas, embora apresentadas de acordo com o protocolo diplomático e o direito internacional”¹⁰³. A Marinha, por sua vez, enviou três navios de guerra em direção ao sul do Brasil. “Dizia-se que os navios brasileiros levavam ordem de aprisionar o *Panther* e obter a restituição do desertor capturado em Santa Catarina, visto que se presumia estar ele a bordo, a despeito do desmentido da oficialidade”¹⁰⁴. O fato de estar lidando com uma grande potência não intimidava Rio Branco, “a sua norma era o tratamento em igualdade de condições com qualquer potência estrangeira”¹⁰⁵, embora, poderia se notar, que Rio Branco fora muito mais enérgico com a Alemanha do que fora com os países vizinhos nas questões limítrofes.

Paralelamente ao pedido de reparação, Rio Branco recorria à Doutrina Monroe afim de obter o apoio político dos Estados Unidos contra a Alemanha. A esse respeito, em 9 de dezembro, Rio Branco telegrafa para Joaquim Nabuco, embaixador do Brasil em Washington, lhe comunicando sobre o ocorrido e orientando-o sobre as medidas que deveria tomar. Dizia Rio Branco: “Trate de provocar artigos enérgicos (dos) monroístas contra esse insulto. Vou reclamar (a) entrega (do) preso (com) condenação formal (do) ato... Se inatendidos, empregaremos (a) força (para) libertar (o) preso ou meteremos a pique (a) *Panther*. Depois, aconteça o que acontecer”¹⁰⁶. Dessa forma, Rio Branco trabalhava com a ideia de que a atitude alemã não apenas havia ferido a soberania brasileira, mas de toda a América, pois se tratava de um ataque à Doutrina Monroe e, na defesa da soberania nacional, estava disposto ir até as

¹⁰¹ BUENO, 2003. p. 335.

¹⁰² Idem. p. 329.

¹⁰³ FRANCO, 2000. p. 380.

¹⁰⁴ LINS, 1996. p. 330.

¹⁰⁵ Idem, p. 329.

¹⁰⁶ COSTA, 1968. p. 232.

últimas consequências. Acatando a orientação de Rio Branco, Nabuco comunicou ao Departamento de Estado Norte-americano acerca da violação da soberania brasileira pela Alemanha e este, por sua vez, comunicou ao Presidente da República. Em tempo, Nabuco também buscou interessar a opinião pública americana a tomar partido do Brasil na questão, insinuando que um encontro da canhoneira alemã com os navios de guerra brasileiros poderia ser fatal para a paz se a *Panther* se recusasse a entregar o preso.¹⁰⁷

Em *O Malho*, as representações de Rio Branco no contexto da *Panther* somaram cerca de 19 caricaturas, entre elas, 4 capas, nos meses de dezembro de 1905 e janeiro e fevereiro de 1906, ultrapassando assim o tempo que perdurou a questão, sendo que essa foi definitivamente encerrada no dia 6 de janeiro. Pode-se dizer que, para uma revista de circulação semanal, se trata de um número consideravelmente alto de caricaturas. De fato, o caso *Panther* propiciou que *O Malho* explorasse o que mais prezava como revista: o patriotismo. Dentre as 19 caricaturas identificadas sobre o tema, selecionemos uma amostragem de 5 caricaturas para este texto, cuja análise objetiva identificar a forma como Rio Branco foi representado no contexto desse delicado conflito do Brasil com a Alemanha. A escolha das caricaturas baseia-se na identificação das representações que melhor exemplificam o conjunto de ideias que a revista buscou passar sobre o conflito ao leitor no contexto da política externa de Rio Branco.

Na primeira vez que se manifestou sobre o caso, em 16 de dezembro de 1905, a *Panther* rendeu para *O Malho*, além da capa, mais três caricaturas no interior da revista e uma página de artigo, todos exaltando o sentimento patriótico do Brasil e a indignação ao desrespeito alemão.

¹⁰⁷ Idem, p. 232-233.



Figura 19 - Lobão | “O caso da panthera” | *O Malho*, 16/12/1905

“*O Brasil*: - Para traz, panthera! Ou tu me dás uma satisfação d'aquelle ataque brutal que a tua gente fez à minha soberania ou eu te abaixo a grimpá dos bigodes, ainda que seja preciso lutar até a morte!

Rio Branco: - O meu protesto diplomático ressalva a dignidade nacional. Calma! Firmeza! Energia! Não tarda o dia da reparação da affronta! Ai deles, se os nossos protestos não forem attendidos.

R. Alves: - Ahi, caboclo turuna! Ahi, Barão *cuera*! É assim que eu vos quero ver contra quaesquer feras do imperialismo insolente!”

Nessa caricatura que ocupou a capa de *O Malho* do dia 16 de novembro de 1905 e tratou-se também da primeira representação da revista sobre a agressão alemã, Lobão representou sob

sua perspectiva um panorama geral do caso da *Panther* naquele momento. No centro da caricatura encontra-se a Alemanha representada por uma pantera (alusão ao nome da canhoneira) em posição superior e ofensiva. Ao fundo, podemos visualizar um navio (provavelmente a *Panther*) e fardados alemães entusiasmados em solo brasileiro. Enquanto, em primeiro plano, podemos ver a figura do índio, representando o Brasil, juntamente com Rodrigues Alves e Rio Branco em posição defensiva dialogando sobre a questão. Nota-se que os três estão com os pulsos cerrados, demonstrando firmeza. Ao referir-se ao *Brasil* e ao Rio Branco, Rodrigues Alves usa as expressões *turuna* e *cuera*, que significam indivíduo destemido, que possui valentia.

Na legenda da caricatura encontramos palavras-chave para entendermos o momento representado, como: *soberania, protesto diplomático, dignidade nacional e imperialismo*. Ao referir-se a Alemanha como país imperialista, *O Malho* confirma o temor tratado pela historiografia sobre as possíveis pretensões colonizadoras alemãs no sul do Brasil, afloradas no conflito da *Panther*. Em contraposição a essa ofensiva, o Brasil busca defender sua soberania através do protesto diplomático de Rio Branco, que buscava restituir a dignidade nacional. O meio pelo qual o ministro brasileiro faria a defesa do Brasil encontra-se representado nas mãos de Rio Branco: o “Direito Internacional”.

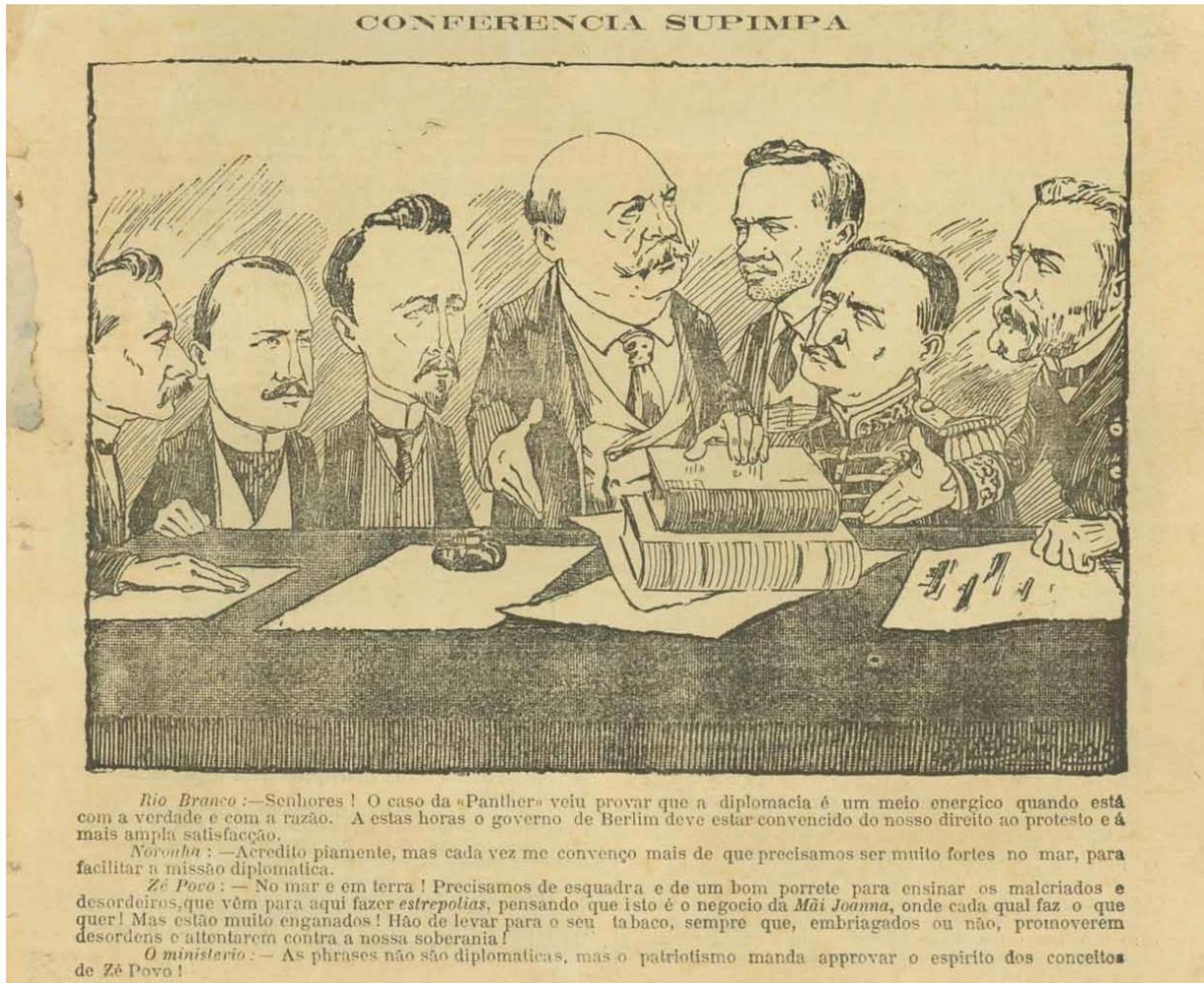


Figura 20 - Lobão | “Conferencia supimpa” | *O Malho*, 16/12/1905

“*Rio Branco*: - Senhores! O caso da *Panther* veio provar que a diplomacia é um meio energético quando está com a verdade e com a razão. A estas horas o governo de Berlim deve estar convencido do nosso direito ao protesto e à mais ampla satisfação.

Noronha: - Acredito piamente, mas cada vez me convenço mais de que precisamos ser muito fortes do mar, para facilitar a missão diplomática.

Zé Povo: - No mar e em terra! Precisamos de esquadra e de um bom porrete para ensinar os maus criados e desordeiros, que vem aqui para fazer *estrepulias*, pensando que isto é o negocio da *Mãe Joanna*, onde cada qual faz o que quer! Mas estão muito enganados! Hão de levar para o seu tabaco, sempre que, embriagados ou não, promovem desordens e atentam contra a soberania!

O ministério: - As frases não são diplomáticas, mas o patriotismo manda aprovar o espírito dos conceitos do Zé Povo!”

Na segunda caricatura de Lobão no semanário do dia 16, o caricaturista traz à tona a questão da fragilidade bélica brasileira. Nas palavras do personagem de Almirante Júlio César de Noronha, Ministro da Marinha brasileira, o aumento da força bélica no mar serviria como um complemento à diplomacia pacifista de Rio Branco. Zé Povo, por sua vez, movido pelo sentimento patriótico, defende rusticamente o uso da força bruta em situações de desrespeito à soberania nacional como forma de conquistar o respeito das nações estrangeiras. Na representação, os ministros caricaturados, mesmo convencidos de que as medidas propostas por

Zé Povo não eram medidas civilizadas, aprovam o espírito dos seus conceitos por estarem sendo movidos pelo patriotismo que aquela situação exigia. É nessa caricatura também, que o personagem Zé Povo afirma que as violações causadas pelos alemães não se justificavam pela embriaguez, uma vez que circulavam boatos de que alguns oficiais e inferiores estavam em licença em terra desde a tarde de 26 e que, provavelmente, haviam se embriagado e, conseqüentemente, se excedido na ordem recebida por seu comandante, ou seja, nada justificaria a violação da soberania brasileira.

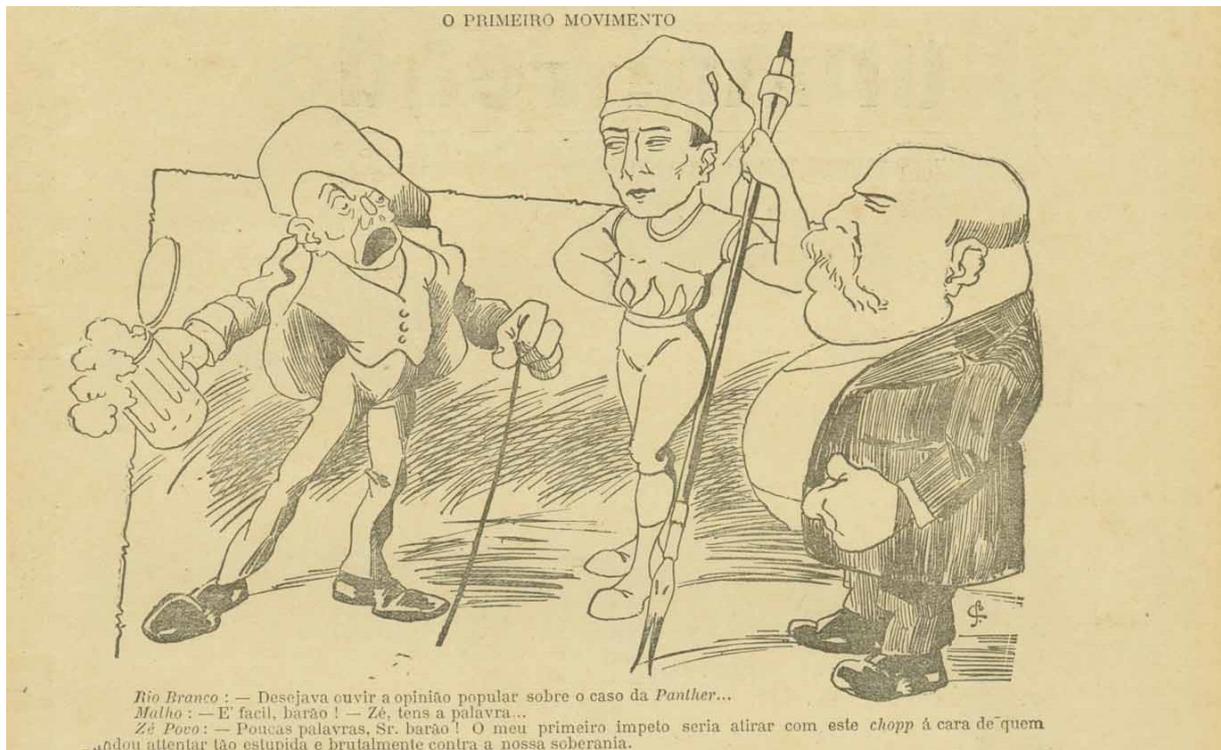


Figura 21 - Renato Castro | “O primeiro movimento” | *O Malho*, 16/12/1905

“Rio Branco: - Desejava ouvir a opinião popular sobre o caso da Panther...
 Malho: - É fácil, barão! - Zé, tens a palavra...
 Zé povo: - Poucas palavras, Sr. Barão! O meu primeiro ímpeto seria atirar com este chopp à cara de quem mandou atentar tão estúpida e brutalmente contra a nossa soberania. ”

Nessa caricatura, Renato Castro buscou mostrar que o *povo* não toleraria que a violação da soberania brasileira saísse impune. Nesse caso, as ideias de Renato Castro se alinham com as de Lobão, no mesmo sentimento de violação da honra. Como nas duas caricaturas anteriores, a palavra *soberania* está presente na busca de legitimar a defesa brasileira.

Nos semanários seguintes, percebe-se o início de uma inquietação da revista motivada pela indiferença alemã aos apelos brasileiros. Rio Branco demonstrava respeitar as normas diplomáticas, o que não coincidia com a ansiedade de *O Malho* pelo desagravo da Alemanha.



Figura 22 - Lobão| "Ora, ahi está!" | *O Malho*, 23/12/1905

"Rio Branco e Noronha: - Chi!!... Má catadura traz o Zé Povo! ...

Zé Povo: - Ó meus amigos! Que diabo disto é aquilo? Então é assim que a Alemanha dá satisfações ao Brasil, negando a ofensa e atirando-nos à cara com o relatório do homem da panthera?!...

- Olha, Zé! Se é contra uma bebedeira de oficiais alemães que tu reclamas, não tenho que dar satisfações, porque eles procederam oficialmente..."

Nessa caricatura de Lobão do dia 23, da qual supomos tratar-se do questionamento das explicações dadas pelo comandante da canhoneira *Panther*, emitido às autoridades alemãs

através de relatório e, posteriormente, com ordens do Estado Maior da Marinha alemã, enviados à Petrópolis, residência oficial de Rio Branco.

De acordo com o comandante da *Panther*, não houve violação da soberania brasileira, uma vez que “os oficiais à paisana e oficiais inferiores de farda azul (foram) licenciados com o cargo de seguirem sem a menor ostentação os vestígios do marinheiro desertor para que, dado o caso, se pudesse providenciar no sentido de obter a entrega do mesmo”¹⁰⁸. Argumentou ainda que, “os licenciados não agiram com aparato militar, conservando-se quase sempre separados uns dos outros, voltando para bordo às 2 horas da noite”¹⁰⁹.

O comandante também alegou ter se entendido com o gerente do Consulado no sentido de obter o consentimento das autoridades locais, obtendo deste a informação de estar tudo em ordem. Ressalva ainda, que a canhoneira não estava em posse de nenhum preso. Diante destas explicações, o Governo Imperial alemão diz que, opondo-se o Governo brasileiro a estas declarações, a contradição entre as duas versões só poderia ser resolvida por meio de inquérito rigoroso e autuação formal dos depoimentos dos oficiais e oficiais inferiores implicados no fato¹¹⁰.

Na caricatura, a águia negra com um martelo de juiz preso à uma das garras e um maço de trigo à outra que paira sob a cabeça do comandante da *Panther*, está representando a Alemanha e, provavelmente, seja uma alusão a esse depoimento do governo alemão. Segundo a simbologia cristã, o trigo representa “o homem justo”. O martelo, por sua vez, é um dos símbolos do direito e da justiça, simbolizando o veredito da Alemanha.

A aparência de bêbado do comandante da *Panther* na caricatura é uma alusão ao boato de que os marinheiros estavam embriagados durante as averiguações ilegais. Também o *shopp*, por tratar-se de uma bebida tipicamente alemã, está ali para dar ênfase às suas características nacionais, visto que o estereótipo é uma das estratégias mais usadas na caricatura. Chama-nos à atenção ao comandante também, a palavra na bainha da espada: *prosapia* que significa “linhagem”, “ascendência”, “raça”, “orgulho”, “ vaidade”, etc., representando o espírito de superioridade alemã. Ademais, o rompante impetuoso do *Zé Povo* é justificado pelo patriotismo, ao tempo que a firmeza de Rio Branco é ancorada no Direito Internacional. Não por acaso, o patriotismo é representado em forma de porrete enquanto o Direito Internacional

¹⁰⁸ Promemoria entregue pelo Ministro da Alemanha ao Ministro das Relações Exteriores, em Petrópolis, no dia 15 de dezembro de 1905. Estados Unidos do Brasil: *Diário Oficial*, 10 de janeiro de 1906. p. 162.

¹⁰⁹ Ibid.

¹¹⁰ Ibid.

em forma de livro, mostrando o contraste das posições políticas envolvendo o caso. Notamos também, a presença de uma bananeira na caricatura, buscando reforçar que os alemães estavam em solo brasileiro.

Diante da posição da Alemanha, Rio Branco permaneceu irredutível:

A vista dos documentos examinados, não podemos manter que houve em Itajaí um desembarque militar, de homens em armas: podemos, porém, afirmar que houve operações de polícia, executadas durante a noite por oficiais, inferiores e marinheiros de um navio de guerra estrangeiro, com menoscabo da soberania nacional.¹¹¹

De acordo com Lins,

No decorrer das negociações, durante todo o mês de dezembro, o Barão do Rio Branco mostrou-se invariável e intransigente nas suas exigências: se estiver a bordo do *Panther*, o desertor deve ser restituído; se os marinheiros do navio de guerra apenas desembarcaram para fazer indagações, a Alemanha deve oferecer explicações ao Brasil.¹¹²

O caso só foi encerrado depois que o ministro da Alemanha, Von Teutler, em nota diplomática no dia 2 de janeiro de 1906, “respondeu à reclamação brasileira e manifestou os mais vivos protestos de amizade e consideração ao Brasil”, esclarecendo, entre outras coisas, que não houvera a intenção de ofender a soberania territorial do Brasil e que os culpados passariam por julgamento militar¹¹³. Rio Branco, por sua vez, respondeu a nota com sobriedade e firmeza no dia 6 do mesmo mês, encerrando definitivamente o conflito:

O Governo Brasileiro aprecia devidamente a retidão e presteza com que o Governo Imperial procedeu no exame e decisão deste caso, dando mais uma prova dos seus elevados sentimentos de justiça. Não pode, entretanto – quaisquer que sejam os usos das marinhas de guerra em outros países – deixar de lamentar que o Comandante do *Panther* tivesse incumbido oficiais e praças da sua guarnição de fazer indagações em terra, mesmo obrando com a maior reserva e prudência, para verificar o paradeiro de um desertor, tanto mais quanto o mesmo Comandante declara que contava com a boa vontade das autoridades territoriais, as quais compete, incontestavelmente, praticar as

¹¹¹ RIO BRANCO. Nota do Governo Brasileiro à Delegação alemã. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1905, p. 163.

¹¹² LINS, 1996, p. 331.

¹¹³ BUENO, 2003, p. 338.

diligências de polícia, necessárias para a descoberta, captura e entrega dos desertores¹¹⁴.

A relevância do caso *Panther* na política externa brasileira não está no caso em si, mas, segundo Clodoaldo Bueno, pelo que simboliza. Para ele, o incidente da *Panther* serve para demonstrar como o Brasil via sua inserção numa área de disputa entre duas potências mundiais, Alemanha e Estados Unidos, e, para mostrar como a atuação da chancelaria brasileira frente ao problema fornece dados que alargam nossa visão a respeito das concepções de Rio Branco.¹¹⁵ Nos parece claro que Rio Branco usou o conflito da *Panther* para estreitar as relações com os Estados Unidos dentro da política americanista, visto que a *Doutrina Monroe* era útil ao Brasil naquele momento que precisava afastar os perigos externos que colocavam em risco soberania nacional.

De acordo com Villafañe,

a doutrina Monroe certamente serviu de elemento de moderação das atitudes do governo alemão, que encerrou a questão com um pedido de desculpas. A ação dura e destemida do Barão, recebida com júbilo pela opinião pública, certamente levava em conta uma possível reação dos Estados Unidos a uma ação militar alemã contra o Brasil.¹¹⁶

Mais tarde, o comandante da canhoneira *Panther* foi demitido e chamado à Alemanha. E, “segundo alegaram as próprias fontes alemãs, nunca o governo de Berlim havia dado desculpas tão completas em um incidente diplomático”.¹¹⁷

Em *O Malho*, a vitória de Rio Branco ganhou destaque nos dias que precederam o pedido de desculpa alemão, como exemplo dessa caricatura de Vasco Lima que encerrou definitivamente o caso na caricatura:

¹¹⁴ LINS, 1996, p. 332

¹¹⁵ BUENO, 2003. p. 327.

¹¹⁶ SANTOS, 2012, p. 104-105.

¹¹⁷ FRANCO, 2000. p. 380.

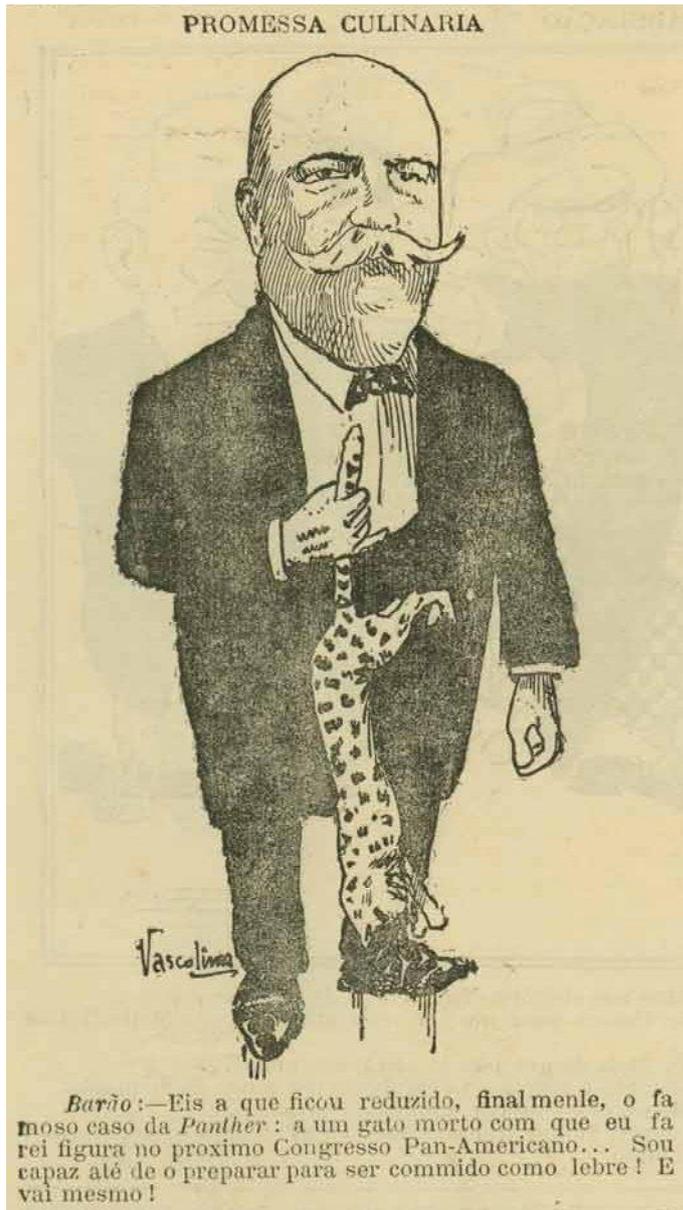


Figura 23 - Vasco Lima | “Promessa Culinária” | *O Malho*, 10/02/1906

“Barão: - Eis a que ficou reduzido, finalmente, o famoso caso da Panther: a um gato morto com que eu farei figura no próximo Congresso Pan-Americano... Sou capaz até de o preparar para ser comido com lebre! E vai mesmo!”

Nos permitimos aqui, fazer uma comparação entre a primeira e a última caricatura em *O Malho* sobre o caso *Panther*. Na primeira caricatura, a Alemanha foi representada como uma grande pantera em posição superior e de ataque, representando um perigo iminente à soberania nacional. Contudo, Rio Branco, que estava na defensiva, encerra o episódio segurando a Alemanha pelo rabo como um pequeno gato morto na última caricatura. De acordo com Vasco Lima, a vitória do ministro brasileiro iria ainda lhe servir como prestígio para o Congresso Pan-Americano que começava a ser organizado no Rio de Janeiro naquele momento.

Em todas as caricaturas identificadas sobre o caso da *Panther*, não encontramos nenhuma crítica negativa às ações de Rio Branco, embora a revista tenha demonstrado uma inquietação pela demora da manifestação alemã sobre o incidente.

O discurso produzido pela revista buscava fomentar o patriotismo como elemento de defesa da soberania nacional. Sendo o território naquele momento de primordial importância na construção da identidade nacional, *O Malho* desenvolveu um trabalho que nos proporcionou compreender a nação a partir da tríade Estado, povo e território. A revista trouxe para a caricatura o elemento *povo*, que participou ativamente das discussões do Estado envolvendo o território nacional e protagonizados por Rio Branco, como podemos acompanhar também nos eventos que se seguem neste trabalho.

2.2 A Conferência Pan-Americana (1906)

O Pan-americanismo baseado na interpretação da Doutrina Monroe, do qual iremos tratar neste texto, nasceu da necessidade comercial dos Estados Unidos com a América do Sul. Segundo Carvalho,

Ao terminar a Guerra de Secessão, os Estados Unidos entraram num período de reconstrução que lhes proporcionou cedo um grande desenvolvimento econômico. Começaram os seus economistas e os seus comerciantes a procurar estender o seu campo de ação no exterior; cedo perceberam que a balança comercial com os Estados da América Latina lhes era desfavorável e que os mercados sul-americanos eram quase exclusivamente abastecidos pelas indústrias da Europa. Faltavam comunicações diretas para a América do Sul, os contatos econômicos eram raros e a produção norte-americana necessitava de novos escoadouros¹¹⁸.

Diante desse quadro, os Estados Unidos buscavam meios de aproximação e diálogo direto com os outros países da América, surgindo dessa necessidade comercial os Congressos Pan-Americanos que visavam a solidariedade e a cooperação pan-americana. Em tese, os Estados Unidos queriam transformar o continente americano em seu campo de influência política e econômica.

¹¹⁸ CARVALHO, 1959. p. 299.

Em 2 de outubro de 1889 ocorreu em Washington a Primeira Conferência Pan-Americana. A convocação feita pela Secretaria de Estado era sedutora, “falava em absoluta igualdade dos países independentes da América, da necessidade de franqueza e de simpatia, de ausência de maquinações secretas e de alianças egoístas, recomendava prudência, oportunidade e disposições pacíficas”¹¹⁹. Além de buscar cooperação comercial, o assunto principal da Primeira Conferência foi o arbitramento obrigatório - do qual o Brasil era favorável - seguido da união aduaneira, ambos sem sucessos no Congresso. Foi aceito, contudo, “o princípio dos entendimentos econômicos com reciprocidade comercial, mesmo restrita”¹²⁰. Rio Branco e Nabuco também colaboraram para o programa da conferência em Washington, ajustando-o de acordo com as diferentes orientações dos povos americanos.

Na Segunda Conferência Pan-Americana, realizada na Cidade do México em 1901, os Estados Unidos se lançavam no contexto internacional após a sua vitória sobre a Espanha, bem como a ocupação das Filipinas e a libertação de Cuba, melindrando os países hispânicos que temiam serem hostis as verdadeiras intenções dos Estados Unidos na América em vez de cooperação mútua. Acreditava-se que os Estados Unidos, ancorados na Doutrina Monroe, pudessem interferir militarmente na soberania dos países sul-americanos mais fracos e, afastando as influências europeias, exerceria controle absoluto na América.

O Brasil, por sua vez, não fazia nenhuma objeção à Doutrina Monroe, nem mesmo a de possíveis intervenções norte-americanas em países fracos que não conseguissem se autogovernar. Contudo, os trabalhos da Segunda Conferência trouxeram mais resultados do que a Primeira: “quatro tratados, seis convenções e um protocolo de adesão aos Tratados de Haia, recentemente assinados, sem contar as resoluções e recomendações”¹²¹. O arbitramento não foi beneficiado nesta ocasião, entretanto o Brasil continuava favorável a ele, com a objeção de que o árbitro fosse de livre escolha.

A Terceira Conferência Pan-Americana realizou-se no Rio de Janeiro, em 1906, como resultado dos esforços de Rio Branco e Joaquim Nabuco. A esse último, deve-se a visita de Elihu Root ao Brasil, a primeira que fazia um secretário de Estado norte-americano à América do Sul¹²². Esse seria o grande diferencial que dividiria a Conferência de 1906 das outras duas anteriores. Rio Branco buscava dar à conferência um “caráter mais elástico e livre, embora

¹¹⁹ Idem, p. 300 – 301.

¹²⁰ Idem, p. 301.

¹²¹ Idem, p. 301 – 302.

¹²² LINS, 1995. p. 334.

menos prático, de uma assembleia cordial de nações de um mesmo continente, interessadas em assentar os meios de se conhecerem melhor, de se aproximarem, de facilitarem as comunicações, de estreitarem as relações internacionais”¹²³, servindo como base preliminar para um plano de resoluções mais concretas e eficientes. Assim, a o resultado da conferência seria mais de sugestões do que de resoluções.¹²⁴

Outro obstáculo que Rio Branco buscava superar na Conferência Pan-Americana de 1906 era a rejeição dos países hispânicos à Doutrina Monroe. Quando, em 3 de dezembro de 1823, James Monroe aconselhou que os europeus deveriam se afastar dos assuntos internos do hemisfério ocidental, o Brasil, que recém havia declarado a sua independência, viu na nova doutrina uma proteção e um escudo contra as agressões europeias. “Daí em diante, a aceitação da Doutrina Monroe tornou-se política estabelecida dos governos brasileiros”.¹²⁵

Não foram poucas as vezes em que Rio Branco recorreu à Doutrina Monroe para fortalecer a posição do Brasil no cenário internacional, chegando a afirmar que “A Doutrina Monroe e o respeito, misturado de temor, que, pelos seus processos novos, os Estados Unidos inspiravam às grandes potências da Europa tem servido para impedir, desde muitos anos, que elas pensam em violências e conquistas no nosso continente”¹²⁶. Essa posição ficou clara, principalmente, no incidente da *Panther*, como pudemos ver anteriormente. Dessa forma, Rio Branco acreditava que a doutrina havia garantido a liberdade e o desenvolvimento das nações americanas e merecia ser apoiada por todo o continente.

Sabendo que os países hispânicos da América viam com pouca simpatia a Doutrina Monroe, Rio Branco recomendava à Joaquim Nabuco por telegrama:

O nosso desejo, V. Excia. sabe, é poder em tudo estar de acordo com os Estados Unidos, cuja amizade o Brasil muito preza e sempre prezou. Mas V. Excia. não ignora que contra os Estados Unidos e o Brasil há na América Espanhola antigas prevenções que só o tempo poderá talvez modificar. Verdadeiramente só as não há contra o Brasil no Chile, no Equador, no México e na América Central. É necessário muito tato e prudência da nossa parte para que este 3º Congresso Pan-Americano não torne mais funda as dissidências exigentes entre vários grupos de nações latinas¹²⁷.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ LINS, 1995, p. 334.

¹²⁵ BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tradução de Sérgio Bath. - Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003. p. 185

¹²⁶ Rio Branco para a Legação do Brasil, 31 jan. 1905. In: BURNS, 2003, p. 188.

¹²⁷ Despachos à Embaixada do Brasil em Washington. In: LINS, 1995. p. 335.

Convencido da importância do monroísmo para as nações americanas, Rio Branco também aconselhou a Root que estendesse a sua viagem por Montevideú, Buenos Aires e Santiago após a sua partida do Brasil para evitar que a sua presença no Rio de Janeiro, em decorrência da Conferência, pudesse provocar ciúmes e rivalidades nos demais importantes países da América do Sul, tendo seu pedido atendido pelo secretário de Estado norte-americano.

As representações acerca da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro agitaram os caricaturistas de *O Malho* desde fevereiro de 1906, que não pouparam esforços para subestimar a importância da Conferência para o Brasil.

O Malho via a Conferência Pan-Americana no Brasil como uma ostentação particular de Rio Branco que, além de não trazer resultados concretos, retiraria uma importante quantia dos cofres públicos. É sabido que Rio Branco não poupava esforços nem dinheiro para garantir o sucesso da diplomacia brasileira na Terceira Conferência. Ciente disso, *O Malho* explorou largamente essa questão através da caricatura. Das 24 caricaturas identificadas referentes à Conferência Pan-Americana de 1906, 17 delas possuíam a frase que se tornaria célebre: “*Dinheiro haja, seu barão, dinheiro haja*”, criticando os excessos de Rio Branco, que justificava alegando fazer promoção do Brasil no exterior. Não obstante, segundo *O Malho*, promovia a si próprio. Sobre o tema, selecionamos uma amostragem de 5 caricaturas que buscam exemplificar a maneira como Rio Branco foi representado pela revista no contexto da Terceira Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro em 1906.

A primeira caricatura mencionando a Terceira Conferência foi publicada pelo *O Malho* em 10 de fevereiro de 1906 com a assinatura de Augusto Rocha:



Figura 24 - Augusto Rocha | “Preparando a casa” | *O Malho*, 10/02/1906

“*Rio Branco: - Ai! minha vida! minha vida! Toca a espanar a mobilha, que ahi vem o Congresso Pan-Americano, com o Root à frente, puxando uma esquadra de encher o olho! O diabo, é que tenho só mil contos para gastar! Esta gente do Congresso, bem mostra que é caipira!*

Graça Aranha: - Uma ninharia, realmente. Não dá nem para a cova dum dente!

Pecegueiro: - Dinheiro haja, seu Barão, dinheiro haja! Sem ele não há corage!”

Nessa caricatura, Rio Branco, Ministro do Exterior, Graça Aranha, diplomata brasileiro, e Pecegueiro do Amaral, secretário de Rio Branco, são representados *preparando a casa* para a Conferência. A preocupação de Rio Branco na caricatura é impressionar Root, representante dos Estados Unidos que viria ao Brasil na ocasião do Pan-Americano. Uma vez que, para impressionar necessitava-se de dinheiro, Rio Branco queixava-se da pouca quantia que lhe fora destinada para a organização da Conferência. De acordo com *O Malho*, mil contos de réis. Ao ponto que Aranha concorda com Rio Branco, Pecegueiro solta a célebre frase: “*Dinheiro haja, seu Barão, dinheiro haja!*”! Não se sabe ao certo a origem desse bordão, acredita-se que tenha sido dito mesmo pelo secretário de Rio Branco em decorrência dos valores gastos pelo Itamarati, todavia, salvo engano, em *O Malho* aparece pela primeira vez nessa caricatura e proferido pelo personagem do próprio Pecegueiro, *perseguido* Rio Branco até o fim dos seus dias no Itamarati.

Vista pelo *O Malho* a Terceira Conferência Pan-Americana como um capricho de Rio Branco, na caricatura de 14 de abril, Raul representa Rio Branco como uma criança mimada que quer apenas brincar com seus “amiguinhos” - os representantes das outras repúblicas da América - sem nenhuma preocupação em lograr benefícios para o Brasil que estava pagando a conta do evento.

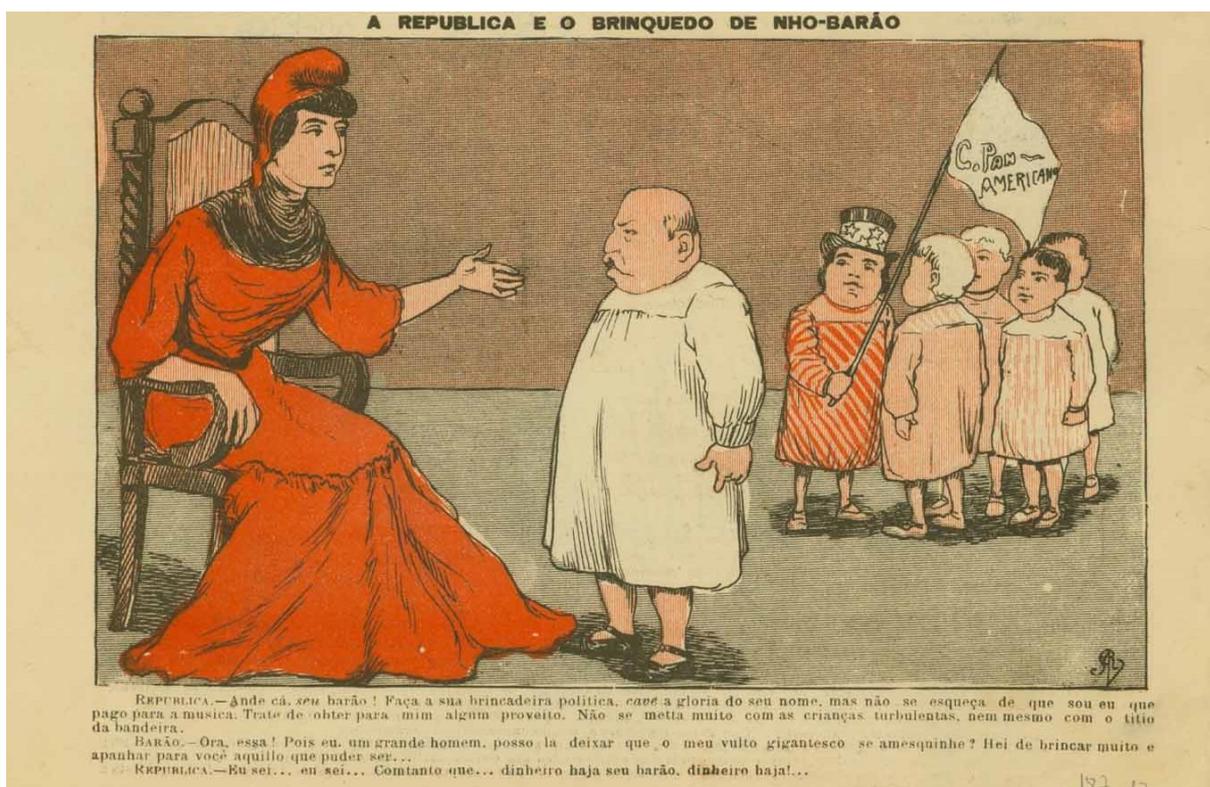


Figura 25 - Raul | “A República e o brinquedo de Nho-Barão” | *O Malho*, 14/04/1906

República: Ande cá, *seu* barão! Faça a sua brincadeira política, *cave* a glória do seu nome, mas não se esqueça de que sou eu que pago para a música. Trate de obter para mim algum proveito. Não se meta muito com as crianças turbulentas, nem mesmo com o titio da bandeira.

Barão: - Ora, essa! Pois eu, um grande homem, posso lá deixar que o meu vulto gigantesco se amesquinhe? Hei de brincar muito e apanhar para você aquilo que puder ser...

República: - Eu sei... eu sei... contanto que... dinheiro haja, seu barão, dinheiro haja! ...”

Na caricatura *A República e o brinquedo do Nho-Barão*, a República brasileira, adulta e sensata, alerta que Rio Branco tome cuidado com os Estados Unidos, descrevendo-o como uma “criança turbulenta”. Como é ela quem está pagando a conta, pede que ao menos Rio Branco tire algum proveito para o Brasil da Conferência, visto que estará logrando prestígio para si. Como criança mimada, Rio Branco é áspero e não se compromete em beneficiar o Brasil. Termina a República queixando-se do dinheiro gasto com a Conferência que poderá não lhe trazer nenhum benefício.

Na medida em que a Conferência se aproximava, *O Malho* intensificava as críticas ao dinheiro gasto na sua execução. Fomentava também, que a cidade não estava preparada para um evento do porte do Congresso Pan-Americano. Falava da falta de lugar para hospedar os delegados estrangeiros - fazendo alusão às desapropriações feitas com a chegada da família real ao Brasil para abrigar a corte - e comentava sobre a suposta dificuldade que Rio Branco estava encontrando para montar a comissão de delegados que representaria o Brasil na Terceira Conferência, tendo seu convite sido recusado por importantes personalidades políticas da época, como Joaquim Murinho, reconhecido membro do Senado.

Nessa caricatura de J. Carlos, às vésperas da Conferência, são representados importantes políticos brasileiros da época escondendo os problemas internos do país para receber os convidados do Pan-Americano. Para *O Malho*, a Terceira Conferência Pan-Americana no Brasil, não passaria de uma fachada para iludir os estrangeiros.

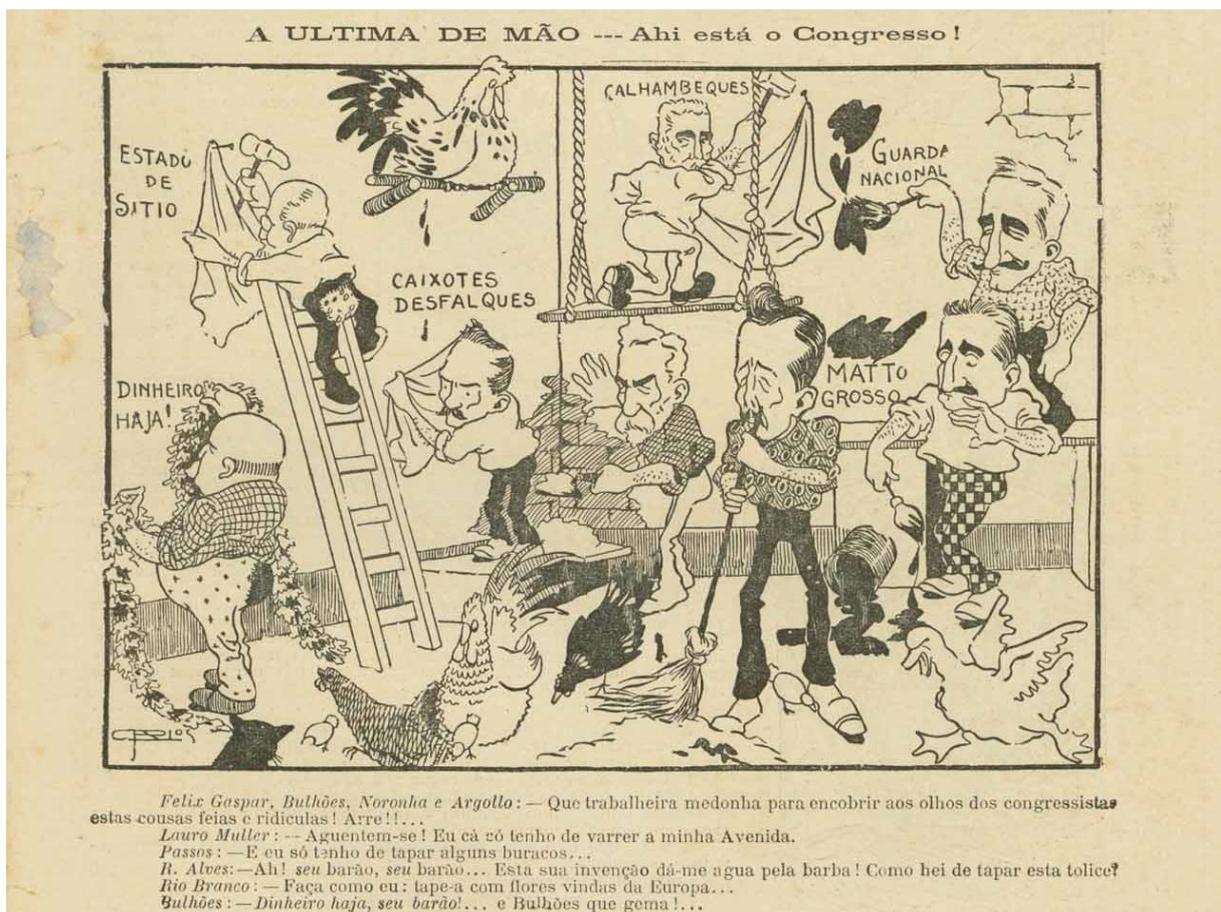


Figura 26 - J. Carlos | “A última de mão ... Ahi está o Congresso!” | *O Malho*, 21 de julho de 1906

“Felix Gaspar, Bulhões, Noronha e Argollo: - Que trabalhadeira medonha para encobrir aos olhos dos Congressistas estas coisas feias e ridículas! Arre!!...

Lauro Muller: - Aguentem-se! Eu cá só tenho de varrer a minha avenida.

Passos: - E eu só tenho de tapar alguns buracos...

R. Alves: - Ah! *Seu* barão, *seu* barão... Esta sua invenção dá-me água pela barba! Como hei de tapar esta tolice?

Rio Branco: - Faça como eu: tape-a com flores vindas da Europa...

Bulhões: - Dinheiro haja, *seu* barão... e Bulhões que gema!..."

Na caricatura estão representados os ministros Felix Gaspar, da Justiça e dos Negócios Interiores, Bulhões, da Fazenda, Noronha, da Marinha, e Argolo, da Guerra, empenhados em encobrir aos olhos dos Congressistas os problemas internos da política brasileira. Lauro Muller, da Viação e Obras Públicas, se preocupava em varrer a *sua* avenida, fruto da remodelação arquitetônica de Rodrigues Alves e Pereira Passos. Passos, por sua vez, como prefeito da cidade do Rio de Janeiro, assumia a responsabilidade de tapar alguns buracos - que na caricatura pode ser uma referência às possíveis falhas de seu governo. Rodrigues Alves, Presidente da República, lamentava a situação de camuflagem política e culpava Rio Branco pela situação, uma vez que foi ele o responsável para que a Terceira Conferência acontecesse no Rio de Janeiro. Como resolução, Rio Branco sugere que Rodrigues Alves tape os problemas internos da política brasileira com "flores vindas da Europa". Ocorria que, para acolher a Terceira Conferência, foi construído em apenas 7 meses na cidade do Rio de Janeiro o majestoso palácio de São Luiz. No entanto, o que rendeu críticas em *O Malho* foram os boatos de que Rio Branco havia encomendado da Europa a decoração ornamental do pavilhão, desvalorizando o comércio interno, daí a menção de *O Malho* na caricatura. Como resposta à sugestão de Rio Branco, Bulhões retruca: "*Dinheiro haja, seu barão, dinheiro haja... e Bulhões que gema*"! A última parte de sua frase é uma referência ao seu cargo, Ministro da Fazenda, que obviamente cuidava das verbas públicas e precisava ouvir o Barão queixar-se.

As críticas referentes aos gastos da Terceira Conferência Pan-Americana superaram a metade das caricaturas produzidas em ocasião desse evento. Todavia, se estenderam até a abertura da Conferência. A partir daí, com a chegada de Root, os gastos públicos não eram mais importantes e o secretário de Estado norte-americano tornou-se celebridade na revista. Apesar das críticas anteriores ao evento, *O Malho* foi um anfitrião exemplar, acolhendo Root na caricatura com todas as ênfases que a sua presença representava para a política externa brasileira. O Pan-Americanismo e a Doutrina Monroe eram os laços que uniam o Brasil aos Estados Unidos e, supomos, que seriam fortalecidos com a presença do secretário norte-americano na Terceira Conferência.

Durante a presença de Root no Brasil, todas as suspeitas em relação aos supostos interesses escusos dos Estados Unidos na América do Sul evaporaram e a revista dedicou-se a

fomentar a importância da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, como podemos ver nessa caricatura de Augusto Rocha:

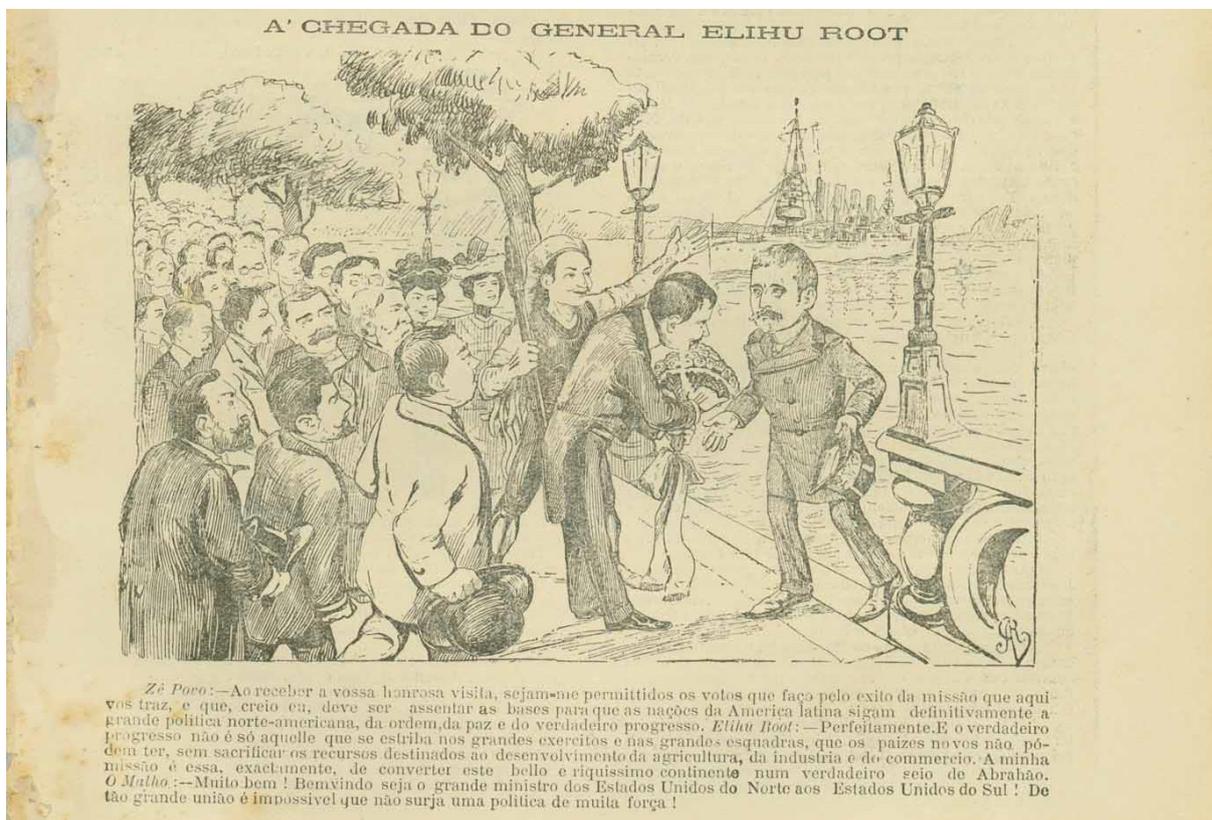


Figura 27 - Augusto Rocha | “A chegada do General Elihu Root” | *O Malho*, 28/07/1906

“*Zé Povo*: - Ao receber a vossa honrosa visita, sejam-me permitidos os votos que faço pelo êxito da missão que aqui voz traz, e que, crio eu, deve ser assentar as bases para que as nações da América latina sigam definitivamente a grande política norte-americana, da ordem, da paz e do verdadeiro progresso. *Elihu Root*: - Perfeitamente. E o verdadeiro progresso não é só aquele que se estriba nos grandes exércitos e nas grandes esquadras, que os países novos não podem ter, sem sacrificar os recursos destinados ao desenvolvimento da agricultura, da indústria e do comércio. A minha missão é essa, exatamente, de converter este belo e riquíssimo continente num verdadeiro seio de Abrahão. *O Malho*: - Muito bem! Bem-vindo seja o grande ministro dos Estados Unidos do Norte aos Estados Unidos do Sul! De tão gigante união é impossível que não surja uma política de muita força!”

Nessa caricatura, *O Malho* buscou colocar o Brasil no mesmo nível dos Estados Unidos. Como podemos ver, os trajes e a formalidade de *Zé Povo* refletem a imagem civilizada do país que a revista buscava passar naquele momento. Além da recepção de chegada representada por Augusto Rocha no dia 28 de julho, *O Malho* também representou o secretário norte-americano em diversas outras situações de prestígio: ora, recebendo as felicitações pelo seu “admirável

discurso”, ora recebendo homenagens de honras, ora recebendo o afago das personalidades políticas brasileiras. Não obstante, publicou na íntegra o discurso proferido por Root na ocasião da Terceira Conferência que, segundo *O Malho*, se tratou de “uma peça oracular, consagrada pelos aplausos de toda imprensa do continente”.

Depois da despedida do Brasil, Root seguiu, como sugerira Rio Branco, sua viagem pelas capitais dos principais países sul-americanos: Montevideu, Buenos Aires e Santiago. Como era de se esperar, a conhecida rivalidade na disputa por prestígio internacional entre Brasil e Argentina afloraram em *O Malho* com a chegada do secretário norte-americano à Buenos Aires, se apresando os caricaturistas em acentuar as diferenças entre os dois países com a presença do convidado especial.



Figura 28 - J. Carlos | “Cortezia de louros e pretos: páginas do relatório da viagem do Sr. Root” | *O Malho*, nº 207, 1906.

“*Tio Sam*: - Os americanos do sul são de uma gentileza simbolista. No Brasil fui recebido moralmente.
Monroe: - E na República Argentina?
Tio Sam: - Na Argentina fui recebido materialmente: até as pedras se manifestaram...”

Na caricatura de J. Carlos, os Estados Unidos, representado na imagem de *Tio Sam*, relata ao busto de Monroe a sua viagem à América do Sul. *A moralidade*, da qual foi recebido no Brasil, se opõe à *materialidade* com que foi recebido na Argentina, colocando ambos os países em lados opostos da “civilidade”. Ocorre que, a caricatura se refere a um evento específico da chegada de Root a Buenos Aires em que, decorrente dos protestos contra a sua presença, o trem que lhe conduzira até a capital argentina fora apedrejado pelos manifestantes. Esse episódio já havia sido capa da edição anterior de *O Malho*, conhecido como *O caso das pedradas*. Nessa caricatura, Roosevelt questiona Root sobre no Brasil ter sido recebido com flores enquanto na Argentina com pedradas. Root argumenta respondendo que cada um dá o que tem¹²⁸. Além da conhecida rivalidade entre os dois países, essas caricaturas buscavam passar a imagem do Brasil como um país civilizado.

A Terceira Conferência Pan-Americana trouxe para o Brasil mais do que prestígio como presumia *O Malho* antes do dia 23 de julho de 1906. Das três principais contribuições de Rio Branco para o sucesso do pan-americanismo, duas delas foram conquistadas na Terceira Conferência, segundo Burns. A primeira, fora da Conferência, foi a resolução dos problemas fronteiriços com os países hispânicos, eliminando possíveis agressões que impossibilitariam o sucesso do movimento pan-americano. A segunda, foi o êxito da própria Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro que, “de forma breve e bem planejada, consolidou e deu caráter permanente ao movimento”, visto que as duas primeiras conferências haviam sido prejudicadas por longos debates. A terceira, “foi o sucesso em harmonizar a América Hispânica com os Estados Unidos”, especialmente na Conferência do Rio de Janeiro, onde foram atenuados velhos ressentimentos e suspeitas¹²⁹. De acordo com Alvaro Lins, biógrafo de Rio Branco, “Em tudo o que dependia do Brasil – a criação do ambiente, as festas e recepções, a presidência honorária de Rio Branco, a presidência efetiva de Joaquim Nabuco – a Terceira Conferência Internacional Americana ultrapassou as duas anteriores em brilhantismo e importância social”.¹³⁰

Em homenagem à presença de Elihu Root, o Pavilhão de Exposição Brasileira que abrigava a Terceira Conferência recebeu o nome de Palácio Monroe. Essa homenagem, junto com a menção ao Monroe na última caricatura de *O Malho*, mostra que existia um conhecimento público sobre as intenções de Rio Branco ao estreitar as relações com os Estados Unidos e que isso fazia parte da proteção da soberania nacional naquele contexto.

¹²⁸ Lobão | O caso das pedradas | *O Malho*, 25/08/1906.

¹²⁹ BUNS, 2003, p. 196 – 197.

¹³⁰ LINS, 1995, p. 336.

2.3 A Conferência de Haya (1907)

O Brasil não foi o Palco da Segunda Conferência de Paz de 1907, todavia, lançou seu protagonista. A escolha de Rui Barbosa para chefiar a representação brasileira em Haia fora de Rio Branco, mas o sucesso conquistado por ele na Conferência deveu-se à perfeita sintonia entre eles. Sobre isso, *O Malho* soube medir justamente a importância de cada um, embora, assumindo papéis diferentes: Rio Branco trabalhou incansavelmente nos bastidores, de modo que tudo saísse de acordo com a vontade do Brasil, ficando ao Rui Barbosa o papel de brilhar absoluto no palco da Segunda Conferência de Paz, onde, devido a sua oratória e o seu profundo conhecimento jurídico, ficou conhecido daí em diante como “*Águia de Haia*”.

Se por um lado, as conferências de Haia tinham por finalidade a manutenção da paz mundial através da busca por soluções pacíficas para os conflitos internacionais, por outro, eram momentos propícios para acentuar as diferenças entre as nações. Contudo, nada decepcionou mais Rio Branco e Rui Barbosa do que a posição assumida pelos Estados Unidos na Segunda Conferência. Nessa ocasião, os princípios do pan-americanismo não serviram aos Estados Unidos, que se uniu às grandes potências para aprovar o Tribunal Arbitral Permanente nos moldes que favoreceria apenas as grandes potências. Essa posição dos Estados Unidos, proporcionava desgosto ao Brasil, “no momento em que se procurava nas Américas dar maior vitalidade à política pan-americana e à Doutrina Monroe”.¹³¹

A proposta norte-americana para a criação do Tribunal Permanente incluía 17 membros. Cada grande potência – Alemanha, Estados Unidos, Áustria-Hungria, França, Holanda, Inglaterra, Itália, Japão e Rússia – teria um membro. O Brasil, consoante a proposta norte-americana, integraria o grupo 17, que além dele englobava mais nove países hispano-americanos¹³².

Caso aprovado o projeto, o Brasil ficaria colocado na terceira classe,

Abaixo das grandes potências, haveria uma segunda classe de nações, na qual se incluíam a Turquia, então com uma população de 24 milhões de habitantes, Espanha e Holanda, respectivamente com 18 e 5,5 milhões. O Brasil, com 25 milhões de habitantes, e o México, com 13 milhões, foram enquadrados em uma terceira categoria ao lado de outros países americanos e europeus que possuíam população que variavam de 2, 5 a 7 milhões, e da China, então com 33º milhões¹³³.

¹³¹ LINS, 1995, p. 363.

¹³² BUENO, 2003, p. 355.

¹³³ Idem, p. 354.

Não contavam, contudo, com a presteza do Brasil na afirmação de seus ideais de igualdade jurídica dos Estados soberanos, se colocando como representante unilateral, não só da América do Sul, mas de todos os países fracos que se encontravam em desvantagem na Conferência devido ao princípio de desigualdade das nações apregoado pelas grandes potências que não aceitavam ser igualadas aos países potencialmente fracos. Para Rio Branco, “O projeto norte-americano parecia-lhe humilhante ao Brasil e ao resto da América Latina”¹³⁴, defendendo que o critério de igualdade entre todas as nações participantes deveria prevalecer, como acontecera na Primeira Conferência, da qual o Brasil não participara.

Diante disso, Rui Barbosa apresentou “os princípios de igualdade e de soberania das nações na discussão sobre a composição do Tribunal Arbitral”¹³⁵. A repercussão do discurso de Rio Barbosa foi tal que ganhou destaque em grande parte da imprensa nacional e internacional, em especial nas caricaturas de *O Malho*.

A proposta de Rui Barbosa pareceu, à primeira vista, audaciosa. Esperava-se que os países sul-americanos se comportassem como acompanhantes humildes das decisões das grandes potências. Ou melhor, acatando as decisões norte-americanas, uma vez que era conhecido o interesse do Brasil em manter uma relação cordial com os Estados Unidos.

Embora não agradasse ao Brasil ficar em lado oposto ao dos Estados Unidos em Haia, a soberania brasileira era algo muito além do pan-americanismo e da Doutrina Monroe. Aliás, o Brasil havia acolhido tanto uma ideia quanto a outra justamente para garantir a integridade da soberania nacional. Além do mais, fora os Estados Unidos quem primeiro abandonara a “fraternidade americana” que, para defender seus interesses, alinhara-se às grandes potências. Mesmo assim, Rio Branco e Rui Barbosa buscavam delimitar a desinteligência somente à Conferência, sem prejudicar a relação dentre os dois países fora do evento.

O fato é que, aceitar a proposta do Tribunal Permanente, nos moldes que os Estados Unidos propunham, significava “renunciar à igualdade de tratamento que deveria ser dispensada a todos os países que participassem das conferências internacionais, e reconhecer-se, em um ato de Direito Público, nação de terceira ordem”¹³⁶. O Brasil já havia dado provas suficientes nas questões que se envolvia, tanto nas limítrofes como no incidente da *Panther*, que não estava disposto a abrir mão de sua soberania.

¹³⁴ Ibid.

¹³⁵ Idem, p. 352.

¹³⁶ Idem, p. 354.

Rio Branco era astucioso e confiava na eloquência de Rui Barbosa. Ao instruí-lo a defender o princípio jurídico de igualdade das nações soberanas, Rio Branco sabia que ele faria essa defesa de forma eficiente, não deixando espaço para manobras por parte das grandes potências. Ao mesmo tempo, Rio Branco trabalhava nos bastidores junto às chancelarias brasileiras dos países estrangeiros na tentativa de lograr apoio ao Brasil neste embate.

O Malho, por sua vez, representava o Brasil na Conferência de Haia a partir de duas perspectivas: primeiro, no âmbito das relações entre Rio Branco e Rui Barbosa; segundo, no âmbito da disputa entre Brasil e Argentina por visibilidade no cenário internacional, uma vez que a Conferência de Paz era um momento propício para a projeção internacional de ambos os países.

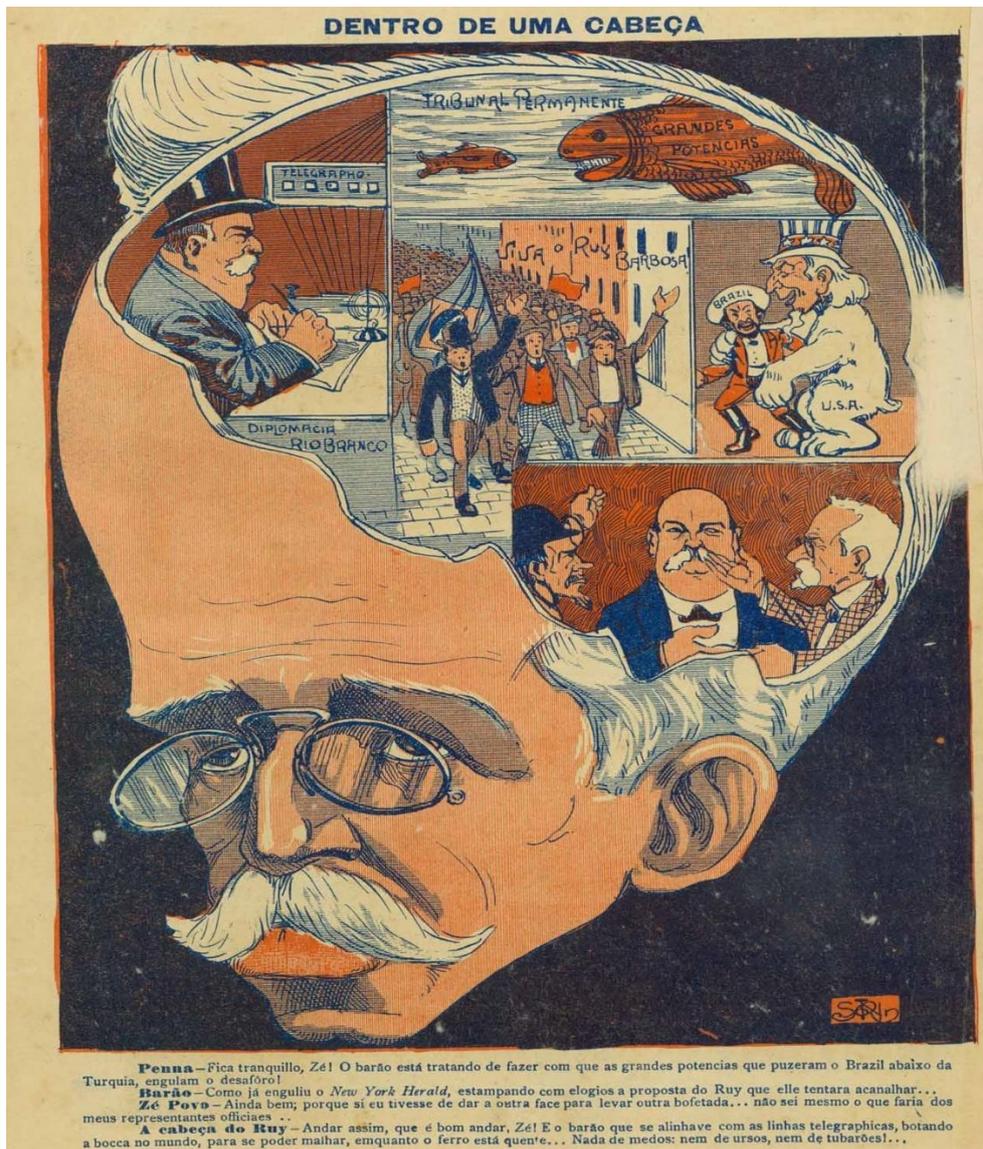


Figura 29 - Storni (?) | "Dentro de uma cabeça" | *O Malho*, 31/08/1907

“*Penna*: - Fica tranquilo, Zé! O barão está tratando de fazer com que as grandes potências que puseram o Brasil abaixo da Turquia, engulam o desaforo!

Barão: - Como já engoliu o *New York Herald*, estampando com elogios a proposta do Ruy que ele tentara acanalhar...

Zé Povo: - Ainda bem; porque se eu tivesse de dar a outra face para levar outra bofetada... não sei mesmo o que faria dos meus representantes oficiais...

A cabeça de Ruy: - Andar assim, que é bom andar, Zé! E o barão que se alinhe com as linhas telegráficas, botando a boca no mundo, para se puder malhar, enquanto o ferro está quente... Nada de medos: nem de ursos, nem de tubarões! ...”

Na caricatura o exagero não é algo que surge aleatoriamente. Ele serve para dar ênfase à alguma coisa. Pode ser a uma ideia, a uma característica física ou intelectual ou até mesmo a uma característica comportamental de quem está sendo representado. No caso de Rui Barbosa em Haia, a sua presteza e habilidade intelectual foram enfatizadas na caricatura em forma de uma cabeça gigante. Entretanto, sem tirar a glória de Rui, *O Malho* não desmereceu o trabalho que Rio Branco executava nos bastidores, como podemos perceber na caricatura de Storni. Aliás, fora Storni quem de longe mais representou, através da caricatura, a Conferência de Haia.

Nessa caricatura, podemos ver representadas algumas insatisfações do Brasil em relação à proposta norte-americana. Ficar abaixo da Turquia, considerado um “país inculto e sanguinário”, era caracterizado como uma afronta ao Brasil que queria se fazer presente entre as grandes potências.

Entre as preocupações que perturbavam a cabeça de Rui Barbosa – as pretensões das grandes potências, a posição dos Estados Unidos e, até mesmo, o prestígio adquirido pela sua posição em Haia – esperava, acima de tudo, as orientações de Rio Branco, bem como, as suas ações junto às nações desfavorecidas a fim de reverter a situação. Na caricatura, os Estados Unidos estão representados como um urso branco, “símbolo da força de todos os animais de poder”, enquanto o conjunto das grandes potências como um tubarão a ponto de devorar o peixe pequeno, representando as nações mais fracas. Chama-nos a tenção para essa parte da caricatura, o fato das nações mais fracas irem de encontro às mais fortes que buscavam devorá-las, sem intimidar-se com a desvantagem, o que na prática estava fazendo o Brasil, ao tempo que buscava o apoio das demais nações desfavorecidas.

A caricatura também cita o jornal norte-americano *New York Herald*, que mantinha uma “violenta campanha” contra a tese brasileira de igualdade através de seu correspondente especial em Haia, Aubrey Stanhope. Mas, que viera a reconhecer a força do argumento de Rui Barbosa.

O fato é que, diante da argumentação eloquente de Rui Barbosa, as grandes potências não conseguiram sustentar a sua tese, abandonado o projeto do Tribunal de Arbitramento Permanente na Segunda Conferência de Paz de Haia, uma vez que não se chegou a um acordo

sobre a sua composição. De acordo com Lins, “Rui tornou-se em Haia um líder de numerosos países, e isso determinou a sua vitória, fazendo malograr o projeto das grandes potências”¹³⁷. Embora Lins seja, antes de tudo, um admirador de Rio Branco, suas palavras pareceram tratar-se de uma tradução da caricatura de Storni sobre a vitória de Rui na Conferência, como podemos verificar:

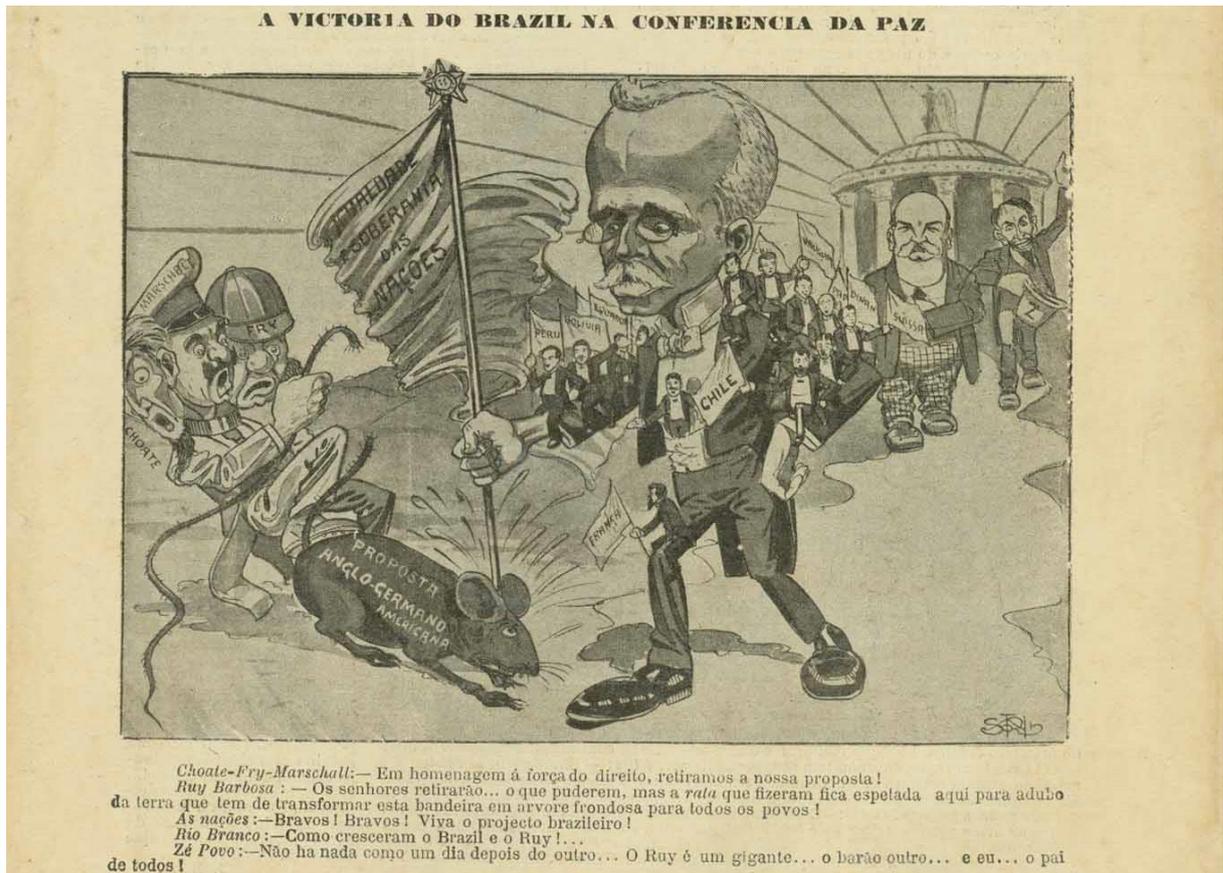


Figura 30 - Storni (?) | “A victoria do Brazil na Conferencia da paz” | *O Malho*, 14/09/1907

“Choate – Fry – Marschall: - Em homenagem à força do direito, retiramos a nossa proposta!
 Rui Barbosa: - Os senhores retirarão... o que puderem, mas a *rata* que fizeram fica espetada aqui para adubo da terra que tem de transformar esta bandeira em árvore frondosa para todos os povos!
 As nações: - Bravos! Bravos! Viva o projeto brasileiro!
 Rio Branco: - Como cresceram o Brasil e o Rui! ...
 Zé Povo: - Não há nada como um dia depois do outro... O Rui é um gigante... o barão outro... e eu... o pai de todos!”

Em *O Malho*, Storni buscava dar sentido à Conferência de Haia através de uma narrativa de fatos. Nessa segunda caricatura sobre o tema, o caricaturista representou a vitória de Rui Barbosa sob as grandes potências ao espetar a *rata* (ato desastroso que expõe seu autor ao ridículo; fiasco; malogro, insucesso) com a bandeira da *igualdade e soberania das nações*.

¹³⁷ LINS, 1995, p. 362.

Agarrados a *rata*, estão representados Joseph Choate, delegado americano, Edward Fry, chefe da delegação britânica e Barão Marschall von Bieberstein, representante alemão. Assistido pelo *povo* e por seu orientador Barão do Rio Branco, Rui Barbosa rompe com os projetos pretenciosos das principais potências, deixando-as temerosas com teu ato, como podemos ver em suas expressões na caricatura. Não obstante o protagonismo, Rui é colocado como representante das nações menos prestigiadas na Conferência, como podemos vê-las na caricatura carregadas por Rui Barbosa.

Uma vez que o Tribunal Permanente de Arbitragem havia sido desmerecido, Storni busca dar alento às possíveis preocupações dos Estados Unidos (através de seu secretário Elihu Root) em relação à fraqueza dos juízes latino-americanos no momento em que se buscava igualdade jurídica entre as nações soberanas:

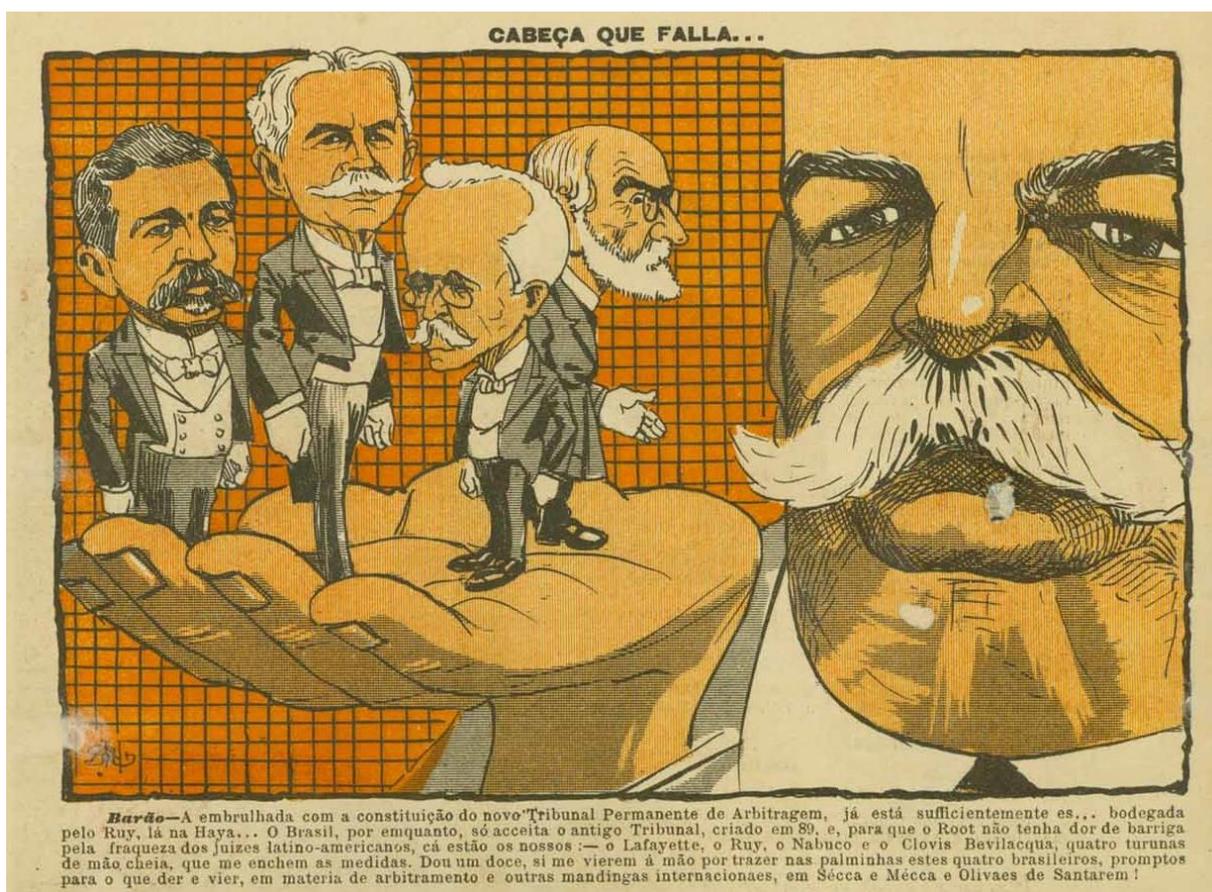


Figura 31 - Storni (?) | “Cabeça que fala” | *O Malho*, 21/09/1907

“**Barão** – A embrulhada com a constituição do novo Tribunal Permanente de Arbitragem, já está suficientemente es... bodegada pelo Rui, lá em Haia... O Brasil, por enquanto, só aceita o antigo Tribunal, criado em 89, e, para que o Root não tenha dor de barriga pela fraqueza dos juízes latino-americanos, cá estão os nossos: - o Lafayette, o Rui, o Nabuco e o Clovis Bevilacqua, quatro turunas de mão cheia, que me enchem as medidas. Dou um doce, se me vierem à mão trazer nas palminhas estes quatro brasileiros, prontos para o que der e vier, em matéria de arbitramento e outras mandingas internacionais, em Sécca e Mécca e Olivaes de Santarem!”

Através das palavras de Rio Branco na caricatura, afirma ser os representantes brasileiros de tal peso no cenário internacional que seriam suficientes para dar conta da representatividade de toda a América Latina. Em outras palavras, o Brasil seria o representante dessa parte da América, posto que Rio Branco sempre desejara para o Brasil, o que era motivo de desavenças com a vizinha Argentina que almejava o mesmo lugar. Na caricatura, os representantes do Brasil em Haia estão dispostos na mão de Rio Branco de forma que se faz uma alusão à expressão “de mão cheia”, ou seja, Rio Branco estava disponibilizando o que de melhor o Brasil poderia oferecer na questão da representatividade internacional da América do Sul. Além de Rui Barbosa, Rio Branco menciona Lafayette Rodrigues Pereira, membro da Corte de Arbitragem em Haia, Joaquim Nabuco, que participou ativamente dos preparativos da conferência, e Clovis Bevilacqua, também jurista brasileiro na conferência sob a chefia de Rui.

Ao último discurso de Rui Barbosa em Haia, *O Malho* representou o que foi um ultimato às grandes potências: o Brasil desejava entrar, quer pela porta da paz, quer pela porta da guerra, no concerto das grandes nações:

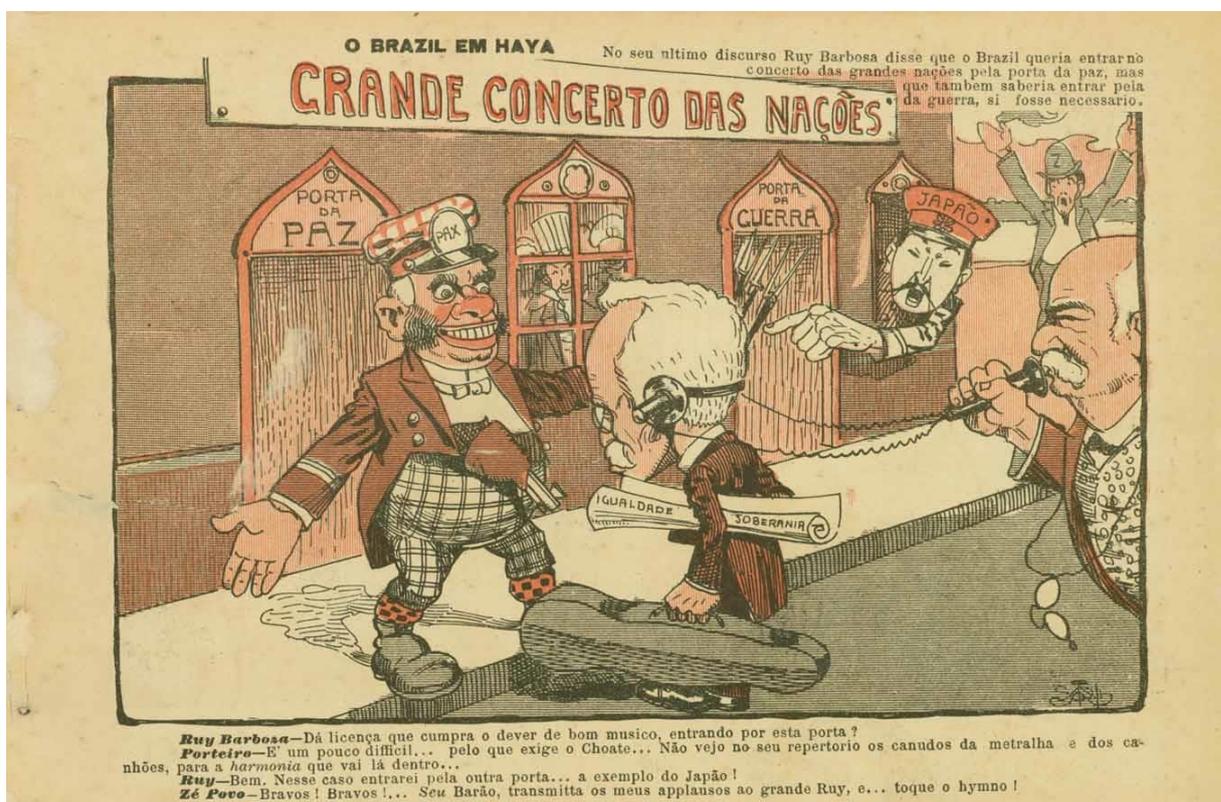


Figura 32 - Storni(?) | “O Brazil em Haya” | *O Malho*, 19/10/1907

“[No seu último discurso, Rui Barbosa disse que o Brasil queria entrar no concerto das grandes nações pela porta da paz, mas que também saberia entrar pela porta da guerra, se fosse necessário.]

Rui Barbosa – Dá licença que cumpra o dever de bom músico, entrando por esta porta?

Porteiro – É um pouco difícil... pelo que exige Cloate... Não vejo no seu repertório os canudos da metralha e dos canhões, para a *harmonia* que vai lá dentro...

Rui – Bem. Nesse caso entrarei pela outra porta... a exemplo do Japão!

Zé Povo – Bravos! Bravos! ... Seu Barão, transmita os meus aplausos ao grande Rui, e ... toque o hino! ”

Baseado no que afirma ser conteúdo do último discurso de Rui Barbosa em Haia, o caricaturista representa a postura do Brasil diante do cenário internacional, sempre ancorado no direito de igualdade das nações soberanas, como podemos observar nas inscrições dos papéis que Rui Barbosa carrega em seu braço.

Na caricatura, a contradição dos países que se encontravam na Segunda Conferência de Paz é denunciada pela figura do porteiro que, embora tenha a *pax* gravada no chapéu, encontra-se armado. Na legenda, ele afirma ser difícil ao Brasil entrar no Concerto das Nações pela porta da paz, uma vez que os Estados Unidos exigiam que a paz fosse representada por grandes potências armamentistas. Sendo o Brasil um país reconhecidamente pacífico, não estaria em conformidade com as exigências das grandes nações. Todavia, o personagem de Rui Barbosa é enfático no que, de acordo com a nossa interpretação, afirma que o Brasil fora pacífico porque não lhe havia sido necessário agir pela guerra, mas que saberia fazê-la caso necessário para colocar o Brasil no âmbito das grandes potências, usando como exemplo o Japão, que em 1905 havia vencido a guerra contra a Rússia e que, na caricatura, é representado apontando ao Rui Barbosa a porta da guerra como alternativa.

Outro ponto que *O Malho* enfatiza novamente, é a importância de Rio Branco nas decisões de Rui Barbosa. Nessa caricatura, ele aparece como instrutor de Rui, o que de fato a historiografia confirma. Rio Branco se comunicava diariamente com o representante brasileiro em Haia, seus telegramas “eram em geral longos e minuciosos, tratando de tudo: desde os princípios doutrinários até os banquetes”¹³⁸. Por suas posições distintas, porém complementares, ambos recebem o aval do *povo brasileiro* na caricatura, que se sentiu deveras representado na Conferência de Haia. A menção ao hino na fala do personagem *Zé Povo* é uma referência ao patriotismo externado pela revista, principalmente, quando a discussão em voga era a soberania nacional.

¹³⁸ LINS, 1995, p. 364.



Figura 33 - Storni(?) | “No teatro da paz: apothese final” | *O Malho*, 26/ 10/ 1907

“*Rio Branco*: - Ahi tem conselheiro, o que é confiar boas causas a grandes cabeças: é tornar o Brasil um país conhecido e admirado pelo mundo!

Afonso Penna: - É fazer do seu Embaixador, o Apóstolo universal e o Messias da nova doutrina de igualdade das nações!

Zé Povo: - Ruy Barbosa na ponta da pontíssima, só para moer! Salve, genial baiano, Salve!!!!”

Com o fim da Segunda Conferência de Paz, Ruy Barbosa foi representado na caricatura com toda ostentação que a sua participação em Haia permitiu oferecer. Rio Branco, por sua vez,

foi por diversas vezes representado orgulhoso de sua escolha, como podemos perceber na expressão de seus traços e na sua fala nessa caricatura de Storni, que encerra a sua sequência narrativa da Segunda Conferência.

Nessa última caricatura, porém, chama-nos a atenção uma figura peculiar que está em desacordo com a situação representada. Com a inscrição “inveja” no chapéu, supomos ser a representação da Argentina que, embora tenha apoiado o Brasil na questão do Tribunal de Arbitragem, disputou, sem sucesso, a atenção das grandes nações com o Brasil em Haia. Não obstante, o Brasil foi contra o projeto da Doutrina Drago, apresentado pelo Ministro das Relações Exteriores da Argentina na Conferência, onde propunha a não intervenção armada na cobrança de dívidas de países devedores. Rio Branco, achava desonrosa a proposta, uma vez que acreditava que os países deveriam honrar as suas dívidas e que a doutrina poderia servir de pretexto para o não cumprimento dos compromissos por parte das nações devedoras, o que era inadmissível na concepção de Rio Branco. Contudo, é oportuno lembrar que a disputa por prestígio internacional entre o Brasil e a Argentina não surgira na Conferência de Haia e não fora essa a única ocasião propícia para essa disputa.

Voltando para a caricatura, percebemos que Storni buscou acentuar as diferenças entre a postura do Brasil em relação aos demais países da Conferência de Haia. Rui Barbosa elevou o Brasil ao centro do globo e está ocupando a posição de destaque no cenário internacional. O louro em sua mão simboliza a vitória, os braços abertos o agradecimento, e a bandeira em volta de seu corpo, o patriotismo. Assistindo ao *Theatro da Paz* protagonizado por Rui, estão as demais nações, todas com as armas elevadas contrastando com o representante brasileiro. Ao Zé Povo e Afonso Pena, presidente do Brasil, restou o entusiasmo pela escolha de Rio Branco.

Das 14 caricaturas identificadas em *O Malho* sobre o evento em que o Barão esteve representado, selecionamos para este texto 5 amostragens, das quais, não verificamos nenhuma crítica negativa sobre a escolha de Rui Barbosa por Rio Branco para representar o Brasil em Haia. Também, não foram encontradas nenhuma crítica negativa sobre a forma como o país se posicionou diante das grandes potências. A narrativa feita por Storni na caricatura, buscou mostrar a imagem do Brasil como um país pacífico e civilizado, contrastando com a imagem do estrangeiro carregado de elementos bélicos. Nota-se que, a posição de *O Malho* estava de acordo com a mentalidade da época, em que buscava-se fixar no imaginário coletivo a identidade nacional de um país que buscava entrar para a modernidade.

No ano seguinte, as tensões entre Brasil e Argentina, que já davam mostras nos eventos anteriores, alcançou seu ponto mais alto, colocando em risco as relações diplomáticas entre os dois países como veremos no capítulo a seguir.

3 RIO BRANCO: O DIPLOMATA DA PAZ

Elevar o Brasil a líder regional na América do Sul foi a grande meta de Rio Branco enquanto Ministro da Relações Exteriores. A delimitação das fronteiras nacionais, a aproximação do Brasil com os Estados Unidos e a busca por prestígio no cenário internacional fizeram parte de um plano maior que significava a conquista da hegemonia regional pelo Brasil nessa parte do continente. Todavia, esse posto era igualmente visado pela vizinha Argentina. Com a ascensão de Zeballos ao Ministério das Relações Exteriores da Argentina em fins de 1906, as tensões existentes entre os dois países foram aguçadas devido a rivalidade existente entre dois ministros, alcançando seu cume em 1908 e caracterizando um dos momentos mais sensíveis da política externa brasileira. Neste capítulo, veremos como *O Malho* representou Rio Branco no contexto desse delicado período que representou um risco para as relações diplomáticas entre os dois países.

3.1 A ordem e o caos na América do Sul (1908)

Embora as origens da rivalidade entre o Brasil e a Argentina remontem ao período colonial, os ânimos entre os dois países estavam relativamente calmos quando o Barão do Rio Branco assumiu a pasta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil em 1902. Encontrava-se na presidência da Argentina, em seu segundo mandato, o general Júlio Roca, que era favorável a uma política de aproximação entre a Argentina e o Brasil. O Brasil contava também com o apoio do ministro argentino no Rio de Janeiro, Manuel Gorostiaga, que juntamente com Rio Branco empenhou-se em colocar em prática essa aproximação durante a sua gestão na capital brasileira.

Era conhecido o interesse de Rio Branco em selar a aproximação entre a Argentina, o Brasil e Chile com um Tratado de Cordial Inteligência Política e Arbitramento, cujo objetivo maior era a manutenção da paz no cone sul. Para isso, era necessário um ambiente propício de cordialidade entre as três maiores repúblicas da América do Sul. O Chile mantinha uma sólida amizade com o Brasil e contava com sua reciprocidade. A Argentina, por sua vez, mantinha uma relação de instabilidade tanto com o Chile quanto com o Brasil e isso se tornou um grande

desafio para Rio Branco durante todo o período em que atuou como Ministro das Relações Exteriores.

Em 1906, com o falecimento de Manuel Quintana, sucessor do general Júlio Roca na presidência da Argentina, assumiu o cargo o vice-presidente, Figueroa Alcorta, designando Estanisláo Zeballos, rival de Rio Branco desde o litígio limdeiro de Palmas, para chefiar o Ministério das Relações Exteriores, iniciando assim, o período mais sensível das relações entre o Brasil e a Argentina.¹³⁹

Durante o tempo em que esteve à frente do Ministério das Relações Exteriores da Argentina no período de Rio Branco, Zeballos conduziu uma política declaradamente antibrasileira que, embora não tenha conquistado a adesão unânime da Argentina, contava com o apoio de grupos políticos que compartilhavam com o ministro a mesma antipatia pelo Brasil. Não obstante, “Zeballos não apresentou ao Brasil uma declaração sequer. As campanhas antibrasileiras do grupo zebalista desenvolviam-se na imprensa e nos comícios, sem a participação ostensiva dos órgãos governamentais”¹⁴⁰, dificultando assim, a ação de Rio Branco em desfazer mal-entendidos. No Brasil, a revista ilustrada *O Malho* empenhou-se na tarefa de denunciar a campanha antibrasileira do ministro argentino através da caricatura.

Embora o interesse de Rio Branco em manter uma boa relação entre o Brasil e a Argentina fosse verdadeiro, o sucesso do seu trabalho frente ao Ministério das Relações Exteriores acabou por aguçar ainda mais o espírito de rivalidade já existente entre os dois países. A discussão e aprovação do projeto brasileiro de rearmamento naval em 1904 e 1907, a elevação das legações dos Estados Unidos e do Brasil no Rio de Janeiro e Washington à categoria de embaixadas em 1905 (ano que coincide com a saída de Gorostiaga do Rio de Janeiro), a criação do cardinalato e a aproximação do Brasil com os demais países da América do Sul deixaram a Argentina em posição de alerta para um possível interesse do Brasil em lograr a posição de líder regional na América do Sul. Não obstante, Zeballos usou as conquistas de Rio Branco como forma de fazer ciúmes ao povo argentino, criando assim, um terreno fértil para suas provocações.¹⁴¹

O receio da Argentina em perder para o Brasil a liderança na América do Sul era compreensível. Entretanto, Zeballos não soube agir diplomaticamente, criando uma séria de

¹³⁹ BUENO, 2003, p. 171-172.

¹⁴⁰ LINS, 1996, p. 371.

¹⁴¹ Idem, p. 373.

situações constrangedoras para a Argentina e amplamente difundidas pela imprensa, como veremos em *O Malho*. De acordo do Lins, “Misturavam-se em Zeballos os sentimentos pessoais e os sentimentos políticos. O que havia nele de antipatia ao Brasil veio a complicar-se até o delírio e o devaneio com a presença de Rio Branco na pasta do Exterior”¹⁴². Essa imagem de Zeballos, descrita pelo biógrafo de Rio Branco, pode ser considerada uma síntese das representações do ministro argentino nas caricaturas de *O Malho*, que buscou fixar a loucura e o delírio como as principais características de Zeballos no contexto da rivalidade entre Brasil e Argentina.

A maior preocupação de Zeballos, todavia, estava no projeto de reconstrução naval do Brasil, amplamente defendido por Rio Branco na garantia da defesa nacional, uma vez que o Brasil contava com um vasto litoral. Para Clodoaldo Bueno, “A altivez e a preocupação em não permitir o mínimo arranhão no prestígio nacional foram constantes em Rio Branco, durante a administração da pasta. Não seria diferente no relativo aos armamentos”¹⁴³.

Segundo o ministro brasileiro, “a amizade que o Brasil deveria cultivar com todas as nações do continente, em especial com a Argentina e o Chile, não excluía a necessidade de o país ter um mínimo de respaldo militar para, numa eventualidade, sustentar posições adotadas no plano internacional”¹⁴⁴. Diante desse contexto,

Pela Lei de dezembro de 1904 estabelecia um programa naval: três encouraçados; seis caças-torpedeiros; três submarinos; um carvoeiro; um avião-escola. O programa Naval de 1907 veio modificar o de 1904, substituindo os três encouraçados de 13.000 toneladas por outros de 19.281, os famosos *dreadnoughts*¹⁴⁵.

De acordo com Clodoaldo Bueno, “As frequentes agressões, típicas da disputa imperialista, sofridas pelas nações asiáticas e africanas, provocavam temor entre os brasileiros que, por isso, sempre enfatizavam o caráter defensivo do rearmamento”¹⁴⁶. Em *O Malho*, pudemos perceber essa mesma preocupação, principalmente quando do incidente da *Panther*.

¹⁴² Idem, p. 369.

¹⁴³ BUENO, Clodoaldo. *O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul*. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002. p, 371.

¹⁴⁴ Idem, p. 370.

¹⁴⁵ LINS, 1996, p. 377.

¹⁴⁶ BUENO, 2003, p. 184.

Todavia, a modificação do plano naval brasileiro não deveria preocupar a Argentina, uma vez que “os *dreadnoughts*, pelas suas dimensões, estavam impossibilitados de entrar no Rio da Prata. Era como se o novo plano de construção naval levasse implícita a garantia de que os navios brasileiros não se destinavam jamais atacar Buenos Aires”.¹⁴⁷

As garantias brasileiras, todavia, não foram suficientes para convencer Zeballos a recuar com a sua campanha antibrasileira. O ministro argentino, em vão, passou a negociar a possibilidade de partilha ou de equivalência naval entre os dois países. Não obtendo sucesso, visto que as necessidades bélicas entre o Brasil e a Argentina eram diferentes, uma vez que eram diferentes também condições marítimas de cada país, e com uma partilha ou equivalência naval o Brasil sairia perdendo visto que contava com vastas costas e numerosos portos a defender, Zeballos concentrou-se em uma campanha armamentista em seu país.¹⁴⁸ Para convencer o Congresso argentino sobre aquisição de armamentos dos quais o país não necessitava, o ministro da Argentina passou a apontar o Brasil como um inimigo imperialista, plantando o medo entre parte da população e dos políticos, principalmente, por meio de boatos na imprensa. Essa, portanto, vai ser a base da campanha antibrasileira desencadeada em Buenos Aires em 1908 no contexto do que ficou conhecido como a “corrida armamentista” entre as duas maiores repúblicas da América do Sul no início do século XX.¹⁴⁹

O projeto naval brasileiro era um desafio para a Argentina, que se via como a primeira potência da região. Seu desejo de se rearmar atendia a razões defensivas em face dos armamentos brasileiros e obedecia a desígnios imperialistas de uma nação orgulhosa de si ao completar 100 anos de vida independente. Em 1908, decidiu-se pela compra de dois *dreadnoughts*, após intenso debate interno.¹⁵⁰

De acordo com Clodoaldo Bueno,

usava-se o projeto brasileiro como argumento para defender o projeto naval argentino. Para a imprensa alinhada a Zeballos, o governo brasileiro, ao pretender elevar a esquadra do seu país ao nível das maiores congêneres europeias, obedecia a critérios imperialistas e à aspiração de adquirir a preponderância naval no continente.¹⁵¹

¹⁴⁷ LINS, 1996, p. 378.

¹⁴⁸ VIANA, Filho Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. – 8.ed. – São Paulo: Editora UNESP; Salvador, BA: EDUFBA, 2008, p. 467.

¹⁴⁹ LINS, 1996, p. 378-379.

¹⁵⁰ BUENO, 2002. p. 369.

¹⁵¹ Ibid.

O Malho, por sua vez, acompanhando as discussões sobre o tema, representou esse período principalmente através do contraste entre Zeballos e Rio Branco em uma série de caricaturas que busca enfatizar o espírito patriótico da revista ao desqualificar as acusações do ministro argentino e destacar o espírito lúcido e sensato de Rio Branco.

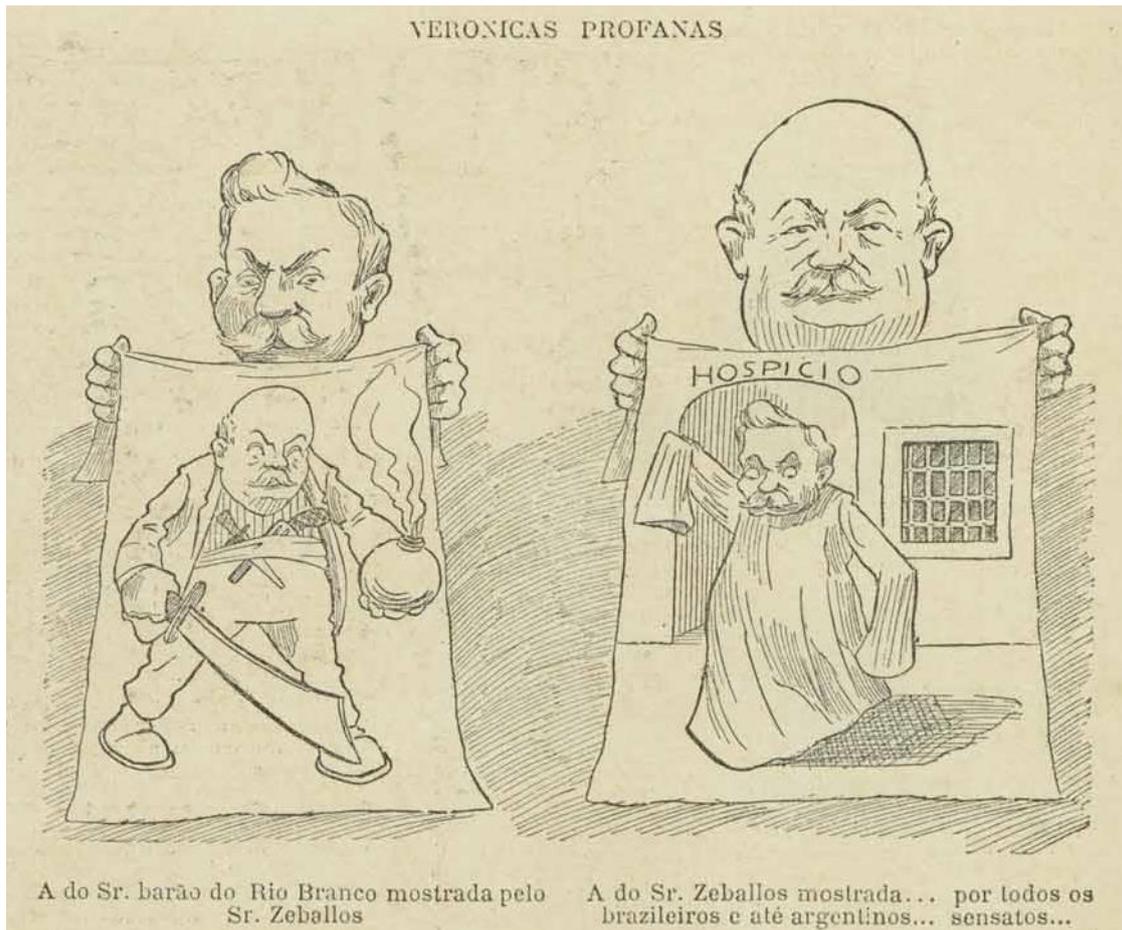


Figura 34 - Sem assinatura | “Veronicas profanas” | *O Malho*, 18/04/1908

“A do Sr. Barão do Rio Branco mostrada pelo Sr, Zeballos”. “A do Sr. Zeballos mostrada... por todos os brasileiros e até argentinos... sensatos...”

“*Veronica*” é como ficou conhecida a imagem do rosto de Jesus em um pano que, segundo a tradição cristã, uma mulher chamada Veronica enxugou o rosto do *Mestre*. Fazendo uma alusão a esse simbolismo cristão, temos as “*Veronicas profanas*” de *O Malho*. Nessa caricatura, o ministro da Argentina mostra a imagem de Rio Branco armado em posição de ataque, enquanto o ministro brasileiro mostra Zeballos como um sujeito louco no hospício. O posicionamento da revista é reforçado na legenda da caricatura, onde afirma que a imagem de Rio Branco belicoso é vista apenas por Zeballos, enquanto a imagem insana do ministro

argentino é vista por todos os brasileiros e argentinos sensatos, desqualificando as acusações de Zeballos. Em síntese, *O Malho* representou nessa caricatura a tensão e, principalmente, o desentendimento entre os dois países representados por seus ministros.

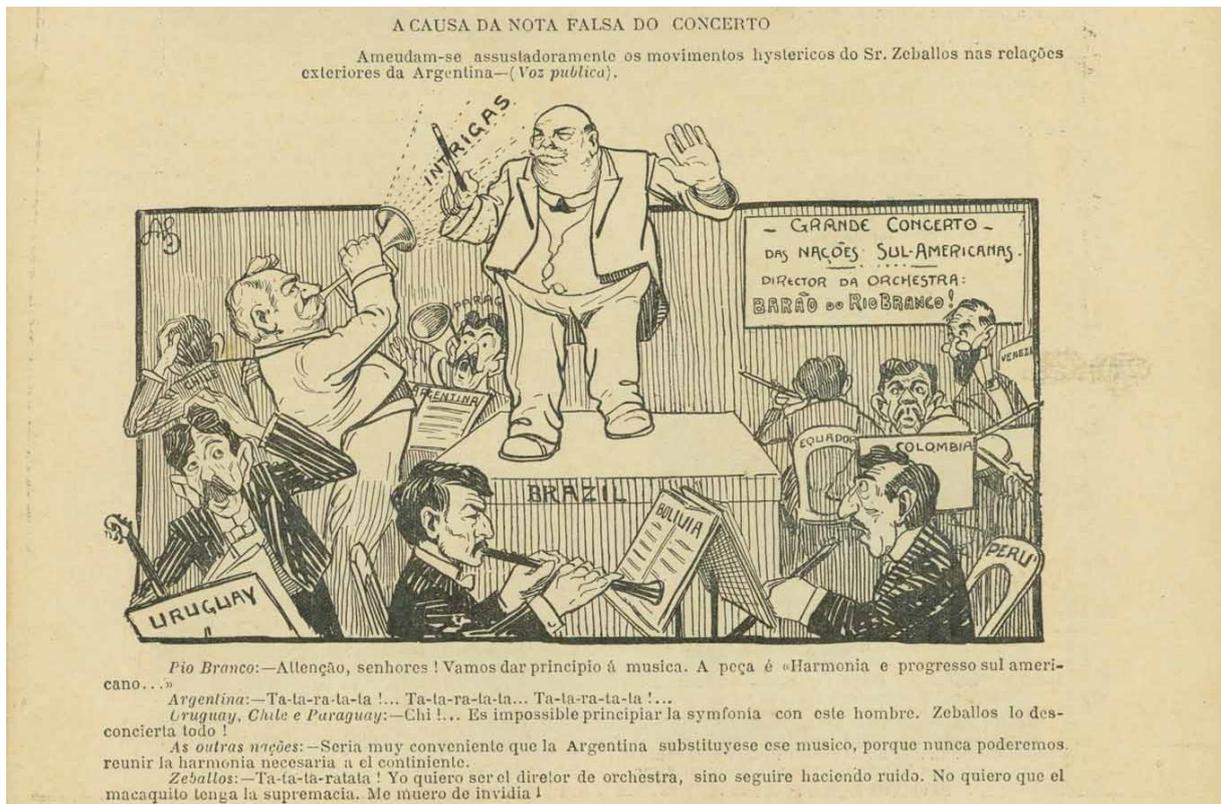


Figura 35 - Augusto Rocha (?) | “A causa da nota falsa do concerto” | *O Malho*, 25/04/1908

“Ameudam-se [aumentam-se?] assustadoramente os movimentos histéricos do Sr. Zeballos nas Relações Exteriores da Argentina – (Voz pública).

Rio Branco: - Atenção, senhores! Vamos dar princípio a música. A peça é “Harmonia e progresso sul-americano...”

Argentina: - Ta-ta-ra-ta-ta!... Ta-ta-ra-ta-ta... Ta-ta-ra-ta-ta! ...

Uruguai, Chile e Paraguai: - Chi!... Es imposible principiar la symfonia com este hombre. Zeballos lo desconcieta todo!

As outras nações: - Seria mui conveniente que la Argentina substituyese ese musico, porque nunca poderemos reunir la harmonia necessária a el continente.

Zeballos: - Ta-ta-ta-ratata! Yo quiero ser el diretor de orchestra, sino seguire haciendo ruido. No quiero que el macaquito tenga la supremacia. Me muero de invidia! ”

Nessa segunda caricatura, o artista buscou mostrar que a presença de Zeballos no Ministério das Relações Exteriores da Argentina era destoante no concerto das nações sul-americanas, comprometendo a ordem estabelecida. Observamos também, a referência sobre a disputa pela liderança entre Brasil e Argentina na América do Sul, onde ambos os ministros

rivalizam abertamente pela direção da *orquestra* no texto do diálogo. Os outros países, assumindo um papel secundário no concerto, estão do lado da *harmonia* e do *progresso*, ou seja, do lado do Barão do Rio Branco. Essa relação entre ordem e caos foi amplamente explorada pela revista, mesmo que não a tenha colocado em nenhum momento nesses termos, sendo essa uma interpretação nossa.

Outro indicativo importante sobre a posição de *O Malho* nessa caricatura, é o fato de Rio Branco estar ocupando o lugar de diretor da orquestra. Ele está no comando, no centro da caricatura, enquanto os demais países ocupam um lugar secundário. O único que está incomodado com a ordem estabelecida é Zeballos, cujo instrumento de sopro sai *intrigas* em direção ao Rio Branco. A reação dos representantes dos demais países que compõem a orquestra é de desconforto com a *nota falsa* de Zeballos no concerto das nações sul-americanas (entende-se por *nota falsa* as *intrigas* de Zeballos que, de acordo com *O Malho*, não passavam de declarações infundadas). O texto com as falas dos personagens reforça a representação caricata. Uruguai, Chile e Paraguai acusam Zeballos de estar desconcertando a harmonia, enquanto as demais nações afirmam que apenas com a substituição de Zeballos a harmonia poderia ser alcançada no continente. O elemento novo apresentado no diálogo, é a expressão de cunho racista, *macaquito*, usada por Zeballos para se referir ao Rio Branco. Nota-se também, que a disputa pela liderança entre Brasil e Argentina confunde-se na caricatura com a busca pelo prestígio pessoal que a conquista traria ao ministro que saísse vitorioso: Zeballos queria o lugar de destaque ocupado por Rio Branco na direção da *orquestra*.



Figura 36 – Autor não identificado | “O anjo e o diabo” | *O Malho*, 02/05/1908

“*Rio Branco*: - Esperneia à vontade, colega! A minha bandeira foi, é e será sempre esta!

Zeballos: - Y la nuestra és esta, caramba!

Povo Argentino: - Nuestra, non señor! De usted, solamente de usted! ...”

Em *O Anjo e o Diabo*, o contraste é mais uma vez usado na caricatura como estratégia para destacar as diferenças entre os dois ministros: Rio Branco é o anjo, representante da paz e da ordem, Zeballos é o diabo, representante da guerra e do caos.

Dos elementos que se repetem nas representações cômicas entre Brasil e Argentina, destacamos dois nessa caricatura: primeiro, Rio Branco está na posição defensiva, enquanto Zeballos está na ofensiva. É Zeballos quem ataca, Rio Branco apenas defende-se; segundo, embora o ministro argentino esteja representando o seu *governo*, como nota-se na inscrição no seu personagem, o *Povo Argentino* não compactua com o ataque de Zeballos ao Brasil. Essa posição do *povo argentino* está representada na resistência feita pelo personagem *Povo* ao ser puxado pelo ministro argentino, posição também reforçada pela legenda da representação. Por outro lado, embora encontre-se desarmado e com a bandeira da paz em punho, Rio Branco conta com o apoio do exército brasileiro que está ao seu lado. Essa representação se caracteriza como a primeira referência ao princípio da paz armada na caricatura de *O Malho* nesse contexto.

Sobre os argumentos de Rio Branco para justificar a aquisição de novos armamentos para o país, Clodoaldo Bueno diz que,

O que o Chanceler desejava, de qualquer forma, era o aumento rápido da Armada brasileira até atingir nível superior ao da Argentina para resguardar seu país de eventual e premeditado insulto. Rio Branco foi reiterativo na afirmação de que o anseio pela paz não implicava deixar o país desarmado, uma vez que os meios de defesa eram anteparo a afrontas e humilhações. Mesmo estados neutralizados, como a Suíça e a Bélgica, dizia, não descuidavam da defesa para fazer face a eventuais complicações internacionais. O Brasil, com seu extenso litoral, requeria uma esquadra reorganizada para cuidar da segurança e da dignidade nacionais.¹⁵²

Alvaro Lins, autor de uma das biografias mais reconhecidas de Rio Branco, pode não ter visto essa caricatura, mas a traduziu em palavras 37 anos depois ao explicar os motivos pelos quais seria impossível de se instalar uma guerra entre Brasil e Argentina naquele momento, justificando sua tese através do abismo de diferenças entre um ministro e outro:

um deles representava realmente o seu país; o outro representava apenas uma facção. Rio Branco, que exprimia, na sua política diplomática, o pensamento brasileiro, que dispunha do apoio unânime da opinião pública, mantinha uma atitude moderada e conciliadora, invariável nos propósitos de conciliação, entendimento e relações pacíficas; Zeballos, que era dos dois o polemista, o provocador, o belicoso, não contava com o apoio da nação argentina, não tinha atrás de si mais do que um grupo.¹⁵³

Essas características, segundo Lins, era o que impedia que se colocasse em prática qualquer que fosse o conflito desejado por Zeballos entre a Argentina e o Brasil. Todavia, nem Zeballos nem Rio Branco poderiam se dar conta disso no calor dos acontecimentos ou, pelo menos, não de forma segura, embora, o autor da caricatura que acabamos de analisar tenha chegado à mesma conclusão de Lins em meio aos acontecimentos.

Os boatos de que o Brasil representava um perigo para a paz sul-americana com seu projeto de rearmamento naval se espalhavam rapidamente pela Argentina através de Zeballos que contava, principalmente, com *La Prensa* e *El Sarmiento*, importantes jornais argentinos, para divulgar as suas suspeitas sobre a conduta de Rio Branco na América do Sul. Dessa forma,

¹⁵² BUENO, 2002, p. 371.

¹⁵³ LINS, 1996, p. 367.

Zeballos no Ministério das Relações Exteriores da Argentina passou a representar para o Brasil um risco iminente de rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

O *La Prensa* era reiterativo na afirmação de que Rio Branco era imperialista, continuador da política exterior do Império, e que teria imposto soluções favoráveis nas questões de limites com a Bolívia e o Peru. A elevação da Legação brasileira em Washington à categoria de Embaixada juntamente com o plano de aquisição de navios faria parte de um projeto diplomático, cujo objetivo seria transformar o Brasil na primeira potência da América meridional.¹⁵⁴

Diante das acusações, Rio Branco buscou novamente tranquilizar o governo argentino sobre as intenções do Brasil através de seu discurso de abertura da sessão do Instituto Histórico no dia 11 de junho de 1908, onde Visconde de Ouro Preto ia pronunciar uma conferência sobre a batalha do Riachuelo. De acordo com Lins, “Rio Branco lançou uma espécie de apelo indireto à opinião pública argentina. Explicou a significação do nosso poder naval no passado e no presente, reafirmando solenemente a ausência de ‘planos de agressões ou de ambiciosa e indébita influência sobre o destino de outros povos’”. Ainda de acordo com Lins, o discurso de Rio Branco teve tal impacto, até mesmo entre seus adversários, que a permanência de Zeballos no Ministério das Relações Exteriores da Argentina se tornou insustentável e, em 21 de junho de 1908, Estalislao Zeballos abandonava seu cargo de ministro.¹⁵⁵

¹⁵⁴ BUENO, 2002, p. 370.

¹⁵⁵ LINS, 1996, p. 380-381.

Assim como Lins, *O Malho* atribuiu a renúncia de Zeballos ao discurso de 11 de junho de Rio Branco. Declaradamente patriota, aliás, uma característica comum entre *O Malho* e Rio Branco, em nenhum conflito envolvendo agressões externas essa revista deixou de ficar ao lado do Brasil, embora tenha feito severas críticas aos caminhos trilhados pelo ministro brasileiro em determinados momentos de sua política externa, como pudemos acompanhar neste trabalho.



Figura 37 - Storni | “A renúncia do sr. Zeballos” | *O Malho*, 20/06/1908

“*Penna*: - Sim, senhor, seu barão! Belo tiro internacional, o seu discurso de 11 de junho, no Instituto Histórico!

Hermes e Alexandrino: - Tiro de pólvora seca, mas bom para espantar fantasmas...

Zé Povo: - Foi um tiro de honra nas intrigas guerreiras de Zeballos... É bom, porém, não nos descuidarmos de guardar as costas, para maior de espadas... Confiar desconfiando sempre, como dizia o *Marechal de Ferro*... — E dinheiro haja! — como diz o bom atirador! ...”

Nessa caricatura de Storni, a arma de Rio Branco é o seu discurso, e seus princípios políticos estão ancorados no Direito Internacional, que sempre é representado junto ao ministro brasileiro em ocasiões como essa, em que buscava-se reforçar o caráter pacífico de Rio Branco. Em contraposição, nas palavras de *Zé Povo*, Zeballos é acusado novamente de fomentar a guerra através da *intriga*. Observamos que, o contraste foi uma estratégia amplamente utilizada na caricatura quando buscava-se ampliar diferenças.

Na caricatura *A Renúncia do sr. Zeballos*, Afonso Pena, então presidente do Brasil, elogia o discurso de Rio Branco. Hermes da Fonseca, Ministro da Guerra, e Alexandrino Faria de Alencar, Ministro da Marinha, comentam a eficiência do discurso que, embora não tenha sido “fatal”, serviu para espantar o *fantasma* de Zeballos que pairava sob a política externa de Rio Branco. *Zé Povo*, como de costume nas caricaturas de *O Malho*, sempre traz um “mas” após sua posição inicial, ou seja, mesmo saindo o Barão do Rio Branco vencedor, seria prudente não se descuidar, fazendo referência ao precavido Floriano Peixoto, que conquistou a alcunha de *Marechal de Ferro* devido a sua atuação enérgica na política brasileira. Como representante do *povo*, *Zé* também não poderia deixar de lembrar que a reaparelhamento da Marinha custava dinheiro ao Brasil, usando a máxima: *dinheiro haja, seu barão!*

No contexto da demissão do ministro argentino, Storni volta a representar o espírito belicoso de Zeballos, buscando desqualificar seus ataques ao Brasil:



Figura 38 - Storni | “Fantasma Ridículo” | *O Malho*, 20/06/1908

“Montevideo 15 – É por assim dizer geral a satisfação causada pela notícia da demissão do ministro argentino das relações exteriores, Dr. Zeballos. *La Razon* diz que assim terão termo todos os receios e prevenções e tudo concorrerá para estabelecer o fraternal acordo sul-americano. *El telegrafo* cita, a propósito, o ditado: “não há mal que dure cem anos” – *Jornal do Comércio*.

Rio Branco: - Foi bom que o fizeram recuar: o louco estava ficando furioso e nos obrigaria a aplicar-lhe a camisola de força! ...”

Em *Fantasma Ridículo*, mais uma vez é reforçada a ideia de que Zeballos era um representante do caos na América do Sul, enquanto Rio Branco, inerte, representava a ordem. O contraste entre os dois ministros fica ainda mais evidente: Rio Branco encontra-se de braços cruzados, não esboça nenhuma reação além de observar enquanto Zeballos se aproxima belicamente em direção ao Brasil. A aparente tranquilidade de Rio Branco, diante da aproximação violenta do ministro argentino, pode estar ancorada na posição defendida pelo *O Malho* e, posteriormente, pela historiografia, de que Zeballos não contava com apoio suficiente dentro de seu país para concretizar um ataque ao Brasil, dessa forma, não havia motivos para representar Rio Branco preocupado com a ação agressiva do ministro argentino.

Outra observação importante nessa caricatura de Storni é a presença dos dois jornais argentinos já citados anteriormente, que “atacam” como cães ferozes ao lado de Zeballos: *La Prensa* e *El Sarmiento*. Esses jornais foram canais importantes pelos quais Zeballos difundiu suas ideias antibrasileiras na Argentina. Todavia, nessa mesma caricatura, o Jornal do Comércio cita *La Razón* na introdução à fala do personagem Rio Branco, que assumindo uma posição pró-brasileira, descreve sua satisfação com a renúncia do ministro argentino e oferece seu apoio ao acordo de paz entre os dois países. Isso mostra, como já havia apontado a caricatura anteriormente, a divergência de opiniões dentro da Argentina sobre a conduta de seu ministro. Outro elemento que reforça essa ideia de divisão de opiniões nessa caricatura é o cavalo em que Zeballos está montando. Denominado *brasilophobia* (fobia ao Brasil), o animal carrega preso na extremidade do corpo a *impopularidade* em forma de um bloco de pedra que, naturalmente, freia o animal em movimento ou, pelo menos, tenta desacelerá-lo. Na caricatura, a *brasilophobia* é a representação do sentimento antibrasileiro que guiava Zeballos na sua ira contra o Barão do Rio Branco, mas que era impedido de avançar devido à falta de propulsão do *povo argentino*, como havia observado Lins. Observamos também, que Storni busca novamente sustentar a ideia de que as acusações de Zeballos não passavam de devaneios ou formas de desviar a atenção de seus próprios propósitos imperialistas, merecendo, por isso, estar em uma camisa de força.

As caricaturas buscando ridicularizar o ministro argentino e glorificar as posições de Rio Branco, no contexto da rivalidade entre Brasil e Argentina, seguiram após a renúncia de Zeballos. Percebe-se uma clara tentativa de fixar estereótipos na mentalidade do leitor através da repetição de discursos, como podemos acompanhar a seguir:

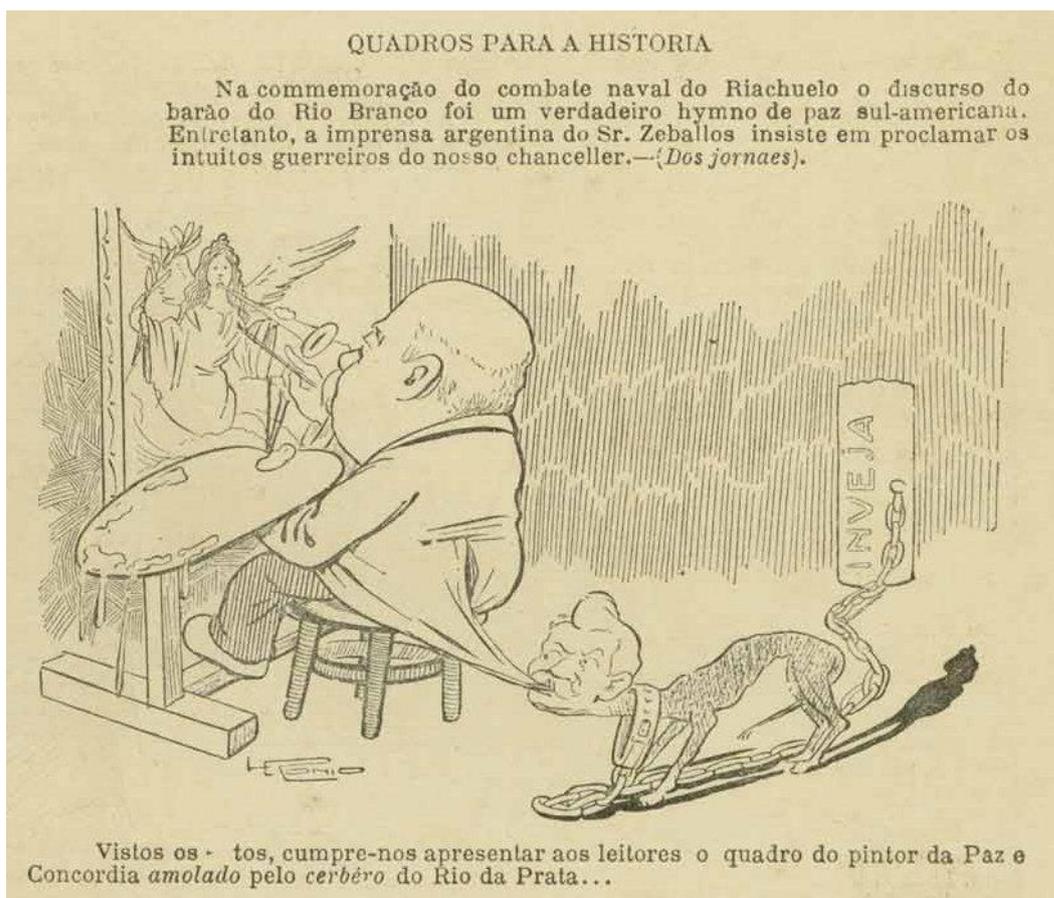


Figura 39 - Herônio | “Quadros para a história” | *O Malho*, 20/06/1908.

“Na comemoração do combate naval do Riachuelo o discurso do barão do Rio Branco foi um verdadeiro hymno de paz sul-americana. Entretanto, a imprensa argentina do sr. Zeballos insiste em proclamar os intuitos guerreiros do nosso chancellor. – (Dos Jornais).

Vistos os (?), cumpre-nos apresentar aos leitores o quadro do pintor da Paz e Concórdia *amolado* pelo *cerbêro* do Rio da Prata...”

Nessa caricatura, o artista buscou representar o espírito provocar do ministro argentino. Nela, Zeballos é representando como um cão que perturba Rio Branco enquanto ele pinta, provavelmente, a república brasileira como um anjo da paz com um ramo de louro e uma flauta, elementos que representam a vitória e a harmonia. Zeballos, por sua vez, está preso à inveja e é descrito como o *cerbêro* do Rio da Prata. A distorção na grafia tem, provavelmente, a intenção de ridicularizar a inteligência do ex-ministro argentino. No texto que introduz a caricatura, encontramos referências ao discurso feito por Rio Branco e que resultou na renúncia de Zeballos do Ministério das Relações Exteriores da Argentina. Faz referência também, à imprensa que representava Zeballos e agia como fomentadora dos discursos que acusavam Rio Branco de possuir intuitos bélicos.

Nessa outra caricatura, Storni representa a decadência de Zeballos nos degraus da política internacional após sua renúncia:

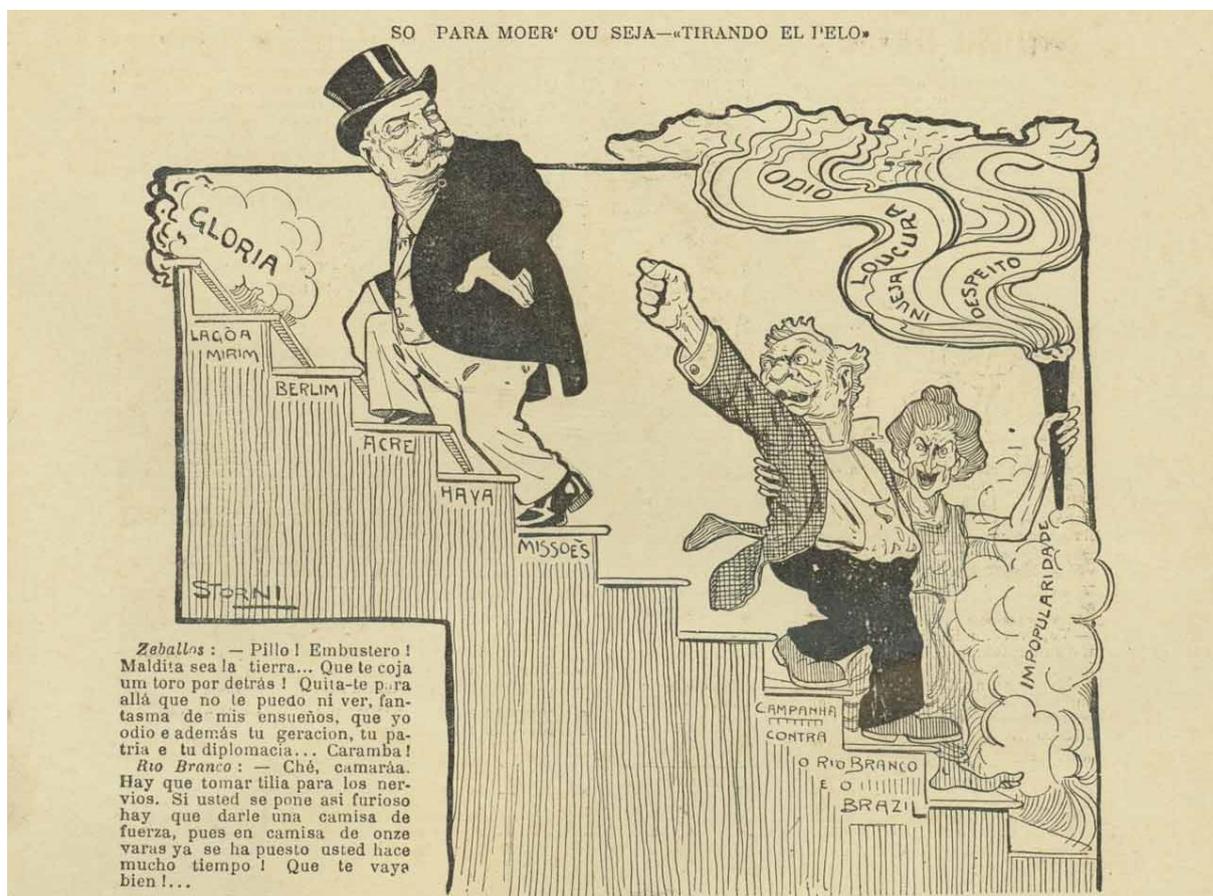


Figura 40 - Storni | “So para moer’ ou seja – “Tirando el pelo”” | *O Malho*, 26/09/1908

“Zeballos: - Pillo! Embustero! Maldita se ala tierra... Que te coja um toro por detrás! Quitate para allá que no te puedo ni ver, fantasma de mis ensueños, que yo ódio e además tu geracion, tu pátria e tu diplomacia... Caramba!

Rio Branco: - Ché, camaráa. Hay que tomar tília para los nervios. Si usted se pone asi furioso hay que darle una camisa de fuerza, pues em camisa de onze varas ya se há puesto usted hace mucho tempo! Que te vaya bien! ...”

Aqui, a ascensão de Rio Branco à *glória* é justificada por seu profundo conhecimento sobre o direito internacional, como podemos observar pelo livro que carrega junto a si, enquanto Zeballos declina para a impopularidade abraçado na sua diplomacia, representada por uma mulher louca carregando uma tocha cuja fumaça exala ódio, loucura, inveja e desrespeito (o fogo é um elemento importante nas representações do caos).

Uma curiosidade interessante nessa caricatura é o caso da Lagoa Mirim com o Uruguai, apontado por Storni como a última conquista de Rio Branco antes de alcançar a *glória*, o que

viria de fato a ser uns dos últimos trabalhos do ministro na política externa brasileira, que faleceu em princípios de 1912 no ápice da sua carreira política.

A saída de Zeballos do Ministério das Relações Exteriores da Argentina, seu descrédito e declínio político não foram, contudo, motivos suficientes para que o ex-ministro interrompesse a sua campanha antibrasileira. Ao deixar o cargo, Zeballos escreve uma carta ao Presidente Figueroa Alcorta, onde faz referência a um documento que seria a “prova instrumental” dos interesses hostis do Barão do Rio Branco na América do Sul:

Fiquei obrigado a redigir este documento pelas energias mais puras de minha vida. Vozes vulgares me acusam de prejudicar os interesses da paz quando eu a assegurei, pondo a República Argentina a coberto de perigos, cuja prova instrumental V. Excia. conhece e deixo, mediante recibo, no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores.¹⁵⁶

O documento a que Zeballos se referia, teria servido de álibi para que o ex-ministro conseguisse a aprovação para a compra de armamentos pelo Congresso Argentino como prova do perigo imperialista brasileiro movido por Rio Branco. A carta de Zeballos causou, no entanto, alvoroço na imprensa argentina que, ao ter conhecimento da correspondência, passou a cobrar a publicação do suposto documento que provava as verdadeiras intenções de Rio Branco.

Cedendo à pressão, mas sem acabar com o suspense, o ex-ministro publicou um artigo na *Revista de Derecho* onde desvendava uma parte do documento. Eram trechos de um telegrama de Rio Branco a um de seus agentes diplomáticos, interceptado e decifrado por (ou a mando de) Zeballos. O fato do ex-ministro ter publicado apenas trechos da “prova instrumental” contra o Barão do Rio Branco, mostra o suspense que queria causar junto a um misto de vitimismo e injustiça.

Tal documento, em síntese, “afirmava que as legações do Brasil em Buenos Aires, Montevideu, Assunção, La Paz, Santiago do Chile, Lima e Washington, estavam divulgando a versão de que a política argentina visava à conquista dos países mais fracos, cuja dependência era defendida pelo Brasil”¹⁵⁷. Em resumo, o Brasil estava criando uma falsa ameaça argentina para se aproximar dos demais países da América do Sul, onde o seu verdadeiro objetivo era a conquista da hegemonia regional e o isolamento da Argentina, sua principal rival.

¹⁵⁶ LINS, 200, p. 383.

¹⁵⁷ Idem, p. 384.

Diante dessa situação, Rio Branco publica um desmentido no *Diário Oficial* de 19 de setembro, onde afirma ser o documento falso, produzido por “algum homem da mais requintada má fé”¹⁵⁸, pois, por nenhum meio tais orientações foram feitas pelo Brasil a qualquer agente diplomático. Em 20 de outubro, por meio da *La Prensa*, Zeballos replicou a defesa de Rio Branco, revelando todos os dados do suposto telegrama, com dia, hora, minutos e número. Tais dados, por sua vez, foram suficientes para que Rio Branco provasse sua inocência diante das nações sul-americanas.

O telegrama de fato existia, e havia sido dirigido à Legação Brasileira em Santiago quando fora interceptado na Argentina por Zeballos, todavia, seu conteúdo era justamente o oposto do que o ex-ministro argentino havia publicado. Como o telegrama era de caráter “Reservado”, fora escrito em códigos que precisaram ser decifrados para que seu conteúdo fosse revelado. Aproveitando-se disso, ao divulgar os dados do telegrama, Zeballos não contava com a possibilidade de Rio Branco revelar o código secreto das correspondências do Itamarati, o que acabou acontecendo e provando que, além de ter interceptado, o ministro argentino havia falsificado a correspondência brasileira.¹⁵⁹

Mesmo sem estar o Brasil obrigado a revelar sua correspondência, Rio Branco publicou no *Diário Oficial* do dia 15 de novembro de 1908 a chave com que se decifravam os telegramas reservados do Itamarati juntamente com o documento falso, que circulou misteriosamente em Buenos Aires, e o verdadeiro, escrito e enviado à Santiago por ele. O documento verdadeiro, por sua vez, sintetizava o desejo de Rio Branco em firmar uma aliança de diplomática com a Argentina e com Chile do qual tanto se empenhara durante a sua gestão. Com isso, Zeballos não apenas havia violado e falsificado a correspondência de um país amigo, mas enganado o seu país em relação às intenções do Brasil. A credibilidade do ex-ministro argentino, se havia alguma àquela altura, caíra por terra com a publicação de Rio Branco.

O episódio do Telegrama nº 9 foi caricaturado por Storni, um dos desenhistas de *O Malho* que mais se dedicou ao tema:

¹⁵⁸ D’AMARAL, Márcio Tavares. *Barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora Três, 1974, p. 173.

¹⁵⁹ Idem, p. 173.



Figura 41 - Storni | “Depois da prova da falsificação” | *O Malho*, 21/11/1908

“*Rio Branco*: - Aqui está a prova da falsificação do telegrama n.9. Tomo por testemunhas as nações que nos olham. O Brasil não alimenta, nem nunca alimentou prevenções contra a vizinha e amiga, e este tratado traduz com eloquência inexcelável as intenções de paz e cordialidade do meu país. E agora, peço justiça!

República Argentina: - Ell-a! (dirigindo-se a Zeballos): - Miserável, pantomineiro, intrigante e falsário! Some-te do cenário político! Arlequim diplomático! Só mereces desprezo! ...”

Nessa caricatura intitulada “*Depois da prova da falsificação*”, Zeballos é representado sendo expulso pela República Argentina, que aponta sua falta de caráter e talento para a política ao tempo que segura o Tratado de Arbitramento que lhe é entregue pelo representante da *Diplomacia da Franqueza*, o Barão do Rio Branco.

A ordem estava voltando a se restabelecer entre o Brasil e a Argentina e, somente através de Zeballos, Rio Branco pode provar para a nação vizinha seus propósitos pacíficos. Todavia, o pedido de justiça feito pelo ministro brasileiro só fora atendido na caricatura. Mesmo após a prova da falsificação, oficialmente, a Argentina não se manifestou e, embora as dúvidas sobre as intenções do Brasil haviam sido dissipadas no campo político, no espírito dos dois países o sentimento de rivalidade levado ao cume por Zeballos não seria desfeito tão rapidamente.

O fato das tensões entre Brasil e Argentina não terem se dissipado imediatamente após a prova de falsificação do telegrama, contrapõe o posicionamento de Lins e as representações

de *O Malho* de que Zeballos não contava com o apoio de seu governo e do *povo argentino*. Ora, se o ministro argentino contava apenas com alguns grupos de apoio, principalmente na imprensa, as desconfianças deveriam ter sido dissipadas rapidamente com os esclarecimentos de Rio Branco, o que não aconteceu. Nesse ponto, discordamos da posição de Lins e de *O Malho*. Zeballos contou com amplo apoio de seu governo e, se não por unanimidade, de parte do povo argentino, visto que, os jornais que faziam declarações antibrasileira na Argentina contavam, ao menos, com a opinião favorável de seus leitores.

Em uma das últimas caricaturas que encerram esse período marcado por profundas tensões e desentendimentos, Zeballos é representado como uma *vaca brava* que, guiado pela intriga, move a lama de *La Prensa*. Nessa representação, o ministro argentino encontra-se com o rabo preso ao telegrama nº 9, enquanto Rio Branco aponta para a chave que foi responsável por decifrar o telegrama e que acabou abrindo as portas do *inferno* para Zeballos, como indica a representação:

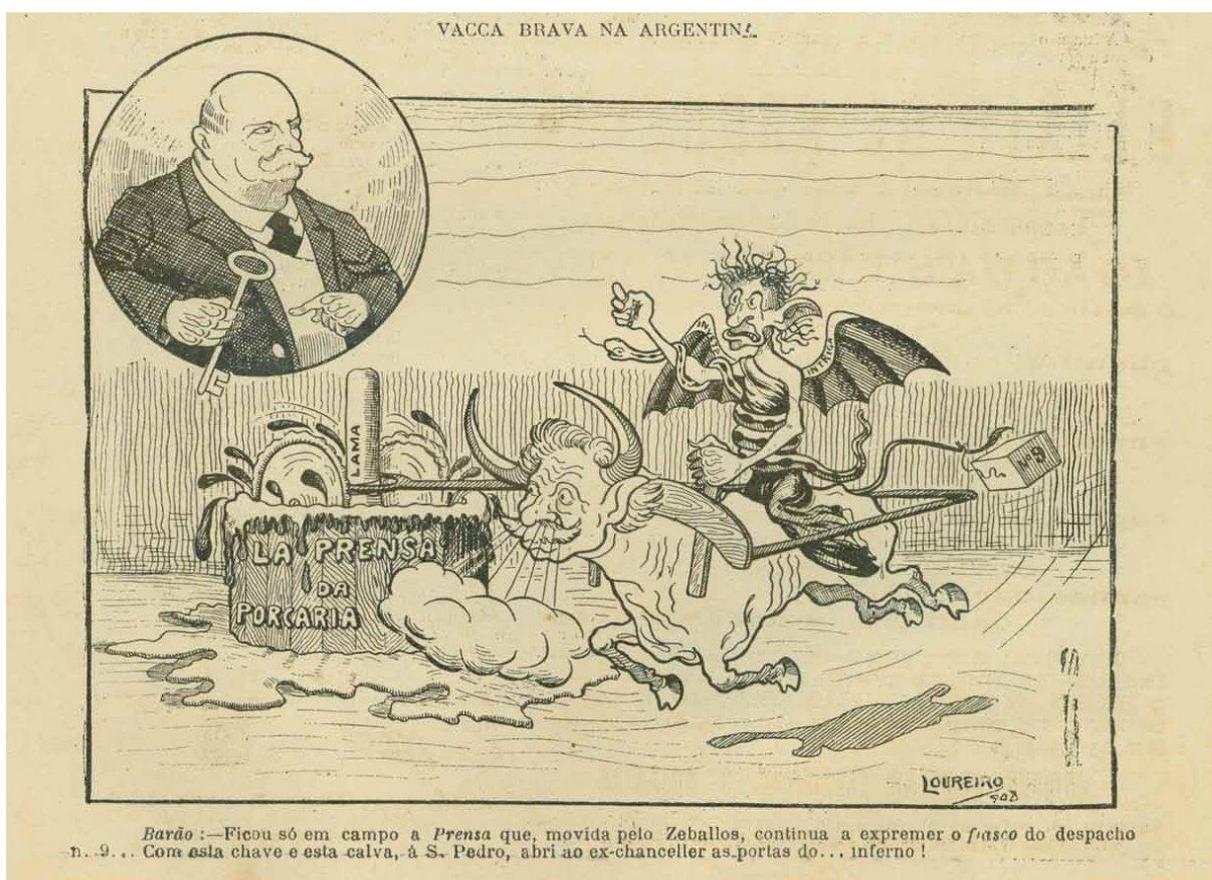


Figura 42 - Loureiro | “Vacca brava na Argentina” | *O Malho*, 05/12/1908

“Barão: - Ficou só em campo a *Prensa* que, movida pelo Zeballos, continua a exprimer o fiasco do despacho n.º... Com esta chave e esta calva, á S. Pedro, abri ao ex-chancellor as portas do... inferno!”

Somente com o término da gestão de Figueroa Alcorta e a entrada de Sáenz Peña em 12 de outubro de 1910 na presidência da Argentina, que o campo de tensão entre os dois países foi equilibrado. A corrida armamentista, no entanto, só findou em 1914, quando,

em 1º de julho, o chanceler argentino Marature comunicou em sessão secreta da Câmara dos Deputados de seu país, a desistência brasileira de construir a terceira unidade naval encouraçada. No ano seguinte, a Argentina incorporou à sua frota dois encouraçados de 27 mil toneladas cada um, restabelecendo-se, assim, o equilíbrio naval no Atlântico Sul¹⁶⁰.

Durante o ano de 1908, que correspondeu ao momento mais crítico das relações diplomáticas entre Brasil e Argentina no período de Rio Branco, *O Malho* produziu cerca de 36 caricaturas com representações de Rio Branco sobre o tema, entre as quais, selecionamos uma amostragem de 9 exemplares para este texto.

Das questões que tratamos neste trabalho, assim como ocorreu no caso da *Panther* e no contexto da Conferência de Haia, as críticas positivas ao chanceler no contexto da rivalidade entre Brasil e Argentina foram unanimidade na revista. Podemos dizer que, *O Malho* encontrou nesses eventos ambiente propício para transmitir as mensagens de civilidade e modernidade através do patriotismo ao qual se dedicara. Identificamos também, um esforço da revista em reforçar estereótipos no imaginário do leitor através da repetição. Na intenção de desqualificar as acusações de Zeballos, *O Malho* utilizou expressões como “ódio pessoal”, “impopularidade”, “inveja”, “calúnia” e “louco/loucura”. Sendo essa última, a expressão mais usada ao se referir ao ministro argentino. Rio Branco, por sua vez, foi representado como um político lúcido e sensato, cujas ações estavam ancoradas no direito internacional: o ministro do Brasil era o personagem da paz, da fraternidade, o da Argentina era o personagem da discórdia e da guerra; um representava a ordem e o outro o caos.

Concluimos este capítulo afirmando que as políticas de Rio Branco nas representações de *O Malho* estavam inseridas em um contexto em que a civilidade do Brasil precisava ser reforçada. A ideia de ordem, de civilidade, de modernidade fazia parte da mentalidade de um país que buscava construir uma identidade nacional. Ademais, *O Malho* compartilhava com Rio Branco as mesmas preocupações quanto à defesa do território nacional, como pudemos acompanhar durante este trabalho. Dessa forma, a caricatura atuou como um suporte para a construção e o uso do personagem Rio Branco na defesa das ideias de *O Malho* durante o período em que permaneceu no Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

¹⁶⁰ BUENO, 2003, p. 287.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou verificar de que forma o Barão do Rio Branco foi representado na caricatura enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil no período de 1902-1912 pela revista ilustrada *O Malho*.

O fato de *O Malho*, entre jornais e revistas de sua época, ter sido quem mais produziu caricaturas de Rio Branco enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil¹⁶¹, nos leva a apontar algumas hipóteses acerca das representações de Rio Branco nessa revista. Sendo o patriotismo a característica marcante de *O Malho*, esse, por sua vez, era resultado da ideologia nacionalista iniciada com a independência e afluída na virada do século. Uma vez que as ideias nacionalistas estavam ancoradas principalmente no território, visto que faltava ao Brasil uma característica étnica e cultural comum a todas as regiões, Rio Branco, ao consolidar as fronteiras nacionais e conduzir um projeto geopolítico que visava fixar o Brasil como líder regional na América do Sul tendo como base o território, se caracterizava, assim, como um dos “pais fundadores” do nacionalismo brasileiro.

De acordo com Villafañe,

em meio a todas as crises e incertezas desse período de transição, as vitórias do Barão nas negociações de limites uniam todos os brasileiros, os quais poderiam contrastar-se favoravelmente com os estrangeiros a quem Paranhos seguidamente “derrotava” nas negociações diplomáticas. [...] Em termos simbólicos, as fronteiras demarcam também a alteridade, o “outro” em relação ao qual se constrói a identidade nacional. A questão da unidade e grandeza do território era um tema que vinha sendo explorado desde a independência como base do discurso sobre a identidade brasileira.¹⁶²

O protagonismo de Rio Branco em *O Malho*, todavia, não foi acrítico. O ministro logrou de amplas críticas, principalmente no contexto dos gastos públicos, como pudemos acompanhar nas negociações que Rio Branco conduziu e que resultaram na compra do Acre pelo Brasil, bem como, na organização da Conferência Pan-Americana no Rio de Janeiro em 1906. Nesses dois casos, Rio Branco foi acusado de estar buscando prestígio pessoal em vez de estar defendendo os interesses do Brasil.

Na questão com o Peru, Rio Branco também foi alvo de críticas negativas. Primeiro

¹⁶¹ Vide: PORTO, 2012. P. 171.

¹⁶² SANTOS, 2012, p. 134-143.

temia-se que ele fosse propor novamente a compra de território. Depois, a demora no caso deixava aquela região com identidade indefinida, o que não condizia com as aspirações nacionalistas daquele momento. Nesse caso, a violência sofrida pelos brasileiros no território conflagrado serviu de argumento contra as práticas de Rio Branco em adiar a resolução do conflito.

Outro indicativo que aponta a importância do território na construção da identidade nacional está ancorado nas representações de Rio Branco no contexto da concessão de livre navegação do Uruguai na Lagoa Mirim e rio Jaguarão que, embora *O Malho* tenha reconhecido ser uma estratégia de Rio Branco para isolar a Argentina na corrida pela liderança regional na América do Sul, não deixou de expressar o seu descontentamento em dividir esse território com o país vizinho.

Apesar das críticas negativas envolvendo gastos públicos e acusações de busca por prestígio pessoal, não foram essas as que prevaleceram nas representações de Rio Branco. O protagonismo do ministro brasileiro deveu-se ao fato de que sua política externa condizia com o imaginário que o país buscava passar naquele momento, o que lhe rendeu a maioria das críticas positivas em *O Malho*.

Uma vez que se buscava definir no imaginário coletivo que o brasileiro era o indivíduo nascido dentro do território nacional, buscava-se passar a imagem de um país moderno e civilizado no contexto internacional. Contudo, sem negar a multiplicidade das características regionais. Essa posição da revista foi manifestada, principalmente, na figura ambígua do Zé Povo. Embora nosso personagem de estudo na caricatura não seja a figura do *povo*, não nos impede de perceber que não houve um personagem fixo representando o *Povo* em *O Malho*, como o índio, representando o Brasil, mas sim vários personagens. O Zé Povo em *O Malho* é, assim como a sociedade brasileira, um personagem múltiplo. Ao olharmos para as representações em que a imagem do *povo* está representada, percebemos que nunca é o mesmo personagem, ele é sempre um personagem diferente adequado à situação representada.

Visto que iniciamos este trabalho afirmando que a caricatura não é uma representação passiva dos personagens e eventos que carrega, o riso, contudo, não foi o único meio pelo qual a crítica foi transmitida ao leitor como anunciado pelo *O Malho*. Em questões onde a violência estava envolvida, por exemplo, o elemento cômico deu lugar ao elemento trágico. Essa diferenciação ficou evidente nas representações onde Rio Branco foi responsabilizado pelas mortes de brasileiros nas regiões ribeirinhas no conflito com o Peru. Embora a caricatura tenha mantido seu traço grotesco e exagerado na maioria das vezes, estava completamente vazia de humor. Talvez aqui, devemos diferenciar o grotesco do humor. Nem tudo o que é grotesco é

engraçado. Todavia, tanto o discurso cômico quanto o discurso trágico, possuem a mesma função na caricatura: conduzir a crítica ao leitor.

Por não ser uma representação passiva, a caricatura tem o poder de tirar o leitor da inércia, de provocar a reflexão. Para isso, a estratégia de ridicularização foi uma das técnicas mais usadas em *O Malho*. Embora, pouco tenha sido usada contra o Barão do Rio Branco.

Nas questões onde se buscava enaltecer o trabalho e as características positivas do ministro brasileiro, como sua postura pacifista e seu vasto conhecimento sobre o Direito Internacional, a estratégia de ridicularização foi amplamente usada contra seus adversários no sentido de ampliar diferenças e alimentar estereótipos. Como por exemplo, no conflito da *Panther* com a Alemanha, onde buscava-se um pedido de desculpas desse país por ter desrespeitado a soberania brasileira. Bem como, quando buscou-se contrastar a conduta do Brasil com as demais nações na Conferência de Haia em 1907 e, igualmente, amplamente usada no contexto da disputa do Brasil com a Argentina pela liderança regional na América do Sul. No caso da *panther* e da rivalidade com a Argentina, o território foi o principal motivo nas questões envolvidas, enquanto na conferência de Haia buscava-se apresentar o Brasil como um país moderno e civilizado.

Na construção deste trabalho, a caricatura atuou como uma janela de acesso ao passado, que nos possibilitou olhar para o personagem Rio Branco com o olhar do imediato em seu tempo. Sendo a caricatura uma representação do presente, não contou com tempo para um estudo aprofundado sobre a posição ocupada por Rio Branco no contexto das Relações Internacionais, traduzindo as imagens captadas pelos artistas de caricatura no momento exato de seu acontecimento. Isso nos permite vislumbrar como Rio Branco era visto em seu momento de atuação por um de seus maiores expectadores: *O Malho*.

Essa característica da caricatura nos permite afirmar que as discussões, mais tarde trazidas pela historiografia, como as pretensões geopolíticas de Rio Branco e a inserção do Brasil no quadro internacional através da aproximação com os Estados Unidos, não eram apenas especulações de *O Malho*, mas uma conduta de Rio Branco enquanto Ministro das Relações Exteriores do Brasil que permitiu no tempo imediato fazer tal interpretação.

Sendo o patriotismo expressado por meio de símbolos nacionais, concluímos que Rio Branco foi para *O Malho* o personagem propício para representar as ideias de pátria no momento em que se buscava construir uma imagem de nação brasileira. As representações de Rio Branco em *O Malho* se constituem, portanto, como parte da construção do personagem histórico que se tornaria um dos símbolos da nacionalidade, confirmando nossa hipótese de que a imagem do Chanceler brasileiro foi construída durante seu tempo de atuação política.

REFERÊNCIAS

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BUENO, Clodoaldo. *O Barão do Rio Branco e o projeto da América do Sul*. In: CARDIM, Carlos Henrique; ALMINO, João (orgs.). *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil*. Rio de Janeiro: EMC, 2002.

_____. *Política externa da primeira República: os anos de apogeu (1902 – 1918)*. – São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BURNS, E. Bradford. *A aliança não escrita: o Barão do Rio Branco e as relações Brasil-Estados Unidos*. Tradução de Sérgio Bath. - Rio de Janeiro: EMC Ed., 2003.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

_____. PRADO, Maria L. *O Bravo Matutino*. São Paulo: Editora Alfa-Romeu, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion e MALERBA, Jurandir (orgs.) *Representações*. Contribuições a um debate transdisciplinar. Campinas, SP: Papyrus, 2000.

CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 375-399.

CARVALHO, Delgado de. *História diplomática do Brasil*. São Paulo Editora S. A. – São Paulo, Brasil, 1959, P. 223.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*. O imaginário da República no Brasil. SP: Companhia das Letras, 1990.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural entre práticas e representações*. Col. Memória e sociedade. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *O mundo como representação*. In: *À Beira da Falésia: a História entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: UFRGS, 2002, p. 61-79.

COSTA, João Frank da. *Joaquim Nabuco e a política exterior do Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1968.

COTRIN, Alvaro. *J. Carlos: época, vida, obra*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1985.

_____. (org). *O Rio na Caricatura*. Exposição Biblioteca Nacional e Jornal do Brasil pelo IV centenário do Rio. Rio de Janeiro, 1965.

D'AMARAL, Márcio Tavares. *Barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora Três, 1974.

DIOGO, Marcia Cezar. *O Rio em revista: a reforma Pereira Passos nas crônicas da revista da semana, d'O Malho e da Kosmos*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PUC-RIO, 1999.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Rodrigues Alves: apogeu e declínio do presidencialismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

FONSECA, Joaquim da. *Caricatura: A imagem gráfica do humor*. Porto Alegre. Artes e Ofícios, 1999.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Conceito de caricatura: não tem graça nenhuma*. Domínios da Imagem, Londrina, Ano I, N. 2, maio, 2008.

GINZBURG, Carlo. *Mito, emblemas e sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das letras: 1989.

HEINSFELD, Adelar. *A geopolítica de Rio Branco: as fronteiras nacionais e o isolamento argentino*. Edições Unoesc. – Joaçaba, 2003.

_____. *Ao sul do Rio Grande do Sul: a retificação dos limites territoriais com o Uruguai, 1909*. In: Cadernos do CHDD / Fundação Alexandre de Gusmão, Centro de História e Documentação Diplomática. – Ed. Especial. – [Brasília, DF]: A Fundação, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1983.

JORGE, A. G. de Araújo. *Introdução às obras do Barão do Rio-Branco*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1945.

LAILER, Christiane Vieira. *A segunda Conferência da Paz de Haia – 1907: o Brasil e o sistema internacional no início do século XX*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. 4 vols.

LINS, Alvaro. *Rio Branco*. - 3ª. ed. São Paulo: Editora Alfa Omega, 1996.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza. *Imprensa e cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

_____. *A história dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2º Ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 111-153.

LUSTOSA, Isabel. *Histórias de Presidentes: a República no Catete*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1989.

_____. *Roteiro para Herman Lima*. In: Outros céus, outros mares. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa/Ministério da Cultura, 1997.

MERLO, Maria Cristina. *O Tico-Tico: um marco nas histórias em quadrinhos no Brasil (1905-1962)*. Artigo apresentado no II Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, Florianópolis, 2004.

NAPOLEÃO, Aluizio. *Rio Branco e as relações entre o Brasil e os Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, Ed, 1999.

PÔRTO, Ângela (Coord). *O Barão do Rio Branco e a caricatura: coleção e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, 2012.

RÉMOND, René (org). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

RIO BRANCO. Nota do Governo Brasileiro à Delegação alemã. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1905.

RIO BRANCO. *Questão de limites - Exposição de motivos*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1947.

SALIBA, Elias Thomé. *As Raízes do Riso*. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *O dia em que adiaram o carnaval: política externa e a construção do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

_____. *O Evangelho do Barão: Rio Branco e a identidade brasileira*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

SEVCNKO, Nicolau (org). *História da vida privada no Brasil*. Volume 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. Brasília: Brasiliense 1983.

SILVEIRA, Helder Gordim da. *Joaquim Nabuco e Oliveira Lima: faces de um paradigma ideológico da americanização nas relações internacionais do Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

_____. *Rio Branco e as relações interamericanas: ruptura e tradição em uma ideologia americanista*. In: PEREIRA, Manoel Gomes (Org.). *Barão do Rio Branco: 100 anos de memória*. Brasília: FUNAG, 2012.

SOARES, Teixeira. *História da formação das fronteiras do Brasil*. Biblioteca do Exército, editora do Ministério do Exército, Ala Marcílio Dias, Rio de Janeiro, 1973.

TEIXEIRA, Luiz Guilherme Sodré. *O traço como texto*. A história da charge no Rio de Janeiro de 1860 a 1930. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2001. Coleção Papéis Avulsos.

TENÓRIO, Guilherme Mendes. *Zé Povo cidadão: humor e política nas páginas de O Malho*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UERJ, 2009. Disponível no site do Domínio

Público.

VIANA Filho, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. – 8. Ed. – São Paulo: Editora Unesp; Salvador, BA: EDUFBA, 2008.

APÊNDICE

CARICATURAS DE RIO BRANCO EM *O MALHO* DE 1902 A 1912:

Crispim do Amaral | “O futuro vencedor do Acre” | *O Malho*, 6/12/1902

K. Lixto | Sem Título | *O Malho*, 31/01/1903

K. Lixto | “A solução pacífica” | *O Malho*, 14/02/1903

Renato Castro | Sem título | *O Malho*, 14/02/1903

Raul | “O Ruy e o Rio” | *O Malho*, 18/07/1903

Raul | “O crônico Acre” | *O Malho*, 25/07/1903

K. Lixto | “A bota do Acre” | *O Malho*, 3/10/1903

Falstaff | “Idyllio” | *O Malho*, 10/10/1903

K. Lixto | “Ainda e sempre o Acre” | *O Malho*, 17/10/1903

K. Lixto | “O negócio do Acre” | *O Malho*, 24/10/1903

Sem assinatura | “Eterno Acre” | *O Malho*, 31/10/1903

Sem assinatura | “Cortes e recortes” | *O Malho*, 7/11/1903

Falstaff | A grande droga | *O Malho*, 7/11/1903

Raul | “O Acre” | *O Malho*, 21/11/1903

Sem assinatura | “A pendenga” | *O Malho*, 5/12/1903

K. Lixto | “PUM” | *O Malho*, 26/12/1903

Raul | “A comédia acabou – (disse o palhaço)” | *O Malho*, 9/1/1904

K. Lixto | Capa | *O Malho*, 16/4/1904

Sem assinatura | “A união entalada com o Amazonas” | *O Malho*, 11/06/1904

Leonidas | “Os taes 500 contos” | *O Malho*, 17/9/1904

Autor não identificado | “Uma visita ao pintar” | *O Malho*, 18/03/1908

Falstaff | “Acrite” | *O Malho*, 26/12/1903

K. Lixto | “O pesadelo do Barão” | *O Malho*, 23/04/1904

Raul | “No aniversário do Barão” | *O Malho*, 23/4/1904

Autor não identificado | “As sortes do Peru” | *O Malho*, 4/6/1904

Falstaff | “Os armamentos para o Peru” | *O Malho*, 11/6/1904

Alfredo Cândido | “O Peru em ponto de... faca”! | *O Malho*, 11/6/1904

Falstaff | “Pintor barrado” | *O Malho*, 18/06/1904

- Falstaff | “O “modus vivendi” com o Perú” | *O Malho*, 23/7/1904
- Leonidas | “Um homem que não se engasga” | *O Malho*, 3/9/1904
- Leonidas | “Um novo Colombo” | *O Malho*, 15/10/1904
- Dudu | “Bulhões sarcástico” | *O Malho*, 22/10/1904
- Dudu | “Mão! Mão!” | *O Malho*, 29/10/1904
- Leo | “A Cesar o que é de Cesar” | *O Malho*, 5/11/1904
- Leonidas | “O homem poz e o Perú dispoz...” | *O Malho*, 10/12/1904
- Sem assinatura | “Em Petrópolis” | *O Malho*, 28/1/1905
- Autor não identificado | “No Itamaraty” | *O Malho*, 22/12/1906
- Lobão | “Scenas da rua – reportagem especial *d’o Malho*” | *O Malho*, 9/3/1907
- Raul | “A bota peruana” | *O Malho*, 26/5/1907
- Autor não identificado | “Jantar político” | *O Malho*, 23/11/1907
- Sem assinatura | “Briga de vizinhos” | *O Malho*, 7/3/1908
- Storni | “O Brasil vai perder o Acre... Uma ova!” | *O Malho*, 12/12/1908
- Leonidas | “Aproveitando a maré: o nosso tratado de limites com o Peru” | *O Malho*, 18/9/1909
- Rocha | “O escândalo-assú da Lagoa Mirim” | *O Malho*, 29/8/1908
- Storni | “Carambola por tabela” | *O Malho*, 5/9/1908
- Rocha | “Não se queime “seu” Barão” | *O Malho*, 19/9/1908
- Storni | “Troca de generosidades” | *O Malho*, 13/11/1909
- Rocha | “Provérbio psychologico” | *O Malho*, 27/11/1909
- Storni | “Tratado da Lagoa Mirim” | *O Malho*, 15/1/1910
- Autor não identificado | “Alma grande” | *O Malho*, 15/1/1910
- Storni | “A sessão extraordinária” | *O Malho*, 9/4/1910
- Léo | “O “récord” de arbitramento” | *O Malho*, 21/1/1911
- Sem assinatura | “O perigo alemão” | *O Malho*, 14/1/1905
- Lobão | “O caso da panthera” | *O Malho*, 16/12/1905
- Lobão | “Conferência supimpa” | *O Malho*, 16/12/1905
- Renato Castro | “O primeiro movimento” | *O Malho*, 16/12/1905
- Lobão | “Ora, ahi está!” | *O Malho*, 23/12/1905
- Renato Castro | “Cousas pretas” | *O Malho*, 23/12/1905
- Renato Castro | “Altas impaciências” | *O Malho*, 30/12/1905

- Sem assinatura | “O caso da “Panther” e os três reis magos” | *O Malho*, 6/1/1906
- Léo | “Recordação histórica” / *O Malho*, 6/1/1906
- Vaz | “Esquadra em secco” | *O Malho*, 6/1/1906
- Lobão | “A solução do caso da Panther” | *O Malho*, 13/1/1906
- Sem assinatura | “O S. Sebastião do dia” | *O Malho*, 20/1/1906
- J. Carlos | “O caso da “Panther” em quatro quadros, que o Zé Povo entende” | *O Malho*, 20/1/1906
- Vaz | “Justas preferencias” | *O Malho*, 20/1/1906
- J. Carlos | “O Barão, Sua Ex. e o Zé” | *O Malho*, 20/1/1906
- Renato Castro | “Victoria de pyrro” | *O Malho*, 3/2/1906
- Lobão | “França, Venezuela & C.” | *O Malho*, 3//1906
- J. Carlos | “A propósito da intervenção” | *O Malho*, 10/2/1906
- Vasco Lima | “Promessa culinária” | *O Malho*, 16/2/1906
- Augusto Rocha | “Preparando a casa” | *O Malho*, 10/2/1906
- Augusto Rocha | “Administração de tio Sam” | *O Malho*, 17/2/1906
- Augusto Rocha | “S. Ex. que passa” | *O Malho*, 10/3/1906
- Renato Castro | “Confidencias em Petrópolis” | *O Malho*, 10/3/1906
- Lobão | “No Palácio Rio Negro” | *O Malho*, 17/3/1906
- Sem assinatura | “Recomendações aos canários” | *O Malho*, 17/3/1906
- Vaz | “Em Petrópolis” | *O Malho*, 24/3/1906
- Raul | “A República e o brinquedo de Nho-Barão” | *O Malho*, 14/4/1906
- Augusto Rocha | “Falar no mão aprontar o pão!” | *O Malho*, 14/4/1906
- Augusto Rocha | “Caricaturista diplomático” / *O Malho*, 14/4/1906
- J. Carlos | “Preparativos domésticos” | *O Malho*, 21/4/1906
- Sem assinatura | “Encontro inesperado” | *O Malho*, 9/6/1906
- J. Carlos | Sem título | *O Malho*, 20/6/1906
- Renato Castro | Os delegados ao pão – até ele!...” | *O Malho*, 20/6/1906
- Lobão | “Nas vésperas do pão americano” | *O Malho*, 7/7/1906
- Sem assinatura | “O Barão – Diogenes, ou a procura de agulhas em palheiros” | *O Malho*, 7/7/1906
- Sem assinatura | “Na secretaria exterior” | *O Malho*, 14/7/1906
- Sem assinatura | “Falatorio “sur route”” | *O Malho*, 21/7/1906
- J. Carlos | “A ultima de mão – ahi está o Congresso!” | *O Malho*, 21/7/1906

- Vaz | “que dous melros!” | *O Malho*, 21/7/1906
- Augusto Rocha | “A chegada do General Elihu Root” | *O Malho*, 28/07/1906
- Sem assinatura | “Velha anedota” | *O Malho*, 28/7/1906
- Autor não identificado | “Os últimos preparativos” | *O Malho*, 28/7/1906
- J. Carlos | “Cortezia de louros e pretos: páginas do relatório da viagem do Sr. Root” | *O Malho*, nº 207, 1906.
- J. Carlos | “Ultimas despedidas” | *O Malho*, 25/5/1907
- Augusto Rocha | “A manteiga do Barão” | *O Malho*, 27/7/1907
- Autor não identificado | “Soliloquio engrossativo” | *O Malho*, 17/8/1907
- Autor não identificado | “Amigos ursos” | *O Malho*, 31/8/1907
- Autor não identificado | “Dentro de uma cabeça” | *O Malho*, 31/8/1907
- Lobão | “7 de setembro” | *O Malho*, 7/9/1907
- Autor não identificado | “A vitória do Brasil na Conferência da Paz” | *O Malho*, 14/9/1907
- Autor não identificado | “Em Haya: aluga-se!” | *O Malho*, 21/9/1907
- Autor não identificado | “Cabeça que fala...” | *O Malho*, 21/9/1907
- Autor não identificado | “O Brazil em Haya” | *O Malho*, 19/10/1907
- Autor não identificado | “No Theatro da Paz: apoteose final” | *O Malho*, 26/10/1907
- Lobão | “Expectativa popular” | *O Malho*, 28/12/1907
- Sem assinatura | “Ritorna vincitor” | *O Malho*, 4/1/1908
- Leonidas | “Solução carnavalesca” | *O Malho*, 6/3/1909
- Storni | “Morcego internacional” | *O Malho*, 29/2/1908
- Autor não identificado | “Mascaras avulsos” | *O Malho*, 29/2/1908
- Sem assinatura | “Écos” | *O Malho*, 7/3/1908
- Storni | “Menu de um almoço” | *O Malho*, 7/3/1908
- Rocha | “Entrevistas... Por um óculo” | *O Malho*, 14/3/1908
- Herônio | “Declaração necessária” | *O Malho*, 14/3/1908
- Autor não identificado | “La rabia de la vecina” | *O Malho*, 21/3/1908
- Autor não identificado | “Para grandes males...” | *O Malho*, 28/3/1908
- Sem assinatura | “Veronicas profanas” | *O Malho*, 18/4/1908
- Rocha | “Altas conversas” | *O Malho*, 25/4/1908
- Autor não identificado | “A causa da nota falsa do concerto” | *O Malho*, 25/4/1908
- Autor não identificado | “O Anjo e o Diabo” | *O Malho*, 2/5/1908

- Storni | “Malhando sempre” | *O Malho*, 9/5/1908
- Storni | “Resultado da missão paraguaia” | *O Malho*, 9/5/1908
- Storni | “A renúncia de Zeballos” | *O Malho*, 20/6/1908
- Storni | “Fantasma ridículo” | *O Malho*, 20/6/1908
- Herônio | “Quadros para a história” | *O Malho*, 20/6/1908
- Herônio | “Após a queda de Zeballos” | *O Malho*, 4/7/1908
- Autor não identificado | “O peso do Barão” | *O Malho*, 11/7/1908
- Lobão | Capa | *O Malho*, 1/8/1908
- Lobão | “A guerra... por telegramas!” | *O Malho*, 12/9/1908
- Autor não identificado | “O ataque argentino ao Barão” | *O Malho*, 19/9/1908
- Storni | “So para moer, ou seja “tirando el pelo”” | *O Malho*, 26/9/1908
- J. Carlos | “Os dois bicudos na intimidade” | *O Malho*, 10/10/1908
- Lobão | “Operários da paz” | *O Malho*, 17/10/1908
- Rocha | “Entenda-se isto!” | *O Malho*, 17/10/1908
- Herônio | “Percevejo diplomático” | *O Malho*, 17/10/1908
- Rocha | “Ouvidos de mercador” | *O Malho*, 24/10/1908
- Herônio | “Em Buenos Ayres” | *O Malho*, 24/10/1908
- Loureiro | “O verdadeiro remédio” | *O Malho*, 31/10/1908
- Autor não identificado | “Mordendo uma estatua” | *O Malho*, 31/10/1908
- Storni | “Depois da prova da falsificação” | *O Malho*, 21/11/1908
- Loureiro | “Vacca brava na Argentina” | *O Malho*, 5/12/1908
- Storni | “A situação: quadro vivo” | *O Malho*, 19/12/1908
- Autor não identificado | “No pântano da intriga” | *O Malho*, 19/12/1908
- Lobão | “Outro sport no Itamaraty” | *O Malho*, 26/12/1908